

LUIZ FELIPE NUNES DE ALVES

**OS ANOS 50 E 60 NAS PÁGINAS DE *PANORAMA* E *PÁRANA EM PÁGINAS*:
O CONSERVADORISMO DA IMPRENSA PARANÁENSE NO CONTEXTO DA
GUERRA FRIA**

Dissertação apresentada ao curso de Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Helenice Rodrigues da Silva

**CURITIBA
2009**

SUMÁRIO

RESUMO
ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....	5
I – OBJETO E A PROBLEMÁTICA.....	5
II – EXPLORAÇÃO DE CONCEITOS.....	14
a) Direita e Esquerda.....	14
b) Classe média.....	18
III – FONTES E OBJETO.....	24
IV – APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	28
 Capítulo 1. ENSAIOS PARA O “GRANDE ATO” - A SUBVERSÃO DA ORDEM PELOS CONSERVADORES.....	 32
1.1. Rumo ao golpe.....	35
1.2. Ação ideológica da direita.....	65
 Capítulo 2. O “GRANDE ATO” – DA VIDA NA CASERNA PARA A VIDA NO PLANALTO.....	 74
 Capítulo 3. DÉCADAS DE 1950 E DE 1960 – INTENSA ENFERVESCÊNCIA SÓCIO-CULTURAL.....	 99
3.1 - O poder da juventude.....	99
3.2 - Os <i>embalos</i> da Juventude.....	105
3.3 - Mulheres em movimento.....	115
3.4 - Disputa étnica.....	126
3.5 - A arte vanguardista – Das artes plásticas a Sétima arte.....	129
3.6 – Debate religioso.....	132
 CONCLUSÃO.....	 139
 BIBLIOGRAFIA.....	 145

RESUMO

As décadas de 1950 e 1960 proporcionaram ao mundo dois sentimentos ambivalentes: de temor, pela perspectiva de um conflito nuclear, num eventual embate político-militar entre Estados Unidos e União Soviética; e de renovação, pois por mais paradoxal que pudesse ser a eminência da guerra, da destruição total do planeta, despertaram em determinados segmentos sociais, como na juventude; nas mulheres, entre outros, o desejo de se engajarem na luta contra um mundo que, embalado pela guerra fria, insistia em se comportar de forma dicotômica: capitalismo e/ou comunismo; direita e/ou esquerda; liberalismo e/ou coletivismo. As disputas políticas e ideológicas que dividiriam o mundo no pós-guerra, colocariam a América sob a tutela dos Estados Unidos, que se auto intitularia, guardião da democracia – e tudo o que dela supostamente derivasse –; do sistema capitalista, o único que poderia trazer conforto as famílias americanas e dos valores cristãos. O Brasil – nessa temporalidade – possuía uma elite econômica refratária e que mantinha relações promíscuas com o poder constituído, com o escopo que dele pudesse usufruir todas as benesses possíveis. Possuía uma concepção de mundo assentada na tradição; na naturalização das diferenças sociais; num forte anticomunismo. Com o acirramento das disputas ideológicas no período assinalado, buscaria granjear o apoio da classe média para fortalecer a defesa contra os detratores do capitalismo e dos supostos valores cristãos. Dentro dessa perspectiva, a classe média tornar-se-ia a correia de transmissão dos interesses burgueses contra aqueles que ousassem desafiar o *status quo*. A fim de consubstanciar o discurso da direita mesocrática, as elites orgânicas lançaram mão de sutis estratégias no sentido de instrumentalizar aquela coorte para a disputa ideológica que se exasperava. O uso da imprensa, como veículo do pensamento conservador foi um desses ardis. No Paraná essa tarefa ficaria a cargo da revista *PANORAMA*, fundada em 1951, que de periódico pretensamente literário, assumiria ao longo dos anos 50 e 60 uma posição política reacionária, de combate sem trégua ao esquerdismo. Seria, por um bom tempo, financiada pelo grupo Schrappe, de estreita ligação com o complexo IPES-IBAD. A revista *PÁRANA EM PÁGINAS*, fundada na metade da década de 60, reforçaria a trincheira conservadora em sua cruzada moralizadora em defesa da Tradição (a cristã), da Família (patriarcal) e da Propriedade (Capitalista).

PALAVRAS CHAVES: Conservadorismo, poder político, classe média, ideologia e mídia.

ABSTRACT

The decades of 1950 and 1960 had provided to the world two ambivalent feelings: of fear, for the perspective of a nuclear conflict, in an eventual shock politician-military man between United States and Soviet Union; renewal e, therefore for more paradoxical than could be the eminence of the war, of the total destruction of the planet, despertaram in definitive social segments, as in youth; in the women, among others, the desire of if engaging in the fight against a world that, packed for the cold war, it insisted on if holding of dicotômica form: capitalism and/or communism; right and/or left; liberalism and/or collectivism. The disputes ideological politics and that would divide the world in the postwar period, would place America under the guardianship of the United States, that if auto it would intitle, guard of the democracy - and everything what from it supposedly it derived -; of the capitalist system, the only one that she could bring comfort the American families and of the Christian values. Brazil - in this temporality - possuía the refractory economic elite and that it kept promiscuous relations with the consisting power, with the possible target that of it could usufruct all benesses. Possuía a conception of world seated in the tradition; in the naturalization of the social differences; in a strong anticommunism. With the acirramento of the ideological disputes in the designated period, it would search to cultivate the support of the middle class to fortify the defense against the detractors of the capitalism and the presumptions Christian values. Inside of this perspective, the middle class would become it leather strap of transmission of the bourgeois interests against that they dared to defy the status quo. In order to consubstanciar the speech of the mesocrática right, the organic elites had launched hand of subtle stratagems in the direction of instrumentalizar that one coorte for the ideological dispute that if exasperava. The use of the press, as vehicle of the thought conservative was one of these schemes. In the Paraná this task would be in charge of the magazine *PANORAMA*, established in 1951, that of periodic supposedly literary, would assume throughout 60 years 50 and a position reactionary politics, of combat without truce to the esquerdismo. It would be, for a good time, financed for the Schrappe group, of narrow linking with complex IPES-IBAD. The magazine *PARANÁ EM PÁGINAS*, established in the half of the decade of 60, would strengthen the trench conservative in its moralizadora cruzade in defense of the Tradition (the Christian), of the Family (patriarcal) and the Property (Capitalist).

KEYS- WORDS: Conservadorismo, power politician, middle class, ideology and media.

INTRODUÇÃO

I - OBJETO E PROBLEMÁTICA

As bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki inaugurariam, para alguns autores, o início da *guerra fria*, pois, “teria sido a partir de Hiroshima e Nagasaki que as tentativas de diálogo entre norte-americanos e soviéticos foram definitivamente substituídas por demonstrações de força e ameaças indiretas.”¹

Colocando em terrenos opostos as duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética – que polarizariam o mundo, no ponto de vista político-ideológico, entre capitalismo e socialismo. Essa nova configuração política mundial colocaria as nações latino-americanas em um novo realinhamento político. Pela proximidade geográfica e pela sedução realizadas nas elites latinas, os Estados Unidos passariam a ter nessa disputa geopolítica uma influência crescente em todas as nações da América. O combate ao comunismo passou a ser palavra de ordem enunciada pelo governo norte-americano aos governantes latino-americanos, que em contrapartida se comprometiam em combater tenazmente qualquer manifestação *esquerdista* que contrariasse os interesses capitalistas, principalmente estadunidenses.

As elites brasileiras – notadamente econômicas – sempre firmaram um compromisso de defesa incondicional do capital e procuraram, principalmente no século XX, rechaçar qualquer ameaça ao sistema capitalista, a despeito das divergências políticas regionais existentes. Entretanto, era importante ampliar o arco de adesão, a fim de buscar a consolidação do sistema. É nesse sentido que a *classe média*² brasileira se engajaria na defesa dos interesses capitalistas, pois apesar de não gozar de todos os confortos usufruídos pela grande burguesia, alimentavam a perspectiva de uma vida mais confortável. Pesaria também para a classe média, de forte influência cristã, as atitudes tomadas pelos comunistas em relação à Igreja Cristã no mundo oriental. Com o tempo se notaria que o pragmatismo dessa aliança os levaria a relativizar o conceito de

¹ DIAS Jr.; ROUBICEK, R. *Guerra Fria – A era do medo*. Coleção história em movimento. São Paulo; Ática, 1996, p. 14-15.

² Na concepção de SAES é aquela que orbitava em torno da alta burguesia, desde à época do período republicano.

democracia e liberdade, expressões tão caras ao mundo liberal. Um exemplo foi a atitude de convívência que boa parte da elite e dos setores médios tiveram em relação aos excessos produzidos pelo regime militar que se instalou no país em 1964. Ademais, para a classe média era mais interessante e ponderável garantir a base material em patamares apreciáveis do que reivindicar uma maior participação política. Esse segmento mesocrático seria também beneficiado – não tanto quanto a burguesia – com a *modernização conservadora*³ que seria incorporada ao ideário autoritário que se instalou no Brasil a partir de 1964. Contudo é importante salientar também que a classe média brasileira também seria beneficiada nos períodos anteriores, do nacionalismo varguista ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek.

O combate ao comunismo seria incorporado na pauta dos segmentos mais conservadores da sociedade brasileira⁴, independente da classe social. Contudo, o faziam por motivos distintos. A mais abastada, enxergava uma ameaça às suas conquistas materiais, provenientes do modelo econômico concentrador; os segmentos médios e baixos, por medo e ignorância. Esse combate ganharia relevo no contexto da *Guerra Fria*, sendo capciosamente satanizado pela cúpula militar de ultradireita e seus asseclas⁵. Um importante ministro do regime diria na época que, “*o comunismo instila sutilmente veneno para desintegra-la (a sociedade). Mina a família através da desenfreada propaganda do sexo, do amor livre e da obscenidade. Penetra na escola e difunde o tóxico para desfibrar a juventude. Procura dilacerar a severidade dos costumes através do teatro, do cinema, do rádio e da televisão. Espalha suas publicações em todas as livrarias.*”⁶

A suposta ubiqüidade do “inimigo” transformaria os agentes de combate à subversão em paranóicos que enxergavam o inimigo a cada esquina. É importante reforçar que o combate às idéias *esquerdizantes* não eram suficientes para o regime

³ É um conceito cunhado por Barrington Moore Jr., que aparece em sua obra *Los orígenes sociales de la dictadura y de la demo*. Península, 1973. Resumidamente pregava uma modernização com um rígido controle social e econômico. A iniciativa privada teria um papel preponderante nesse processo, daí a importância de fornecer salvaguardas a *burguesia produtiva*.

⁴ GIMÉNEZ, A. B. Wozniak. *O medo da “Revolução Social” na “Terra dos Pinheirais”: Imaginário Anticomunista na sociedade curitibana, 1947 – 1964*. Tese de Mestrado, Curitiba: UFPR, 2003.

⁵ Refiro-me aqui à burguesia, o segmento religioso conservador e mesmo a classe média que orbitava em torno dos militares.

⁶ Alfredo Buzaid, Ministro da Justiça do governo Médici, numa palestra proferida na Escola Superior de Guerra, na década de 1970, In MARCONI, P. *A censura política na imprensa brasileira (1968-78)*. São Paulo: Global, 1980, p. 14.

angariar apoios e buscar legitimar-se, aos olhares da sociedade, de eventuais práticas violentas. Era preciso reafirmar que as elites econômicas do país e os militares estavam empenhados em demonstrar que o sistema capitalista era o único que poderia trazer benefícios ao conjunto da sociedade. E que o modelo econômico a ser aplicado no país promoveria a equidade social, respeitaria as tradições religiosas do povo brasileiro e unificaria a família brasileira. Além, obviamente, de garantir a propriedade privada. Em suma, era importante garantir – mesmo que simbolicamente – que todos estariam contemplados pelo sistema capitalista. O exemplo cubano, visto como um ensaio para o avanço comunista na América, tinha que ser implacavelmente desmoralizado. A fim de se evitar dissabores futuros era imprescindível unificar a *direita* e estabelecer estratégias com o objetivo de oferecer resistência à ameaça *esquerdista*.

Os segmentos ultraconservadores que tomam o poder no Brasil em 1964 tinham consciência que a *revolução* não se sustentaria unicamente a *golpes de baioneta*, era imperativo a construção de um lastro sócio-político que assegurasse as mudanças em curso sem grandes sobressaltos. O regime tinha uma pretensão de legitimidade, como bem observa REZENDE, quando coloca afirma que, “*o Regime militar cavava reconhecimento para seus propósitos buscando consubstancialidade entre os valores militares e os valores (ligados à família, à religião, à pátria, à ordem e à disciplina) que, segundo ele, eram socialmente fundantes da ordem político-cultural brasileira.*”⁷

O apoio da classe abastada, que apoiara – e até participara – do golpe, os militares já tinha assegurado ⁸. Contudo, numericamente, eram insignificantes e possuíam pouca capilaridade junto às massas populares. Era de fundamental importância buscar a adesão de um contingente significativo da *classe média* que passara por momentos difíceis no período anterior, quando fora ameaçado de proletarização ⁹. Em relação a esse segmento, o regime tinha que fazer uma

⁷ REZENDE, M^a. José. A ditadura militar no Brasil; repressão e pretensão de legitimidade. Londrina: Editora da UEL, 2001, pág. 3.

⁸ Para alguns autores que tratam do tema – DREIFUSS, (1964: *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981), por exemplo – essa “classe abastada” era a condutora do golpe, mas recusa a idéia de que os militares teriam sido os agentes, como afirma o brasileiro STEPAN, Alfred, In Os militares na política. São Paulo: Artenova, 1975.

⁹ o período ao qual refiro-me é o do governo João Goulart, quando concedeu aumento significativo ao proletariado de forma geral, aproximando seus vencimentos aos da denominada “classe média” que possuía curso superior. REIS FILHO, defende a tese da participação da classe média no processo político que derrubou Jango e deu sustentação ao regime, In *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

aproximação cautelosa, pois, era uma classe que no seu interior, havia uma parcela emancipada politicamente – crente no sistema democrática, na verdadeira acepção da palavra – e suscetível a mudanças bruscas. Não tolerava ser manipulada, mas cedia a um bom argumento, principalmente aquela parcela com um maior grau de desideologização. Contudo, naquele momento histórico estava um tanto fragilizada materialmente e, silenciosamente, alimentava o desejo de ter a capacidade de consumo de sua congênere norte-americana. E, talvez estivesse disposta a renunciar a determinados direitos políticos em troca de uma vida material mais confortável.

No plano ideológico enfileiravam-se no combate ao comunismo, que na ótica dessa classe social representava uma crença atéia, herética, ímpia, que visava destruir a família; usurpar a propriedade daqueles que merecidamente a conquistaram e substituir os caros valores cristãos por crenças anticristãs. É importante assinalar que a média e alta oficialidade, em boa medida, saíra desse segmento, naquele período ¹⁰. Ademais, essa classe tinha um trânsito maior com as camadas populares, seja através de vínculos empregatícios, seja pelas sociabilidades em que se envolviam. Não tardou para que boa parte desse segmento social se engajasse na defesa das demandas do regime.

As marchas da *Família com Deus pela Liberdade*, realizadas em meados da década de 1960 já eram indícios de que a *classe média* hipotecaria apoio ao regime. O clero mais conservador endossava o discurso dos golpistas, enfatizando o perigo que o comunismo representaria para o Brasil. Tal postura já era observada desde o início da década de 1950. Na década de sessenta, surgiria uma plêiade de agremiações de perfil *direitista*, compostas fundamentalmente por elementos da *classe média* com disposição para fazer o enfrentamento com os seus antagonistas ¹¹. O discurso situacionista ia sendo gradativamente incorporado por esse segmento que o reproduzia nas camadas empobrecidas, buscando ampliar o leque de apoio.

¹⁰ “Na fase colonial, a força armada era um ramo da aristocracia metropolitana. Conquistada a Independência, formou-se um Exército Nacional (...) bastava a origem nobre ou o título universitário”. Nesse período quem se interessava pela carreira das armas era “filho de quem era rico, dono de muita terra,...”, In: TREVISAN L. *O pensamento militar brasileiro*. São Paulo: Global, 1985, p.10-11). Durante o primeiro período republicano, uma parcela significativa do oficialato era oriunda de famílias de tradição militar, contudo, com o prestígio já em declínio por conta dos baixos soldos (TREVISAN, Op. Cit. p. 20). Com o advento do Tenentismo, o perfil da oficialidade brasileira começa a mudar de forma sensível. A leitura da obra (uma coletânea de escritos dos últimos 30 anos) de José Murilo de Carvalho: *Forças Armadas e Política no Brasil* é bastante interessante para entender essa metamorfose nas Forças Armadas Brasileiras.

¹¹ Cf: DREIFUSS, René Armand. In *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

Já foi sobejamente explorado pela historiografia brasileira que as críticas mais contundentes ao regime militar partiam também da *classe média*¹², contudo não se pode afirmar categoricamente que era uma classe em disputa. Os números demonstraram que aqueles que partiram para resistência – armada ou não – ao regime militar foram infinitamente inferiores àqueles que foram seduzidos pelas promessas do regime. Ademais, a forma de *publicizar* esse descontentamento com o governo dos militares não reverberou na sociedade em uma magnitude que se desejava. Os protestos dos descontentes não se fizeram ouvir, uma vez que a imprensa era amordaçada ou compactuava com o *status quo*. Raros foram os meios de comunicação que fizeram resistência ao regime. A maior parte referendava as medidas tomadas pelos novos dirigentes, egressos da *revolução* de março de 1964 e sustentados política e ideologicamente pelos grandes capitais nacionais e internacionais. Nas redações a opinião do editorialista, às vezes cooptado ideologicamente pelo regime, pautava os textos da maioria dos jornalistas e colunistas. Num clima de intenso conflito ideológico, não poderíamos exigir uma neutralidade da imprensa, uma vez que ela era condicionada pelas exigências dos anunciantes; pela concepção de mundo do leitor – invariavelmente de classe média e alta; e certamente pela pressão do *establishment*. Todavia, era inegável que havia uma profunda identificação de muitos escribas com o posicionamento político do Regime. Contrariamente ao que afirmava alguns elementos da classe política que dava apoio ao governo. Um deles diria, numa análise – em nossa opinião – equivocada que: “*os jornais brasileiros não são comunistas. Comunistas são os repórteres que colocam a linha comunista nos jornais. E esse problema é insolúvel, pois os diretores dos jornais não se importam com que os jornais estão dizendo.*”¹³

É inegável que havia um matrimônio político-ideológico entre a mídia de um modo geral e a ditadura militar, não obstante existir uma profícua publicação de resistência, combativa, denunciativa, contudo de baixa capilaridade. É veraz a informação de que havia muitos jornalistas comprometidos com a liberdade, com os direitos humanos, dentro das redações dos grandes jornais e revistas, mas, é verdadeiro

¹² A obra de Décio SAES, *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiróz, 1985 é interessante para observar esse fenômeno.

¹³ Vociferava o deputado da base governista José Bonifácio ao *Jornal do Brasil*, em 1977. In MARCONI, Op. Cit., p. 22.

também que muitos, num exercício catártico, desdenhavam, tripudiavam as demandas do chamado campo democrático.

O jornal *O Estado do Paraná* não ficaria alheio aos acontecimentos nacionais, reproduzindo o debate maniqueísta que se dava nos grandes centros (São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente) com igual paixão. Uma leitura na imprensa paranaense a partir dos anos cinquenta nos fornece uma boa amostra disso. As manifestações políticas, tanto de *esquerda*, quanto de *direita*, tiveram lugares, tempo e personagens marcados nessas plagas. O surto econômico do Estado, produzido pela atividade agrícola, privilegiou determinados setores da sociedade paranaense, que não cogitava mudanças radicais, a menos que os favorecessem. À exemplo de outros estados, a burguesia rural e a incipiente burguesia industrial cerrariam fileiras com o regime militar e por extensão com o seu *projeto* de país. Já o fizeram durante o último governo Vargas. Aqui, como em outros Estados, a grande imprensa se posicionou politicamente favorável ao regime militar, bem como com os seus apaniguados no estado, tanto na esfera pública como na privada. Algumas publicações de alcance limitado serviram de verdadeiros porta-vozes dos interesses dessa burguesia. Publicações, estas, que se dirigiam ao um público restrito, mas seletivo, que tinha vínculos corporativos ou filantrópicos ou ainda, classistas. Esses meios de comunicação (jornais e revistas) formaram, em certa medida, a opinião do paranaense médio, num dado momento histórico.

Os acontecimentos cotidianos de toda ordem passam pela imprensa. E ela foi sempre importante para que a sociedade se interessasse dos acontecimentos e formulasse opiniões sobre as notícias veiculadas. A despeito de se mostrar imparcial ao publicar determinadas matérias, a mídia, sempre – de forma subliminar – se posicionou ideologicamente. Portanto, a neutralidade jornalística é uma falácia, pois, atrás de uma máquina de datilografar, de uma caneta ou mais modernamente de um computador, têm uma pessoa, que é movida pelas suas idiossincrasias, por um conjunto de valores e crenças, que levam-na a ler os acontecimentos sociais e políticos de forma *ideologizada*, correndo o risco de serem enquadradas como de *direita* ou de *esquerda*.

A tomada do poder pelos militares em 1964, no Brasil, foi bem sucedida, em função de um movimento político e social muito bem articulado da *direita* ¹⁴ que

¹⁴ O historiador marxista Jacob GORENDER, não crê nessa tese. Entretanto, DREIFUSS (também de orientação marxista), demonstra essa articulação através do complexo IPES-IBAD.

precedeu a essa ação militar e lhe deu sustentação política, nas décadas seguintes ¹⁵. Compactuamos com a tese de DREIFUSS ¹⁶, que sustenta haver, no interior desse movimento maior, uma série de movimentos menores que tinham como palco redações de jornais e revistas, seja de circulação nacional ou regional, que amiúde alimentavam e davam estofamento ideológico para as ações políticas mais radicais desse período. Esses movimentos eram sustentados financeiramente e/ou ideologicamente por pessoas físicas ou jurídicas de credibilidade, de reputação ilibada que aos olhares dos mais incautos, tinham como único objetivo fornecer a população informações e esclarecimentos dos acontecimentos que ocorriam no país e no mundo. Algumas instituições possuíam um forte alicerce intelectual como, por exemplo, o *Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Social* (IBAD), o *Instituto de Pesquisa Social* (IPES) ¹⁷, a *Escola Superior de Guerra* (ESG), e mesmo a *Tradição, família e Propriedade* (TFP), instituição ultraconservadora católica, que atuava sob os auspícios da Santa Sé. Os grupos terroristas de *direita*, que se formaram na órbita dessas instituições, agiam em muitas regiões do Brasil ¹⁸, espalhando a insegurança e o terror. Qualquer pessoa, estabelecimento empresarial ou cultural que se manifestasse contrária a ditadura ou simpática a idéias “subversivas” tornar-se-ia alvo da ira desses grupos, que possuíam em seus quadros, profissionais especializados e extremamente disciplinados nas tarefas em que se incumbiam ¹⁹.

A adesão ao golpe por parte das elites, já em terras paranaenses, como já foi sublinhado, foi instantâneo. Podemos relativizar o envolvimento direto dessas elites no processo revolucionário ²⁰, que levou os militares ao poder em 1964, entretanto, não é inverossímil a afirmação de que nos bastidores do golpe, não tenham atuado para reforçar esse movimento. Desde o governo Vargas (1951-54), com sua aproximação, em muitos momentos, com as *esquerdas* ²¹, colocaria as elites em guarda contra o que chamavam de “perigo vermelho”. Um estado de perfil conservador, que historicamente

¹⁵ DREIFUSS, René A. 1964: *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁶ Da organicidade da *direita*.

¹⁷ DREIFUSS, René. Op. cit., p. 361-371.

¹⁸ A autora Heloísa STARLING explora particularmente a ação anticomunista em Minas Gerais. DREIFUSS na obra *O jogo da Direita*, também explora esse tema ao largo de sua obra.

¹⁹ ARGOLO e outros, In *A direita explosiva no Brasil*, relata a forma de organização Grupo Secreto, no Rio de Janeiro. Décio Lima, possui um interessante texto sobre esse tema.

²⁰ Os sociólogos Adriano CODATO e Marcus de OLIVEIRA em ensaio demonstram a efetiva participação da elite econômica paranaense no golpe, no Estado do Paraná.

²¹ GIMENEZ, Op. cit. p. 91.

se posicionou ao lado do legalismo ²², certamente não passaria incólume das ações políticas, tanto da *esquerda*, quanto da *direita*.

É bastante provável que as ações políticas de *direita*, que agiam na ilegalidade e de caráter extremista tenham se manifestado em vários lugares deste Estado, fundamentalmente, após o golpe de 1964. Entretanto, aquela que obteve um maior êxito, foi a que agiu dentro da legalidade e teve maior penetração na sociedade: a *ação da imprensa*. A grande imprensa posicionou-se, a exemplo de outras no Brasil, contra as medidas nacionalistas de Vargas na década de 1950; contra a leniência de JK com as *esquerdas*; contra a heterodoxia política de Jânio e, obviamente, contra o *esquerdismo* de Jango. Destarte, seria compreensível que se posicionasse a favor do golpe – como já assinalamos –, no entanto, como tinham um público mais plural, não procurava fazer grandes debates sobre temas de interesse nacional, isso ficaria a cargo de outros periódicos de circulação dirigida. Apoiados pelo empresariado paranaense que comungava da ideologia dos que assumiram o poder na esfera federal e, 1964 e reforçado pelo apoio financeiro de empresas estatais, determinados meios de comunicação – em particular revistas – buscavam atingir um público mais restrito, contudo de forte inserção na sociedade. A *classe média* foi o público privilegiado desses periódicos, pois, as matérias jornalísticas buscavam trazer esse segmento para o debate ou fazer dele correia de transmissão do pensamento e da ideologia que se instala no poder.

Indubitavelmente, o *lôcus* da discussão política, do debate ideológico é mais plural e contundente na *urbe*. É nela que os acontecimentos – dos mais diversos – ganham mais visibilidade e repercussão. Destarte, é verossímil a assertiva de que o embate político entre *esquerda* e *direita* teve nas cidades seu palco por excelência (não se está desconsiderando a luta esgarçada dessa díade no campo, que marcou – e ainda marca – a história brasileira). Quanto maior o centro urbano, mais visibilidade perante a mídia ganha um ato político. Mesmo porque é nesse espaço que reside as principais organizações políticas de um Estado, sejam elas, partidárias, sindicais, patronais, além de um centro político-jurídico administrativo expressivo e representativo. Adiciona-se a esse quadro, a presença de meios de comunicação de massa que podem conduzir as reportagens de forma, por vezes, tendenciosa, com o intuito de aguçar as rivalidades, a

²² A adesão ao florianismo, na chamada Revolução Federalista, é um bom exemplo.

fim de atender a um determinado interesse. Não será menos importante assinalar, a presença de uma elite intelectual – e seus templos – em disputa pela hegemonia de um pensamento. Essas condições estavam presentes no estado desde os anos cinquenta, contudo se robustecem no período de governo dos militares (1964-85). E era justamente nas cidades que esse confronto político-ideológico se realizava concretamente.

Apesar de o Estado do Paraná, não ter se situado no centro das articulações políticas golpistas de 1964 – como já sublinhamos – era, sem sombra de dúvida uma unidade da federação importante. Além do mais, estava geograficamente, próximo daqueles Estados que conduziram o golpe. Portanto, é de se supor, que os movimentos políticos que compõe a díade (*esquerda X direita*), também se enfrentaram no Paraná naquele período, mesmo que num grau de intensidade menor e de repercussão regional. Considerando, o perfil conservador do Estado²³ é lícito conjecturar, que a *direita* tenha se manifestado vigorosamente nessa época. Logo, a tese que se pretende sustentar é a de que ocorreram nesse espaço geográfico, Estado do Paraná, manifestações *direitistas* conduzidas, no plano das representações por uma elite letrada, que visava acompanhar um movimento maior em curso no país, que era o combate daquilo que comumente no imaginário intelectual de *direita* chamava-se *esquerdismo*.

O que se pretende, em suma, é explorar o *meio* e a *mensagem* que se procurou veicular na imprensa paranaense, em particular, através de dois periódicos – as revistas *PANORAMA* e *PÁRANA EM PÁGINAS*, autênticos veículos de comunicação destinados à classe média paranaense. Buscar-se-á identificar nos editoriais; nas *colunas* de política, sociais e econômicas, bem como nas matérias jornalísticas de um modo geral, posicionamento ideológico de seus redatores na análise dos acontecimentos mundiais, nacionais e regionais a partir de meados da década de 1950 até o fim da década de 1960, onde se percebe a consolidação do regime militar no Brasil. Ademais, analisaremos, em que medida os textos jornalísticos poderiam consubstanciar o discurso da *classe média* paranaense na defesa do ideário conservador muito presente na alta burguesia do estado do Paraná.

²³ TRINDADE E. M. de Castro & ANDREAZZA Maria Luiza. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001, p. 103.

II – EXPLORAÇÃO DE CONCEITOS

a) Direita e Esquerda

“Quem trabalha com o método analítico nunca pode esquecer que a realidade é bem mais rica do que as tipologias abstratas, que devem ser continuamente revistas para dar conta dos novos dados já conhecidos. Mas o historiador também deve se dar conta de que, para compreender, descrever e ordenar a realidade de fato revelada pelos documentos, não pode abrir mão de conceitos abstratos, cujo significado, saiba ou não saiba, lhe é fornecido pelos fanáticos da análise”²⁴.

Adentramos no século XXI e é ainda recorrente uma discussão que percorre os mais variados campos do saber, seja ele, acadêmico, político, sociológico ou econômico, acerca da doura e polêmica disputa entre a díade *direita-esquerda*, mesmo em face das modificações históricas do nosso tempo. Essa distinção que remonta pelo menos a dois séculos, foi e ainda é comumente utilizada para designar o contraste presente no imaginário político-ideológico e nas ações políticas, além de ser uma questão axiológica, pois afloram juízos de valores de positividade e negatividade. No caso da esfera política, os termos *direita-esquerda* são desarmônicos, excludentes, são concepções de mundo distintas, entretanto a existência de um pressupõe a existência da outra. Aqui, não se está fazendo juízo de valor, mas demarcando espaço construído historicamente no plano ideológico. Alega-se que por conta das crises da modernidade, onde paradigmas que serviam de lanterna que iluminavam os caminhos futuros, foram abruptamente atropelados pelos acontecimentos políticos do fim do século XX e seus desdobramentos no século seguinte. Destarte, as disputas ideológicas que alimentaram corações e almas nas décadas passadas, seriam, na leitura de alguns pensadores, insuficientes, senão inúteis para compreender o presente e nortear o futuro²⁵. Dentro dessa linha de raciocínio, não teria mais nenhum valor heurístico ou classificatório e

²⁴ BOBBIO, Norberto. *Esquerda e Direita*. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1994, p.15.

²⁵ GUIDENS, Antony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: UNESP, 1996.

muito menos avaliativo, como apontam os novos iluministas ²⁶. Para esses teóricos a discussão acerca da existência ou não da díade resulta num debate inútil, desnecessário, pois, a modernidade estaria diante de novos problemas, e a busca de soluções criativas para resolvê-los não pode e não deve ser guiada por questões de cunho ideológico. Dentro desse raciocínio, as demandas da contemporaneidade exigiriam um maior pragmatismo. Nessa ótica, onde se observa um mundo pluriverso não caberia colocar os problemas sob a forma de antíteses. Seria muito mais proveitoso contemplar as múltiplas demandas sociais sem resvalar para a ambivalência ideológica.

Norberto BOBBIO²⁷, por sua vez, assumindo de certa forma uma posição mais conservadora, afirma que a “*árvore da ideologia está sempre verde*” a despeito de uma suposta tibieza teórico-política que sustentava o embate ideológico de outrora por decorrência dos acontecimentos políticos do fim do século XX e do advento da mundialização. Sem dúvida, a configuração do mundo atual, desnorтеou a bússola ideológica que delimitava o campo da *direita* e da *esquerda*. De fato, empalideceu o embate, mas não o fez desaparecer, como crêem alguns. Ademais, como assinala BOBBIO, seria muito simplificador enquadrar a díade como uma disputa meramente ideológica, sem considerar que elas representam “*programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política...*”²⁸

Na busca de uma resignificação, na Itália, BENVENUTTO ²⁹, propõe uma nova nomenclatura que explique ou redefina e re-denomine a díade, a fim de reinscrevê-la no mundo contemporâneo, no espectro político-ideológico, diante do declínio comunista e do enfraquecimento da social-democracia. Essa nova denominação seria intitulada de *progressista-conservador*, que consideraria mais adequado aos novos tempos.

Um outro argumento comumente utilizado para reafirmar a *débâcle* da velha díade é o grau de complexidade assumido pelas sociedades contemporâneas, fundamentalmente as industrializadas. Segundo seus críticos, ela já não mais serviria para descrever as metamorfoses no mundo do trabalho e nem na recomposição das

²⁶ Refiro-me aqui a outros defensores da chamada Terceira Via – além de Guidens – como por exemplo Robert Putnam, Ian Winter, entre outros. A tese em evidencia é a do Capital Social, que busca uma equidade respeitando as individualidades.

²⁷ BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda – Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.

²⁸ BOBBIO, op. Cit. Pág. 33

²⁹ BENVENUTTO, Sergio. *Tramonto della sinistra?* In Studi Critici, v. II, n. 1-2, p. 111-125, In BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significado de uma distinção política*.

classes sociais, que por mais que se preservem os *habitus* dos atores sociais, observar-se-á uma mobilidade no *campus* ³⁰. Novos problemas afloram cotidianamente e, segundo os críticos da divisão ideológica tradicional, os instrumentos tradicionais da ação política são insuficientes para atender essas novas demandas ³¹.

Norberto BOBBIO concorda que problemas inerentes à modernidade são concretos e precisam ser tratados de forma cuidadosa, no entanto, são secundários, na leitura que faz sob a existência ou não da *direita* ou da *esquerda*. Para ele é fundamental que se compreenda que a existência de uma implica na sobrevivência da outra. Dito de outra forma: o desaparecimento de uma culmina automaticamente no desaparecimento da outra (totalidade dialética). Ocasionalmente, por força das circunstâncias políticas, sociais e econômicas podemos observar a proeminência de uma sobre a outra. Por vezes, chegamos a acreditar que uma aniquilaria a outra. Entretanto, a força política em dissenso se reagrupa, se reorganiza, e gradativamente passa a ocupar um espaço outrora perdido, a ponto de reverter à situação anterior, colocando-se como força dominante. Esse é o jogo dialético da díade. Daí, ele não acreditar que questões de relevo do mundo contemporâneo possam ser discutidas de forma desideologizadas.

BOBBIO afiança que (a despeito do que já foi dito) a antítese principal, *direita-esquerda*, é responsável pelo afloramento de todas as outras na linguagem política. Embora não seja unívoca em seu significado e nem imutável no tempo, seria perene, enquanto existirem conflitos, diferenças no mundo. O pensador italiano vai ainda afirmar que a díade possui um significado *descritivo* e um outro *avaliativo*. No primeiro caso, ela pode ser polissêmica, sem subverter o seu significado corrente. No segundo caso, a díade descreve uma antítese, onde uma conotação positiva de um pólo implica em dar uma conotação negativa ao outro. Saber qual é o axiologicamente negativo ou positivo está diretamente relacionado aos juízos de valor dado as coisas descritas e as pessoas que as descreve. Considerando que os termos que compõe a díade não são absolutos ou como diz BOBBIO, “*não são qualidades intrínsecas ao universo político. São lugares do espaço político*”. São termos que se metamorfoseiam de acordo com a temporalidade e a circunstâncias, sem, entretanto, macular sua essência.

³⁰ Tanto Bourdieu, quanto Giddens, não trabalham com a categoria marxista de *classes sociais*, por achar anacrônico, face à complexidade da sociedade contemporânea.

³¹ GUIDENS, Antony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: UNESP, 1996.

Em substância, o que diferenciaria a *esquerda* da *direita* (partindo do pressuposto que elas de fato existem e estão presentes no debate político da contemporaneidade), principalmente diante da conformidade nos programas dos partidos políticos; na retórica de parlamentares, sindicalistas, ambientalistas e às vezes nas práticas dos militantes. A práxis dos agentes aponta muitas similitudes. BOBBIO, enxerga alguns elementos que podem nos auxiliar nessa elucidação. Um deles é o *ideal de igualdade*, assumida pelos atores sociais em sociedade, que estaria perfilado com o *ideal de liberdade* e o *ideal de paz*. Seriam estes, a síntese do protejo teleológico da humanidade. A postura social que os homens assumiriam diante desses conceitos definiria sua bandeira ideológica. Desse modo à *esquerda* seria *igualitária* e a *direita* *não igualitária*. No entanto, não devemos ser açodados, uma vez que o conceito de *igualdade* é uma abstração, relativista, possibilitando interpretações plurais, o que nos coloca um dilema: o desejável estaria em consonância com o realizável.

Esse debate – como já foi assinalado – perpassa todos os segmentos da sociedade, por conta disso seria natural encontrá-lo na mídia, seja de forma mais explícita, sem pudores, onde o veículo assume e divulga seu posicionamento político-ideológico – os periódicos franceses são exemplos emblemáticos dessa prática – ou seja, de forma mais contida, querendo nos fazer crer numa suposta neutralidade, a serviço unicamente da verdade e da informação, num exercício desideologizado. Altercações conservadoras e aparentemente levianas, ancoradas em teses insustentáveis teoricamente, preenchem os cadernos de política e sociedade de vários matutinos e hebdomadários que circulavam no país e contribuía para a formação de uma opinião sobre o país, seus mandatários e seus inimigos.

No Estado do Paraná, pelo seu perfil conservador – como já foi sublinhado – não seria surpresa a existência desses meios de comunicação. É sabido, que a grande imprensa fora coadjuvante na trágica retirada de cena de Vargas; nas críticas desmedidas do governo JK; na ridicularização do governo Jânio; na oposição declarada ao governo Jango e, obviamente, no golpe de 1964. Não seria inverossímil afirmar que ela contribuiu enormemente para a sustentação ideológica do regime militar, que se apoderou do poder em 1964 e estendeu-o até 1985. Os matutinos, pela peculiaridade de seu formato – leitor plural, notícias condensadas, leitura instantânea, manuseio custoso, etc. – não exploravam a contento as questões mais candentes na política, da economia e

da sociedade brasileira ³², por isso eram facilmente descartáveis. As revistas é que se encarregavam dessa tarefa, uma vez que abordavam temas que resistiam mais ao tempo e, por conta disso, os exploravam de maneira mais cuidadosa, contendo até uma certa cientificidade. Em função disso, eram menos descartáveis, pois eram, amiúde, relidas. O formato desses veículos de comunicação seguia um padrão internacional e transitavam por mãos menos calejadas e mentes mais arguciosas. Em suma, buscava atingir um determinado perfil de leitor. Uma boa parcela desse leitor residia no que se convencionava chamar de *classe média*. Destarte é de se supor que as duas revistas que se pretende explorar no presente trabalho transitava por esse segmento social. Não seria inverossímil afirmar que ambas alimentaram e foram alimentadas ideologicamente por esse estrato social, consubstanciando seu pensamento sobre as *coisas* do Brasil.

b) Classe média.

*“... o comportamento das classes médias tem se caracterizado pela ambigüidade. Nas épocas de estabilidade do sistema, geralmente demonstram completo desinteresse pelas atividades políticas. Nos momentos de instabilidade, revelam todo seu pavor à agitação e apóiam firmemente a repressão do proletariado, contribuindo, assim, para o fortalecimento das oligarquias”.*³³

*“A “classe média” e a “estratificação social” foram criadas pela classe dominante e pelo Estado Capitalista para tornar mais “funcional” uma sociedade que nasceu sob o signo do antagonismo e do conflito”.*³⁴

A nossa exposição acerca do estrato social supra-assinalado está ancorada nos estudos realizados por WRIGHT MILLS ³⁵ na década de 1950, quando analisa as transformações sociais e políticas que vinham se processando na sociedade norte-americana pós-segunda guerra, onde esse segmento mesocrático ganharia visibilidade política e tornar-se-ia uma voz altissonante naquela sociedade. No caso brasileiro, foi-nos extremamente útil o excelente trabalho realizado pelo sociólogo DÉCIO SAES ³⁶,

³² Atualmente já existem no mercado jornais especializados, principalmente na área econômica.

³³ COSTA, Bolívar. *O drama da classe média*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p. 34.

³⁴ SAES, Décio, Op. Cit. p. 12.

³⁵ MILLS, C. Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

³⁶ SAES, Décio. *Classe média e o sistema político no Brasil*. São Paulo: TA Queiroz, 1985.

acerca da constituição da chamada “classe média brasileira” e seu envolvimento nas transformações sócio-políticas do país, desde a consolidação do Estado brasileiro até sua polêmica participação nos acontecimentos políticos que deflagraram o golpe militar de 1964.³⁷

Como assinala MILLS, a constituição desse segmento mesocrático estaria vinculada ao processo de desenvolvimento do capitalismo na América do Norte que, essencialmente, no espaço urbano produziria uma fragmentação sócio-econômica que daria origem à *classe média* norte-americana, que se situaria – grosso modo - num *intermezzo* entre a burguesia e o operariado. A incorporação desse elemento social no sistema sócio-político e econômico vigente produziria nas décadas posteriores importantes transformações na sociedade norte-americana, que guardadas as devidas proporções, produziriam reflexos para o resto da América. Destarte, o sistema capitalista seria – a partir dessa inserção – azeitado por um *corpo burocrático*, tanto no setor privado quanto no público, que WRIGTH MILLS chama de *White Collars* (Colarinho Branco) e que o distinguiria do *Blues Collars* (operariado), dando assim novos contornos às relações de poder que se construiriam a partir da complexidade que ganharia esse conceito. Sobre esse fenômeno, MILLS estabelece a seguinte analogia, a fim de realçar a importância que esse elemento – a classe média – ganharia: “*Ele é, ao mesmo tempo, um dente da engrenagem e a esteira rolante da maquinaria burocrática; é um elo da cadeia de comando, persuasões, circulares, avisos que une os homens que fabricam decisões aos homens que fabricam coisas.*”³⁸

O binômio *White Collars* fora cunhado por um escritor norte-americano renomado, *Upton Sinclair*, nos anos 1930, preocupado com as consequências nefastas que o sistema capitalista estava naquele momento histórico provocando nas pessoas, nas suas relações pessoais e profissionais. O sociólogo WRIGTH MILLS daria uma nova dimensão ao termo, aprofundando o debate em torno desse fenômeno, garimpando sua origem em tempos mais remotos. É aí talvez que encontraremos a diferença na constituição da classe média brasileira.

³⁷ Há alguns estudos que apontam o grau de participação da classe média no evento de 1964, contudo não existe um consenso no grau de envolvimento desse segmento e nem até que ponto foi manipulado por outros segmentos.

³⁸ WRIGTH MILLS, op. Cit., p.100.

No Brasil, o desenvolvimento capitalista se processou de forma dependente, à reboque do capital internacional, como já foi sobejamente explorado por outros intelectuais ³⁹. Uma das diferenças fundamentais foi a inexistência do que WRIGTH MILLS chama de *antiga classe média*, compostas por agricultores, homens de negócios e profissionais liberais independentes (que não estavam vinculados a nenhuma firma), que transitaram na economia agrária estadunidense no século XIX e forneceram as bases para o que ele chama de *nova classe média* norte-americana. Os prepostos da burguesia brasileira não passaram por essa etapa, qual seja da formação de uma classe intermediária no setor rural – entre o latifundiário e o camponês – uma vez que, o processo de industrialização e da subsequente urbanização se deu por conta dos investimentos promovidos pelos *senhores de terra* e não por homens oriundos do meio urbano. No entanto, a classe média que vai gradativamente ganhar importância no Brasil a partir da década de 1950, tornando-se um segmento importante no processo eleitoral, guarda muitas similitudes com a análoga norte-americana, principalmente no que tange a sua formação ideológica.

Esse segmento mesocrático antigo estava assentado nas “... *idéias de Economia Política de Adam Smith (...) com as de Moral de Thomas Jefferson*”⁴⁰ que colocava a propriedade – no caso de terras - como bem supremo e o agricultor como o lastro numérico da classe média independente. Após a Guerra Civil Americana, acelera-se a industrialização e no bojo desse processo nasce o burguês americano, que WRIGTH MILLS chama de capitão de indústria – “*foi ele a primeira imagem americana do burguês como homem de negócios, e nenhuma outra jamais o suplantou*” ⁴¹. Parte da classe média iria orbitar em torno desse fenômeno nascido no final do XIX.

Como já foi sublinhado, o Brasil não passaria por esse processo, uma vez que a acumulação capitalista se deu fundamentalmente pelo setor agrário – altamente concentrador – e é dele a iniciativa de enveredar pelos caminhos da industrialização⁴². Destarte, a constituição de uma *antiga classe média* nos moldes norte-americanos não se realizaria, todavia, com o crescimento do Estado e do setor industrial, brotaria a classe média ou os *White Collars*, como indica WRIGTH MILLS. Não obstante,

³⁹ Cf. BRESSER PEREIRA, L. C. *Economia Brasileira*. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁴⁰ WRIGTH MILLS, Op. Cit., p. 25.

⁴¹ Idem, p. 27.

⁴² IGLÉSIAS, F. *Industrialização Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

encontrarmos diferenças sensíveis no processo de constituição dos segmentos mesocráticos, e a análise de WRIGTH MILLS ainda nos serve para compreender a inserção social dessa coorte na vida sócio-política brasileira, pois outros elementos os aproximam, tais como a busca incessante de status social, portadores de um bom nível de renda; dotados de um razoável aporte cultural/intelectual, etc. O sociólogo americano enquadraria nesse segmento, os gerentes – e seus correlatos –, profissionais liberais assalariados; vendedores – de determinados produtos – e empregados de escritórios.

Um outro estudioso do tema, o sociólogo Bolívar Costa, localiza na segunda metade do século XIX, mais precisamente após a Comuna de Paris, os ideais mesocráticos que estariam resumidos na “... *aquisição de propriedade, posse de cargos públicos, estabilidade e tranqüilidade a fim de progredir na vida*” ⁴³ e que com a expansão do capitalismo construiriam suas trincheiras no espaço urbano que é também disputado pelo operariado.

É interessante notar que na fase concorrencial, ou competitiva, do capitalismo esse segmento se empenharia e obteria relativo sucesso na empreita de amealhar riquezas e prestígio. É claro que isso é mais visível na sociedade norte-americana. Quando convocado, cerraria fileiras com o operariado, muitas vezes guiando-os em suas demandas por conta de sua percepção mais apurada da realidade. No entanto, na fase monopolista do capital torna-se “*uma classe passiva, (...), renunciando à luta pela detenção dos meios de produção, abre as portas à sua integração subalterna ao regime*” ⁴⁴ e, por conseguinte, passa a enxergar o operariado como um adversário nas disputas pelas migalhas ofertadas pelo capital. Agora, como nos diz WRIGTH MILLS, “*suas oportunidades de receber uma renda, de exercer o poder, de gozar de prestígio, de adquirir e utilizar habilidades são determinadas pelo mercado de trabalho, e não pelo controle de uma propriedade*”.⁴⁵

A crescente polarização das lutas de classes, que colocava capitalistas e operariado em situações diametralmente opostas, alocava a *classe média* numa situação de desconforto, pois é tensionada por ambos os segmentos. Ela oscila entre o receio de ser empurrada a proletarização e o temor de ficar submissa a oligarquia capitalista. Conta-nos COSTA que nos países desenvolvidos, “... *a oligarquia exerce sua*

⁴³ COSTA, op. Cit., p. 28.

⁴⁴ Idem, p.36.

⁴⁵ WRIGTH MILLS, Op. Cit., p. 84.

*dominação através dos chamados quadros intermediários e de elementos prepostos, recrutados no seio das classes médias”.*⁴⁶

Esse comportamento não é diferente em países de economia dependente. No Brasil essa prática já foi observada muitas vezes, onde a classe média faz a defesa de interesses que não são efetivamente de seu universo. E não seria inverossímil afirmar que os segmentos mesocráticos, de um modo geral, se identificam ou estão “sintonizados”, como nos sugere WRIGTH MILLS, “... *em status social e ideais políticas com os grandes proprietários*”⁴⁷, pois são, em seu imaginário, um referencial de sucesso. Contudo, a mesocracia não se realiza em sua plenitude, pois lhe falta identidade, uma vez que, “... *adquiri compleição moral fronteira que nem os identifica com o amoralismo típico da grande burguesia e nem com a estreiteza ética das classes intermediárias*”.⁴⁸

SAES, num estudo minucioso da constituição da classe média brasileira⁴⁹, apontaria para o papel ativo que a classe média teria na transição de um Brasil agro-exportador para sua fase seguinte, a de processo de industrialização, quando diz: “*A industrialização capitalista exigiu, portanto, a expansão do aparelho urbano de serviços; o crescimento das classes sociais antagônicas – burguesia industrial e a classe operaria foi seguido, desde modo, pela multiplicação de outros grupos sociais*”.⁵⁰

SAES utiliza-se do conceito marxista de trabalhadores improdutivos – sejam os que se agrupam no setor terciário, sejam os que participam do setor secundário da economia – para localizar esse segmento, que segundo o pesquisador guardam uma situação *sui generis*, pois ao contrário dos operários não estão em oposição direta aos proprietários do capital e diante disso, “*na sua situação de marginalidade com o objeto real da luta social (a produção de mercadorias) os afasta do núcleo do antagonismo entre as classes sociais e os condena à condição de grupos sociais secundários no conjunto das relações sociais*”.⁵¹

⁴⁶ COSTA, Op. Cit., p.41.

⁴⁷ WRIGTH MILLS, Op. Cit. p.102.

⁴⁸ COSTA, Op. Cit., p.42.

⁴⁹ SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiróz, 1985.

⁵⁰ Idem, p.8.

⁵¹ SAES, Décio. Op. Cit., p.10.

Esse segmento no Brasil vai ganhar importância, na medida em que a urbanização se aprofunda. Se considerarmos, que até a década de 1960 a população brasileira ainda era rural – o Paraná até a década de 1970 possuía uma considerável população rural –, composta de uma massa economicamente miserável e de formação intelectual/formal muita baixa, é de se imaginar o grau de manipulação política que sofriam.

Até a década 1960, poderíamos dizer apenas algumas cidades – para falar em estados a questão torna-se mais complexa – como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre possuíam algum avanço no setor secundário da economia. No Paraná, como nos expõe Dennison de Oliveira ⁵², somente daria seus primeiros passos a partir de 1970 com um *locus* muito bem definido: Curitiba.

Politicamente, como nos diz COSTA, esse segmento é: “... *reacionário, pois enquanto, de um lado, combate o que considera a voracidade do grande capital, de outro, demonstra horror e pânico a todas posições ideológicas mais ou menos comprometidas com qualquer projeto de reordenamento da sociedade capaz de favorecer as massas*”. ⁵³

Ou ainda, como sublinha SAES, o caráter oportunista desse segmento onde, “*a posição política dos grupos médios dependem da conjuntura, do modo pelo qual se articulam e se opõe a prática política burguesa e a prática política proletária, de seus problemas e de suas tensões*”. ⁵⁴

Esse segmento mesocrático fora amiúde utilizado como massa de manobra dos interesses dos grandes capitalistas. Esses, quando vêm seus interesses em perigo buscam, “... *a eterna mobilização das camadas médias para conjurar a desordem que ameaça o corpo social, ajudando a varrer a ‘corrupção e a “subversão”*”. ⁵⁵

Estrategicamente, as demandas da grande burguesia são colocadas sutilmente como se fossem também as demandas do segmento mesocrático, que passam a fazer defesas veementes, exigindo dos *aparelh*os repressores do Estado uma ação imediata ⁵⁶. Os eventuais excessos são relevados em prol de um objetivo maior, que no caso do Brasil da década de 1960, era a defesa da família brasileira, dos princípios cristãos

⁵² OLIVEIRA, D. *Urbanização e Industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

⁵³ COSTA, p. 53.

⁵⁴ SAES, Op. Cit. p.18

⁵⁵ Idem, p. 54.

⁵⁶ Idem, p.19.

diante das ameaças alienígenas. Ademais, essa pequena burguesia *lumpen*, como diz COSTA, costuma-se genuflectir diante dos reclames da grande burguesia, até por que pauta seu comportamento, seus hábitos, preferências, modismos e até na linguagem, nessa elite que, aliás, ela vislumbra ser um dia. Cabe ainda assinalar, que os segmentos mesocráticos – via de regra – são refratários às organizações partidárias que, em tese, dão consistência política a uma nação. São suscetíveis aos apelos de políticos demagogos, quando estes fazem ou prometem fazer a defesa dos interesses desse segmento ⁵⁷. Nesse caso, a coloração partidária não tem muita importância. Não são, a rigor, apegadas a projetos coletivos – mesmo nos segmentos profissionais – e advogam a necessidade de certas renúncias em prol de interesses comuns. O economista Paul Singer afirma que as classes médias têm uma consciência mistificadora dos seus interesses, uma vez que, julgam reunir os interesses da classe dominante e das classes exploradas. Isso poderá nos fornecer uma idéia do grau de presunção dessa classe, o que vai contribuir para o fortalecimento de uma auto-imagem de que de fato são formadores de opinião.

A classe média paranaense não fugia do padrão resumidamente desenhado acima nos anos 50, 60 e 70. Muitos trabalhos acadêmicos reforçam o conservadorismo existente nessas plagas, por conta de seu processo de colonização, onde a estratificação social era fruto da estratificação familiar, onde as questões hierárquicas eram rigidamente respeitadas. Agregam-se a esse cenário, fortes elementos religiosos que conduzem a uma submissão, a um respeito cego as tradições e a uma perspectiva metafísica maniqueísta que, amiúde, é transportada para a sociedade a fim de atender, muitas vezes, a interesses escusos ou pouco éticos, contribuiu para formar o segmento mesocrático do Estado paranaense.

III – FONTES E OBJETO

A revista *PANORAMA* surge em 1951, no município de Londrina, norte do Paraná, fundada pelo professor e jornalista Adolfo Soethe, figura conhecida nos meios intelectuais londrinenses. Desponta com o intuito de ser uma “*revista mensal de cultura geral*”, como está explicitado em seu expediente, no entanto, enveredaria também pelo caminho da política e do desporto, além de abordar temas candentes da

⁵⁷ COSTA, Op. Cit., p. 135.

sociedade brasileira, sempre com um viés conservador, de respeito à ordem e às tradições da família brasileira e, por conseguinte, paranaense, bem ao gosto de seu fundador.

O alcance dessa revista, nos primeiros anos, foi bem restrito, limitando-se a Londrina e região. A capital paranaense recebia alguns exemplares, ofertados nas principais bancas de jornal, já despertando o interesse da elite letrada local. A produção gráfica não se distanciava muito de suas congêneres, se considerarmos a pouca qualidade técnica da maioria das revistas brasileiras do período, pois ainda não representava um veículo que pudesse dar grande visibilidade aos eventuais patrocinadores. No caso específico da *PANORAMA*, sua manutenção financeira vinha basicamente da venda de seus exemplares e da venda de espaços publicitários, que pela pouca tradição não representavam muito para a receita da empresa e eram por conta disso insuficientes para custear as edições que, aliás, tinham uma distribuição irregular. Não obstante, as dificuldades financeiras que acometem esse tipo de empreendimento – até nos dias de hoje –, a revista tivera boa acolhida, angariando prestígio a cada edição. O prestígio desse mensário extrapolaria as fronteiras do município sendo, inclusive, assediada por outros órgãos de imprensa do estado e até do Brasil, – que não tinha um veículo de comunicação com esse formato – com o fito de adquiri-la.

As pressões de ordem financeira e o desejo de expansão por parte de seu editor levariam-na a ser incorporada pela Sociedade Comercial e Representações Gráficas Ltda., em outubro de 1954, pertencente ao empresário curitibano Oscar Schrappe Sobrinho⁵⁸, entretanto, o editor continuaria a ser o professor Soethe.

Agora, com sede em Curitiba, a revista teria seu público ampliado. A área comercial passaria por uma reformulação e a venda por assinatura cresceria barbaramente. Dos dois mil exemplares editados em 1951, saltaria para 5 mil em 1954; 10 mil em 1956; 25 mil em 1958; 37 mil em 1957; atingindo seu ápice em 1960 com uma tiragem de 40 mil exemplares, tornando-se um marco no jornalismo paranaense. A diagramação e qualidade do papel sofreriam mudanças substanciais, sob orientação e produção técnica da Impressora paranaense⁵⁹ – uma das mais sofisticadas do Brasil –,

⁵⁸ Nesse período Schrappe Sobrinho era presidente da ACOPA (Associação Comercial do Paraná), atual ACP e líder do PRP no estado, partido fundado pelo ex-integralista Plínio Salgado e, ainda idealizador do Comando Geral das Classes Produtoras (COMCLAP).

⁵⁹ Gráfica de propriedade de da família Schrappe.

assim, nada ficava a dever às outras revistas do gênero da época. Rivalizando inclusive com a revista *O Cruzeiro* – a primeira revista ilustrada do Brasil – produzida no Rio de Janeiro, no final da década de 1920 e que atingiria, o surpreendente número de 1 milhão de exemplares mensais ⁶⁰ na década de 1950/60, distribuída em todo o Brasil, além de ser patrocinada por importantes grupos financeiros do Brasil e até de multinacionais. Com o prestígio em alta e alcançando a elite letrada do estado e de outros estados da região sul ⁶¹, a revista *PANORAMA* passaria a abrigar importantes jornalistas ⁶² do estado, que tornavam sua leitura mensal quase que obrigatória para quem quisesse saber o que se passava na política, na sociedade e na cultura paranaense.

Em substância, a revista *PANORAMA* tinha a pretensão de repetir o sucesso da *Revista do Globo*, de Porto Alegre, que surgiu em 1929 e que cessaria a circulação em 1967, tendo na década de 1930, Érico Veríssimo como seu editor e, que juntamente com a revista *Alterosa* de Belo Horizonte (1938-1964), que teve no início da década de 1960, tendo o escritor e jornalista Roberto Drummond como editor, marcaram época como revistas literárias responsáveis pela introdução de obras de grandes escritores estrangeiros no Brasil. Outra referência, provavelmente tenha sido a *Revista da Semana*, do Rio de Janeiro, que surgiu em 1900 e durou até 1962, a primeira revista literária do Brasil. Se observarmos o formato da revista *PANORAMA* ela difere das citadas por assumir explicitamente uma postura ideológica conservadora – principalmente de combate ao comunismo – ao enveredar para análise política. É importante assinalar que também foi uma revista que nasceria com a chancela do poder, produzindo muitos textos laudatórios sobre figuras conservadoras notórias da política e da sociedade paranaense e brasileira ⁶³, desde sua fundação. Seria ingenuidade pensar que ela não pretendia colher dividendos dessa relação.

Em 1966 falece o fundador e principal articulista, Adolfo Soethe. Era um elemento fundamental na estrutura da revista, pois além de ser o editorialista, era também responsável pelas principais matérias do periódico. Nesse mesmo ano, Oscar

⁶⁰ Se considerarmos que esse mensário atingia pelos menos 20 unidades da federação, cada uma recebia em média, 100 mil exemplares.

⁶¹ Há registros de assinaturas do exterior, onde, aliás, tinham correspondentes.

⁶² Samuel Guimarães da Costa, Valmor Marcelino, Ivar Feijó, Adherbal Stresser, Araken Távora, Bacilla Neto, Aramis Millarch, José Cury, Dino Almeida, além do romancista Dalton Trevisan, e do cineasta Silvio Back, atuaram nesse periódico.

⁶³ Elementos ultraconservadores da política brasileira, como Plínio Salgado, fundador de um extinto partido fascista brasileiro e Plínio Oliveira, da organização ultracatólica TFP, foram alvos de elogios pela revista.

Schrappe Sobrinho, o proprietário da revista, que pouco atuava no periódico, por conta de seus outros compromissos empresariais, mesmo porque a revista nunca fora um negócio lucrativo, resolve transferi-la para José Cury, este último atuante no meio publicitário, assumiria com o passar dos anos a responsabilidade de editá-la e o faria até sua morte, na década de 1980. A partir daí, a revista passaria por várias mãos, assumindo o perfil de quem a adquiria, perdendo gradativamente seu viés conservador e, até mesmo, ultraconservador que a marcou no início de sua existência. Atualmente é editada no formato eletrônico pela Editora Par, de propriedade de José Newton Dalla Bonna, desde a década de 1990.

A revista *PÁRANA EM PÁGINAS* aparece em 1965, logo após a chegada dos militares no poder e pouco antes da chegada de Paulo Pimentel ao governo do Estado. Era – e ainda é – de propriedade do jornalista Cândido Gomes Chagas, tinha uma publicação bem mais reduzida e circulava somente em Curitiba, contudo, tinha as mesmas pretensões das revistas supracitadas. O principal diferencial com a revista citada anteriormente residia no acesso ao exemplar. Era uma revista de distribuição gratuita, contudo dirigida. Era distribuída estrategicamente nos escritórios de profissionais liberais, nas repartições públicas – normalmente endereçada às chefias –, as organizações de classe – normalmente patronais –, as associações diversas, etc., sempre com o intuito de identificar e seduzir potenciais patrocinadores. Se utilizarmos a interpretação que o pesquisador GOMES SANTOS⁶⁴ faz da revista *Manchete* durante o governo de JK, diríamos também que *PÁRANA EM PÁGINAS* se constituiu num verdadeiro aparelho ideológico do estado, na acepção *althusseriana*, pois fez, em muitas ocasiões, o papel de *diário oficial* do establishment. Possuía um perfil ideológico similar ao da sua congênere *PANORAMA*, inclusive possuindo entre seus redatores os mesmos profissionais. Foram durante alguns anos concorrentes, disputando não somente leitores, mas, sobretudo, patrocinadores. O poder público, gradativamente, tornar-se-ia o principal patrocinador de ambas as revistas. A presença quase constante de suplementos que divulgavam as gestões dos governos estaduais e municipais eram claros sinais de uma subordinação crescente do interesse do poder público em ter esses veículos como fonte de divulgação de seus gestores. A revista *PÁRANA EM PÁGINAS* sempre se orgulhou de nunca ter interrompido sua publicação, a despeito das

⁶⁴ Cf. SANTOS, Pedro Augusto Gomes. *A classe média vai ao paraíso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

dificuldades que passaram todas as publicações do gênero no Brasil, com as sucessivas crises econômicas. Com uma tiragem bem reduzida, ainda é produzida, agora perdendo o caráter de gratuidade.

IV – APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

No primeiro capítulo procuramos inicialmente ressaltar os elementos que contribuíram para a queda de João Goulart em 1964 e a posterior chegada ao poder dos militares. O raciocínio foi tecido em cima das teses de *Caio Navarro de Toledo*, *Carlos Fico*, *Paulo Schilling*, *Jacob Gorender* e *René Dreifuss*, além do *brasilianista Alfred Stepan*, cada qual com sua interpretação sobre o desgaste sofrido pelo governo Jango, que oportunizou a tomada do poder pelos militares, bem como as forças políticas envolvidas nessa ruptura da ordem estabelecida. Entendendo que o episódio de 1964 foi construído a partir do governo de Vargas em 1951, onde a *direita* brasileira conduzida pela paranóia da guerra fria, procuraria gradativamente buscar uma maior mobilização, uma maior organicidade dos segmentos conservadores da sociedade brasileira, com o escopo de impedir um eventual assalto dos comunistas ao poder.

Para fazer esse resgate histórico, utilizamos bastante o *brasilianista Thomas Skidmore*, em sua importante obra, “*De Getúlio a Castello*” e novamente René Dreifuss, cuja tese de que o golpe de 1964 foi uma articulação muito bem ensaiada da *direita* brasileira, fundamentalmente daquela que detinha o poder econômico e que lançaria seus tentáculos em direção da sociedade brasileira a fim de fazer valer seus interesses. É de *René Dreifuss* que retiro alguns elementos que confirmam a organicidade mencionada acima. O sociólogo uruguaio reserva um capítulo inteiro de sua monumental obra, “*1964, a conquista do Estado*”, na apresentação de determinadas organizações de perfil conservador, tais como o IPES/IBAD ⁶⁵, financiada pelo grande capital (nacional e internacional) e outras organizações menores que contribuíram de forma decisiva para desgastar a imagem de João Goulart perante a opinião pública, dando base para sua queda do poder. Uma outra obra importante que contribuiu para

⁶⁵ Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (1962) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (1959), respectivamente.

entender a ação da direita foi a do professor *Paulo Schilling* – “*Como a direita se coloca no poder*”, de 1979 –, principalmente o volume I, que trata das estratégias e ações dos protagonistas dessa corrente ideológica. A obra da professora *Maria Vitória de Mesquita Benevides*, “*UDN e udenismo*”, juntamente com o livro “*Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*”, da professora *Maria do Carmo Campello de Souza*, contribuíram para que pudéssemos entender os meandros da vida partidária brasileira, anteriores a 1964. Paralelamente ao desenho que se pretendeu fazer da história brasileira, entre as décadas de cinquenta e sessenta, buscamos entender através da cientista social *Rosana Nazzari* e da historiadora *Marion Magalhães*, principalmente, como o estado do Paraná se comportaria nessa temporalidade; como o estado reproduziria o embate ideológico promovido pela *guerra fria* e em que medida as manobras políticas nacionais interferiram na política regional. A tese de mestrado de *Andréa Beatriz Gimenez* foi de grande valia, para que pudéssemos compreender os movimentos da *direita* paranaense em defesa do ideário ocidental, cristão, bem como sua concepção de democracia e liberdade.

Nesse capítulo é aberto um espaço para entender o *constructo* ideológico dos militares. Nesse sentido, foi de suma importância as leituras das obras de *Lauro Trevisan*, *Eliézer Rizzo de Oliveira* e *José Murilo de Carvalho*. Esse último faz uma releitura da participação das forças armadas no golpe de 1964. A fim de compreender os mecanismos econômicos que consubstanciaram os governos pré-ditadura militar, bem como os da ditadura propriamente dita, utilizou fundamentalmente *Paul Singer* e *Bresser Pereira*.

A revista paranaense utilizada para se esquadrihar foi a *PANORAMA*, uma vez que a revista *PARANÁ EM PÁGINA* apareceria somente em 1965. Então, na medida em que foi se desenhando o quadro político brasileiro, desde a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1951 até a queda de João Goulart, fomos pinçando o objeto de estudo que nos interessava, qual seja, as manifestações *conservadoras/direitistas* da mencionada revista. Essa metodologia se deu em todo o trabalho.

O segundo capítulo teve as contribuições inestimáveis da professora *Maria José de Resende* que foram importantes para compreender o esforço que o regime militar fez para conquistar a legitimidade de seus atos e a tentativa para angariar simpatias dos demais segmentos sociais, que enxergavam nas idéias *esquerdistas* um perigo eminente

para o país. Foram utilizadas nesse capítulo as análises de três respeitáveis brasilianistas: J. W. F. Dulles, Alfred Stepan e fundamentalmente Thomas Skidmore, principalmente na obra “*Castello a Tancredo*”, que em muito auxiliou para compreender as disputas de bastidores que enfraqueceram o governo de Jango e abriu a possibilidade da tomada abrupta do poder pelos segmentos conservadores. Utilizamos fundamentalmente René Dreifuss, em “1964 - A conquista do Estado” e em, “O jogo da direita”, a fim de reforçar a nossa tese de que, de fato, a articulação dos setores conservadores da sociedade brasileira fora quem deram as reais condições para o sucesso do golpe. Nesse sentido, nos foi muito útil também às leituras de José Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto Fortunato na reveladora obra “A direita explosiva no Brasil”; bem como a obra de Décio Lima, “Os Senhores da Direita” e a de Flavio Deckes, “Radiografia do terrorismo no Brasil (1964-1980)”, obras que denunciam o *modus operandi* da direita brasileira. Com o escopo de entender a ação da direita no Paraná as leituras do sociólogo Adriano Codato e do jornalista Milton Ivan Heller, foram de enorme valia. Da mesma forma que no capítulo anterior, buscamos investigar nas revistas PANORAMA e, a partir desse capítulo, a revista PÁRANA EM PÁGINAS, de que forma se comportaram diante das disputas ideológicas da época, do plano internacional ao plano regional.

No terceiro capítulo buscamos traçar um PANORAMA dos acontecimentos sócio-culturais das décadas de cinquenta e sessenta e verificar de que forma as revistas investigadas acompanharam e se pronunciaram em relação aos fatos mais marcantes do período. A fim de apropriar dos acontecimentos mais relevantes da década de cinquenta e sessenta, nos foi muito útil a leitura da obra, “Movimentos Culturais da Juventude” de Antonio Brandão e Milton Duarte. Não menos importante, foram as leituras de “Brasil: anos 50” de Ricardo Maranhão e Maria Fernanda Antunes e “Anos 60” de Luiz Carlos Maciel. É importante salientar que esses dois periódicos tinham a concorrência de revistas de circulação nacional, tais como O Cruzeiro, a revista Realidade e a revista Manchete, que contavam com uma estrutura muito superior as congêneres paranaenses. Os temas explorados nesse terceiro capítulo que nos pareceram de maior relevância foram a efervescência sócio-política produzida pelo movimento feminista.

Apoiamo-nos em leituras da Simone de Beauvoir, particularmente no livro 2, “A experiência vivida”, a fim de entendermos um pouco melhor o universo feminino. A

obra de *Pierre Bourdieu*, “*A dominação masculina*” nos ajudou a compreender como foi edificada a sociedade sob a ótica masculina que coloca a mulher como objeto, dentro de uma relação de subalternidade. No escopo de conhecer a trajetória da mulher do Brasil a obra de *Maria Amélia Teles* foi fundamental. Ainda sobre a emancipação feminina, a leitura da obra referência do sociólogo americano *Vance Packard*, que debate a liberação sexual – “*A revolução sexual*” – também ajudou na composição do trabalho. A eclosão do *movimento negro* nos Estados Unidos nos anos sessenta repercutiu no mundo inteiro e reverberaria no Brasil, impulsionando as organizações já existentes. A música de Elvis Presley, na passagem da década de cinquenta, dos Beatles e dos Rolling Stones nos anos sessenta, impactaria a indústria fonográfica e contribuíram para a metamorfose que passaria a chamada *modernidade* na esfera cultural e nas mudanças de comportamentos.

O objetivo nesse capítulo foi verificar se as duas revistas investigadas não se contradiziam ao se posicionarem em consonância com a *modernidade*, como alardeavam.

Capítulo 1

ENSAIOS PARA O “GRANDE ATO” - A SUBVERSÃO DA ORDEM PELOS CONSERVADORES

*A conquista do poder político pela elite orgânica não foi simplesmente um resultado da crise político-econômica do período e o imediato colapso do regime, levando a uma subsequente queda do governo. (...) a elite orgânica tentou levar adiante uma campanha para dominar o sistema tanto em termos políticos quanto ideológicos.*⁶⁶

A tomada do poder pelos militares em 1964 assinala primeiramente uma ruptura numa democracia que se vinha construindo de forma titubeante, mas alvissareira⁶⁷. O desrespeito à ordem vigente, em particular à Carta Magna, que fora abruptamente atropelada pelos militares – bastiões da pátria – em nome de um suposto resguardo à tradição política brasileira que seria avessa às experiências políticas exóticas⁶⁸ e a secular moral cristã, atacada por ideologias agnósticas compuseram a argumentação dos golpistas. Acrescenta-se a esse quadro uma suposta incapacidade administrativa e política do presidente João Goulart em gerenciar o caos econômico reinante⁶⁹. Tamanha afronta em relação aos valores democráticos deveria ser merecedora de uma condenação popular veemente; de manifestações ruidosas, todavia, por razões diversas, não ocorreram na magnitude que as forças progressistas imaginavam e desejavam⁷⁰.

⁶⁶ DREIFUSS, Renê Armand. *1964: A conquista do Estado*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981, p.208.

⁶⁷ O fim da II Guerra que culminou com a queda dos regimes nazista e fascista na Europa refletiu no Brasil com a derrubada da ditadura varguista, sinalizando para a retomada da democracia. Entendemos aqui como democracia, uma relativa liberdade política, se comparado com o período anterior.

⁶⁸ Refiro-me aqui à visão que se tinha – principalmente os conservadores – sobre o comunismo e o socialismo. Em sua obra, *A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*, RESENDE sublinha que os militares acreditavam piamente serem os guardiões da verdadeira democracia. É interessante também a análise que a filósofa Marilena CHAUÍ faz sobre as raízes ideológicas do Brasil e dos brasileiros em sua obra *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

⁶⁹ Cf. FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.20-60 – 2004.

⁷⁰ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 110-115.

O assalto ao poder pelos militares em 1964 não mereceu também o repúdio da comunidade internacional, como ocorrera em outras circunstâncias onde comportamentos políticos antidemocráticos e violentos – que invariavelmente desembocaram em ditaduras – receberam uma reprimenda pública. Os Estados Unidos, aliás, no auge do desgaste político de Jango, se mostrou arredio às propostas do governo brasileiro para atenuar a crise econômica que vinha sofrendo. Preferiu apostar no “quanto pior melhor”, uma vez que as alianças que Jango vinha construindo internamente trariam enormes prejuízos econômicos aos norte-americanos. Nesse sentido era melhor apoiar sutilmente os golpistas⁷¹.

Um segundo aspecto que vale realçar é o comportamento da elite brasileira diante dos titubeios da administração Jango, que ora reafirmava sua vocação capitalista, ora acenava para as demandas dos segmentos *esquerdistas*. Esse comportamento ambíguo acionou os segmentos mais conservadores dessa elite que começaram a conspirar contra Jango e sua política de viés populista⁷².

Um terceiro aspecto a se considerar foi a recusa dos militares em permanecerem como coadjuvantes na disputa pelo poder. Ainda mais num governo que estimulava a quebra da hierarquia militar – um valor tão caro aos homens da caserna – e se mostrava tecnicamente incompetente para administrar a difícil situação política e econômica que atravessava o país. Diante disso, os militares, a despeito de defender os interesses da *família cristã brasileira* – independente da classe social que eventualmente pertencesse – do assedio comunista e em defesa da moralidade político-administrativa, acabariam por beneficiar aquela seleta coorte social – a burguesia – que viam seus interesses seriamente ameaçados pelo governo de Jango. Assim, com o apoio desse segmento abastado economicamente assenhoream-se do poder⁷³. A contestação que os militares procuravam transmitir – os paladinos da moralidade e da probidade administrativa – àquela população que estava descontente com supostos atos de corrupção nos governos anteriores⁷⁴ – fundamentalmente a classe média – não imaginava que seu esforço para construir o *Brasil Potência* seria canalizado para engrossar o patrimônio da elite

⁷¹ Cf. MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

⁷² TOLEDO, Caio. Op. cit., p. 88-106.

⁷³ Existem teses que afirmam que os militares tornaram-se *cabeça de ponte* dos interesses da burguesia, que organizados foram fundamentais para o sucesso do golpe. DREIFUSS compartilha desse raciocínio. Compartilhamos dessa tese, no presente trabalho.

⁷⁴ A administração de JK foi acusada de ser leniente com os corruptos. Isso teria se repetido nas administrações tanto de Jânio quanto de Jango segundo seus detratores.

econômica do país⁷⁵, os únicos que, verdadeiramente usufruíram a pujança econômica assistida durante o fim da década de 1960 e início da década de 1970, no chamado “*Milagre Econômico*”.⁷⁶

É importante assinalar que a tomada do poder pelos militares representava uma tentativa das forças conservadoras⁷⁷ desse país em manter o seu *status quo* inabalável, colocando as *massas* sob sua tutela, como vinham fazendo desde o início da República. No entanto, fundamentalmente a partir da metade do século XX, percebe-se um ascenso das camadas populares na disputa pelo poder político, graças a ampliação de seu grau de politização. Receosa desse ascenso, a elite brasileira, principalmente – aquela de viés conservador – sempre se utilizou subterfúgios para manter a grande massa (os trabalhadores de modo geral) distante das decisões de cunho político ou econômico. Os surtos democráticos de outrora não encontrara uma população preparada política e socialmente para fazer valer seus direitos e nem conseguiu fortalecer as instituições mais elementares que possibilitasse a sedimentação da democracia. No governo Jango, por conta da efervescência política que tomaria conta do país, isso se ensaiava. Daí a importância dos segmentos conservadores frearem esse avanço político das classes populares, a fim de não sofrerem dissabores e terem que repartir com outros segmentos os dividendos historicamente conquistados ou usurpados.

É conveniente, senão necessária, observarmos que as articulações dos segmentos políticos da *direita brasileira*⁷⁸ ganhariam respaldo político e argumentação ideológica por conta do embate entre o *capitalismo* e *socialismo* fortemente presente a partir da década de 1950, com o advento da *Guerra Fria*. No Brasil, se reproduziria a neurose – guardadas as devidas proporções – já existente na América do Norte, desde os anos 1950⁷⁹, onde se colocava sob suspeita qualquer *cidadão de bem* que manifestasse simpatia pela solidariedade entre os povos; pela justiça social ou pelo desejo da livre manifestação política.

⁷⁵ Grupos econômicos na área da construção civil; das comunicações, se consolidaram financeiramente no período militar graças a sua íntima relação com o poder.

⁷⁶ Nesse período a economia do país cresceu acima dos 10% a.a. dando claras evidências que se tinha descoberto a fórmula do enriquecimento acelerado e intenso.

⁷⁷ Refiro-me àquela elite que deu sustentação política, e por vezes econômica ao regime militar brasileiro.

⁷⁸ Doravante utilizarei o conceito *segmento conservador* como sinônimo de *direita*, no espectro ideológico, embora reconheça que exista a esquerda conservadora, mas entendemos que ela tem outro perfil.

⁷⁹ A perseguição macarthista destruiu carreiras promissoras, principalmente no ramo cultural.

É exatamente nessa época que começa a circular no Paraná – inicialmente no interior do estado – a revista *PANORAMA*, que, dentro de suas limitações, pretendia reproduzir os debates políticos, econômicos, culturais, etc., que movimentavam o mundo na metade do século XX. E desde o início de suas publicações assumiria um dos lados do embate ideológico deflagrado pela Guerra Fria, como explicita em seu editorial de 1952: “*Combateremos o comunismo, convém frisar, como combatemos qualquer erro*”⁸⁰.

1.1. Rumo ao golpe

As forças conservadoras brasileiras ⁸¹ iriam buscar uma maior articulação, uma organicidade, já durante o último governo Vargas (1951-54), inseridas no embate político-ideológico do período, polarizado entre capitalismo ou comunismo. Neste período, estavam já presentes nos discursos das classes mais esclarecidas os elementos que davam suporte ideológico à disputa internacional deflagrada pela Guerra Fria. O governo que antecede a Vargas – do Marechal Eurico Dutra – fora marcado por um forte anticomunismo, que conduziu o país a um alinhamento político com os Estados Unidos. A atitude degradante do líder da UDN ⁸², Otávio Mangabeira em beijar as mãos do General Eisenhower, presidente dos Estados Unidos, em sua passagem pelo Brasil, dava já uma idéia do grau de submissão que tínhamos na relação com os americanos.

Uma consequência dessa política depurativa do governo Dutra foi à cassação do PCB (a Constituição de 46, tinha um dispositivo que permitia colocar na ilegalidade, partidos políticos – subjetivamente – chamados de *antidemocráticos*) e o rompimento diplomático com a União Soviética, que ocorreria em 1948. Com isso foram expurgadas as forças políticas oposicionistas organizadas e enquadradas outras que ensaiavam uma

⁸⁰ *PANORAMA*, janeiro de 1952, p.3.

⁸¹ Raimundo FAORO em *Os Donos do Poder*, já expõe os primórdios da formação dessa elite conservadora, no sistema coronelista e Vitor Nunes LEAL em *Coronelismo, enxada e voto*, tece com muita maestria os mecanismos de dominação dos coronéis na República Velha.

⁸² *União Democrática Nacional*, partido de orientação liberal, fundado em 1945 para fazer oposição a Vargas. Na década de 60 constitui-se numa das maiores forças políticas no Congresso Nacional. Era muito forte nos estados nordestinos, onde imperava o *coronelismo*, mas tinha forte presença nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Foi extinto pelo AI-2. A maior parte de seus quadros iriam compor a ARENA, partido da base de apoio da Ditadura.

autonomia. Uma outra agremiação partidária, o PSD⁸³, que nascera sob os auspícios de Vargas viria estabelecer alianças políticas com a reacionária UDN, assim robustecendo o segmento conservador na esfera parlamentar na década de 50. Foi emblemática a decisão desse bloco, em chamar para si muitas das reivindicações da *esquerda* brasileira, particularmente, do PCB⁸⁴. Era óbvia a intenção do bloco governista: chamar para si os compromissos de cunho social, a principal bandeira da *esquerda*.

Não obstante, a tentativa dos setores mais conservadores em se manterem no poder, Vargas retornaria ao Catete no início da década de 50, ancorado na aliança PTB-PSP⁸⁵. Evidentemente que o lançamento de candidaturas próprias pelo PSD e pela UDN facilitaram a vitória de Getúlio Vargas naquele pleito. Mais amadurecido politicamente, o político gaúcho tinha clareza que os tempos eram outros e teria que ter muita habilidade para não ceder às tentações dos setores *esquerdistas*, notadamente o PCB, e não cair na armadilha que a *direita* vinha construindo, a de justamente vinculá-lo ao *esquerdismo*.

Concomitante ao retorno de Vargas ao poder estreava no norte do Paraná uma revista (1951) que a despeito de afirmar em seu primeiro editorial que, “*não é uma revista política, mas procurará, por todos os meios dignos e justos, prestigiar as nossas autoridades constituídas*”⁸⁶.

Estava, então, sendo entregue aos paranaenses a revista *PANORAMA*. Apesar de se apresentar como uma revista de *cultural geral*, contudo, já indicava o perfil das autoridades a não serem prestigiadas, como apontava o editorial: “... numa época tão amalucada e tanta falta de critério como a nossa, em que qualquer demagogo ou falso profeta se alça a altura de orientador da turba...”⁸⁷

A quem se dirigia o recado dessa apolítica revista? Ao presidente da república recém eleito? Ao governador do estado? As edições subseqüentes iriam desvendar o destino daquela mensagem. Indubitavelmente era uma tomada de posição política, num momento de efervescência ideológica. Gradativamente o mensário ia assumindo uma posição política mais clara, como demonstrado numa edição de 1952: “Já dissemos

⁸³ *Partido Social Democrático*, criado em 1945, era formado por antigos interventores varguistas. O mineiro Benedito Valadares foi seu principal líder e foi responsável pelo o ingresso de JK na política.

⁸⁴ O partido comunista foi por muito tempo a vanguarda das lutas sociais e sindicais do período.

⁸⁵ O PSP, Partido Social Progressista, tinha muita força em São Paulo, tendo à frente Adhemar de Barros, um político populista como Vargas.

⁸⁶ *PANORAMA*, nº 01, janeiro de 1951, p.01.

⁸⁷ *Idem*, p.01.

alhures que combatemos os erros, mas não os que erram. Da mesma forma não perseguimos quem quer que seja porque certos cavalheiros de alma rubra (grifo nosso) lhe tenham embaralhado a mente, e lhe tenham vedado, mediante constante inoculações da peçonha made in Rússia (grifo nosso), as faculdades volitivas (...) combatemos o comunismo, convém frisar, como combatemos qualquer erro.”⁸⁸

A revista demonstrava claramente que faria oposição ao pensamento comunista ou/e a qualquer pessoa que fizesse a defesa dessa ideologia. Vale salientar que um dos temas candentes daquela época no Brasil e por extensão – por seu perfil econômico – o Paraná, era a *Reforma Agrária*. Era seguramente um tema incendiário, pois se vivia no *país* do latifúndio. No estado do Paraná, esse tema era visto com muita reserva pelos setores conservadores. O Bispo Geraldo Sigaud, da diocese de Jacarezinho era o principal porta-voz desse segmento e um dos arautos do conservadorismo brasileiro⁸⁹, com forte atuação política nas décadas de 1950 a 1980. Na revista *PANORAMA*, ele diria em 1953, que se o governo insistisse nessa questão estaria “*quebrada a tradicional estrutura dessa coluna mestra da ordem no Brasil*”⁹⁰. Em edições posteriores a revista daria guarida a esse tipo de pensamento.

Era bem provável, que essa publicação ainda não incomodasse o governo de Vargas, até porque possuía, naquela ocasião uma baixa tiragem e ficava circunscrita ao espaço geográfico do Paraná, entretanto, era um estímulo para o surgimento de outros periódicos desse perfil, além de tornar um espaço de críticas a eventuais medidas *progressistas* do governo federal e do estadual. Diante disso era interessante para Vargas – e, por conseguinte, para seu governo – criar um veículo de comunicação que pudesse conduzir suas idéias, seu programa de governo a fim de fazer frente aos meios de comunicação que lhe eram hostis e que se multiplicavam.

Por solicitação de Vargas, o jornalista Samuel Wainer, cria então o jornal *Ultima Hora*⁹¹, para dar suporte ideológico ao governo que se instalava no Palácio do Catete, além de rebater as duras críticas da grande imprensa da época. Não seria um desatino afirmar que o discurso que se reproduzia nos bares, nas esquinas pelo *populacho*, era em

⁸⁸ *PANORAMA*, nº 07, janeiro de 1952, p.03.

⁸⁹ D. Geraldo Sigaud foi um dos fundadores da organização ultracatólica *Tradição, Família e Propriedade* (TFP).

⁹⁰ Matéria de destaque na revista *PANORAMA*, março de 1953, p. 110.

⁹¹ Jornal Carioca, mas com edição em algumas capitais brasileiras. Esse jornal seria alvo de investigação. A UDN conseguiu formar uma CPI para apurar as transações dos empréstimos de Samuel Wainer com o Banco do Brasil na época.

certa medida aquilo que registrava esse jornal matutino que circulava nas mãos da classe proletária e de apoiadores do projeto nacionalista do presidente.

No ano de 1953, a revista *PANORAMA*, na tentativa de consolidar sua imagem perante o segmento mais conservador da sociedade paranaense e eventualmente ampliar o leque de seus leitores, particularmente o feminino, surgiram seções voltada para o entretenimento e orientações gerais para *boa* mulher paranaense. Não obstante, continuava com sua cruzada anticomunista. Na edição de junho de 1953, envolve-se numa polêmica sobre literatura juvenil produzida na Rússia, cuja adoção vinha sendo defendida pela Associação de Professores de Londrina. A crítica era direcionada especificamente a uma liderança da associação que teria feito apologia a literatura infantil soviética e a campanha “*O petróleo é nosso*”, que estava em seus primeiros ensaios. Diria a revista sobre a primeira questão: “*Convenhamos, que, se a literatura importada da América é prejudicial às crianças, a da Rússia e países satélites é criminosa*”⁹².

Retomando à vida política nacional, a UDN transformar-se-ia na maior e mais combativa força política de oposição, muito por influência de sua maior liderança, o jornalista carioca (e eterno postulante ao cargo de presidente) Carlos Lacerda, que simbolizava o segmento conservador mais barulhento e controverso do período. Por ser proprietário de meios de comunicações na capital da República seus discursos possuíam uma capilaridade muito grande, atingindo todos os segmentos sociais. Ademais sua posição política pró Estados Unidos e de ser um anticomunista ferrenho⁹³, fazia com que conseguisse granjear apoio da elite brasileira, principalmente daquela que desconfiava da política varguista de *fortalecimento da burguesia nacional*⁹⁴ e que via com muitas restrições a aproximação com o governo argentino de Juan Perón, em especial a idéia de república sindicalista baseada na experiência portenha⁹⁵.

⁹² *PANORAMA*, junho de 1953, p. 99-101.

⁹³ O curioso é que Lacerda iniciou a militância política no PCB.

⁹⁴ Utilizo Thomas SKIDMORE, onde ele se refere ao segmento industrial, que em sua análise é ainda incipiente tanto no ponto de vista numérico quanto político e aos “*esforços para garantir medidas favoráveis de crédito e uma certa medida de apoio governamental para a indústria*”, p. 112, mas que ao longo da década de 50 ganharia robustez política.

⁹⁵ Vargas estaria resgatando a idéia de uma união no cone sul entre Brasil, Argentina e Chile, que remonta um projeto do início do séc. XX, do tratado do ABC (as iniciais dos países signatários).

O retorno de Vargas ao poder, em 1951 despertara “*ressentimentos amargos entre seus adversários*”⁹⁶, conquanto esperasse desarticular essa oposição com medidas que atendessem todos os segmentos sociais. O cenário político lhe parecia mais favorável que outrora. Todavia, uma oposição mais vigorosa vai se constituindo entre as classes tradicionais ligadas ao comércio de exportação e importação que apesar de não se oporem à industrialização, temiam perder o *status* que construíram num Brasil voltado para o Atlântico⁹⁷. Uma política de cunho nacionalista – já em curso – tornava-se temerosa econômica e politicamente. A classe média, apesar de diminuta e geograficamente bem localizada (centro-sul do país), simpatizava com as doutrinas do nacionalismo econômico, pois poderia se beneficiar com a industrialização e com a modernização do país⁹⁸, entretanto, no ponto de vista político, possuía uma visão bem conservadora, de forte apelo religioso e de viés anticomunista, que a levava ter uma posição ambivalente em relação a Vargas. A revista *PANORAMA* tinha o objetivo de capturar esse nicho. Seu editorialista, o professor e jornalista Adolfo Soethe, militante católico de seu segmento mais conservador, era um assumido anticomunista e certamente colocaria sua criação a serviço da *moral cristã e dos bons valores da família brasileira*. Contudo, a revista não participaria dos grandes embates políticos do segundo semestre de 1953, pois, estava em processo de incorporação por parte da Sociedade Comercial e Representações Gráficas Ltda., da tradicional família Schrappe de Curitiba. Essa revista se ausentaria, portanto, dos debates políticos que culminaram com o suicídio de Vargas em agosto de 1954, uma vez que o retorno da publicação viria somente em outubro daquele ano. Com sede na capital do estado, a tiragem da revista foi ampliada de 2 mil exemplares para 5 mil. O grupo econômico que a adquiriu, não o fez, por vislumbrar um negócio economicamente promissor, mas sim para transformá-la em canal de divulgação do pensamento das classes produtoras do Paraná.

Ainda nos idos de 1953, Getulio Vargas iria contrariar enormemente o segmento conservador com a nomeação de João Goulart, Ministro do Trabalho⁹⁹, homem que

⁹⁶ SKIDMORE, op. Cit., p.133.

⁹⁷ FAORO, R. Op. cit., capítulo XIII.

⁹⁸ Seus membros puderam ser alocados em postos administrativos e técnicos, por conta de sua escolaridade; ainda tiveram acesso a bens de consumo até então, exclusivos da classe alta.

⁹⁹ A Reforma Ministerial de 1953 tem interpretações distintas. Alguns historiadores enxergam na nomeação de Goulart, uma guinada do governo à *esquerda*; outros identificam uma artimanha de Vargas em ceder algumas Pastas a políticos reconhecidamente conservadores em troca da manutenção do nome de Goulart. O Objetivo era anular as ações da UDN e do PSD.

transitava com certa desenvoltura pela *esquerda*. Na realidade, o presidente buscava granjear apoio do operariado, que dele estava divorciado há algum tempo, bem como aproximar os sindicatos, distanciados dele por conta das manifestações em prol de reajustes salariais não atendidos e para, fundamentalmente, aquietar a esquerda radical (que outrora o apoiara) que já produzia incidentes indesejáveis. O fato é que Goulart era uma figura que despertava muita suspeita, principalmente para a classe média, que o apoiara em 1950. O moralismo da classe média dificultava a aproximação de Vargas, mesmo tendo ela se beneficiado com a modernização do país, como já foi assinalado. É importante salientar que é justamente esse segmento que fornecerá o contingente do oficialato para as forças armadas ¹⁰⁰.

O governo Vargas dava sinal de estar moribundo. A *direita* atacava o ministro Goulart, por conta de sua leniência diante da radicalidade operária. A UDN e outros partidos de *direita* ou *centro-direita* faziam oposição sistemática. A *Tribuna da Imprensa* de Lacerda era o veículo preferencial das denúncias (falsas ou verdadeiras), das supostas imoralidades, corrupção, e tudo aquilo que pudesse enfraquecer o governo Vargas. Em São Paulo, o jornal *O Estado de São Paulo* era um feroz oponente ao presidente. *O Globo* e os *Diários Associados* (este último ligado ao polêmico Assis Chateaubriand) eram francamente anti-getulistas. Outro foco oposicionista se formava no seio das forças armadas, entre os militares *esquerdistas* (contrários à participação do Brasil na Guerra da Coréia) e os anticomunistas (*Cruzada Democrática*, corrente política que nasce dentro do Exército e terá como ilustre componente o general Castelo Branco). O *memorial dos coronéis* teceria críticas ao trato que o governo vinha dando as forças armadas ¹⁰¹. Para piorar, *Jango* (João Goulart) havia preparado sua exposição de motivos para a elevação de 100% do salário mínimo. Se aprovado, não seria absurdo afirmar que um golpe militar (com apoio das classes médias e altas) alijaria Vargas do poder instantaneamente. Por prudência, Vargas engaveta a proposta e Goulart se demite. Entretanto, em maio do mesmo ano (1954), no dia do trabalhador, o próprio presidente, anunciaria um aumento de 100% nos salários e de quebra teceria elogios ao antigo ministro do trabalho em público. A classe empresarial – cada vez mais articulada – fica alarmada e começa a orquestrar uma composição com os golpistas de plantão. Na

¹⁰⁰ SKIDMORE, T. *De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988, p.155.

¹⁰¹ SKIDMORE, T. Op. cit., p.164-165.

realidade, o que Getúlio queria era conquistar definitivamente o apoio político da classe trabalhadora, que acreditava ser seu sustento político, por isso não mediou conseqüências. No entanto, o que o “*pai dos pobres*” não contava era que seus “*filhos*” não se organizariam espontaneamente. O PTB estava enfraquecido politicamente; os sindicatos sem lideranças fortes; o povo, na realidade era uma massa de manobra, que poderia ser sensibilizada tanto pelos apelos de Getúlio, como poderia ceder aos argumentos da *direita*. O enfraquecimento de Vargas, também abatia seus correligionários mais fiéis. Era fundamental *calar a boca* da oposição raivosa, em especial, Carlos Lacerda. O atentado da Rua Toneleros foi um ato de desespero de seus correligionários na tentativa de fazer calar a oposição ¹⁰².

Vargas já se sentia isolado, perdendo aliados e com dificuldades de granjear novos apoios fora de seu arco de aliança. Os setores conservadores já estavam bem articulados e contavam com o apoio de amplos setores das forças armadas. Os meios de comunicações, fundamentalmente a chamada grande imprensa, pressionava sistematicamente em seus editoriais pela renúncia do presidente, atribuindo o eventual gesto a um desejo da nação. O empresariado nacional, que fora beneficiado com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), estava insatisfeito com a política salarial do governo e ansiava em ampliar seus lucros. A titubeante classe média temia a proletarização. Os trabalhadores estavam acéfalos de lideranças. O jogo político era duro e a capacidade de resistência de Vargas estava minguando. Restava uma saída estratégica, que marcasse sua estadia no poder de maneira indelével, o suicídio. Getúlio Vargas ficou para a história e, de certa forma, impediu que as forças reacionárias assaltassem o poder. Esse projeto ficaria para mais tarde.

No Paraná, dos anos 1950, como NAZZARI aponta, ainda estava em processo de construção: “... o Paraná, devido ao déficit de mão de obra, por meio de políticas governamentais, incentivou e atraiu imigrantes de outros estados (...). As políticas públicas visavam assistir o indivíduo, por meio da racionalização da colonização, como incentivo à ocupação ampla do território” ¹⁰³.

¹⁰² Refiro-me ao atentado a vida Carlos Lacerda em 05 de agosto 1954. Na ocasião morre seu lugar-tenente, Major Vaz.

¹⁰³ NAZZARI, Rosa Kátia. *Socialização política e construção da cidadania no Paraná*. 2ª edição. Cascavel: EDUNIOESTE, p. 82.

É dentro desse cenário que Moisés Lupion ganharia as eleições no estado em 1947, pelo PSD ¹⁰⁴ e mais tarde Bento Munhoz da Rocha, em 1956, pela coligação PSD-PDC-PTN. A industrialização no Paraná nesse período caminhava a passos lentos, uma vez que, a política industrial brasileira beneficiaria fundamentalmente os chamados grandes centros urbanos, em particular, São Paulo e Rio de Janeiro. Em certa medida, o governo do Paraná funcionava como *correia de transmissão* dos projetos federais. Portanto, estar afinado politicamente com o governo federal era de suma importância para os governadores da época. Esses dois primeiros governantes comporiam politicamente o grupo conservador do estado, herdeiros políticos do *estadonovismo* e da República Velha, respectivamente. Eram os chamados políticos tradicionais. Sobre eles, NAZZARI assevera, “*Os governos de Lupion e Bento se dedicaram à arte de povoar o território e a um conjunto de práticas voltadas para a disciplinarização e higienização de uma nova população.*” ¹⁰⁵

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Paraná também estava construindo uma identidade face à entrada de milhares de imigrantes a fim de ocupar as terras paranaenses. Em certa medida, a revista *PANORAMA* contribuiria para a construção dessa imagem.

Moisés Lupion era um homem que representava as forças políticas rurais num estado que vinha numa ascendência na produção agrícola. Era também o representante do interior do estado e simbolizava – no imaginário popular – o verdadeiro *self made man*, devido ao seu aguçado senso de oportunidade e tino comercial que lhe permitiria fazer fortuna. Raul Vaz, seu biógrafo, relata que ele construíra uma das maiores fortunas do estado antes de entrar para a política ¹⁰⁶, retrucando aos críticos do ex-governador.

O primeiro governo Lupion ficaria marcado pela truculência, por supostos atos de corrupção. Foi um período marcado pela violência no campo, particularmente pelas ações dos jagunços. A revista *PANORAMA*, através do jornalista Ivar Feijó, em algumas edições de 1961, passaria a atacar duramente a figura do então ex-governador Moisés Lupion, sepultando uma eventual tentativa de retorno ao poder do político paranaense,

¹⁰⁴ Nessa eleição, teoricamente o candidato de Vargas, seria Bento Munhoz que estava na esdrúxula aliança UDN-PRP-PTB. A vitória de Lupion foi incontestável, com quase 60% dos votos.

¹⁰⁵ NAZZARI, Op. cit. p.87.

¹⁰⁶ VAZ, Raul. *Lupion – A verdade*. Curitiba: Paratodos, 1986.

que naquela altura já morava no Rio de Janeiro. A revista *PANORAMA* demonstrava o quanto antipatizava com a administração Lupion, a ponto de afirmar que,

Ninguém ignora que do atual governador do Paraná falam mal no Parlamento, nas antecâmaras ministeriais, nos ouvidos do Presidente JK, na imprensa do país, nos salões, nas repartições, nas esquinas e nos botequins. Mas este governo está surdo a tudo. Surdo, cego e mudo. Seu titular dá parte de doente, licencia-se e passa o governo, com um secreto desejo de não mais voltar ao posto diante das ingratidões, omissões, traições ou ações condenáveis dos auxiliares que o rodeiam. O autor intelectual do crime transforma-se na grande vítima, no político que perdeu-se pelo coração, pela tolerância e pela bondade. É o princípio do fim.¹⁰⁷

O periódico sempre que podia associava a gestão de Lupion às atividades ilícitas,

Tudo sobe no país, e por isso também as autoridades enviaram mensagem verbal aos bicheiros, que operam no Paraná, sob a proteção do governo, insinuando o aumento da cota dos subornos. Como foi amplamente divulgado, os parentes do sr. Moysés Lupion ganham mensalmente com a exposição do jogo do bicho, trezentos mil cruzeiros, fora a importância que destinada as autoridades, e ‘mordedores’.¹⁰⁸

Ou fazendo associações jocosas: *“Lupion e Lampião – os dois nomes se parecem na sonoridade o que da uma aparente sugestão de que um é a tradução do outro”*.¹⁰⁹

O governo seguinte seria entregue a um ilustre membro da elite política paranaense, Bento Munhoz da Rocha¹¹⁰ (1951-55). Sua gestão foi considerada como “produtora de idéias”, que contribuiria para, gradativamente, forjar uma identidade para o estado, inserindo-o no contexto nacional, contudo, não foi um político popular – provavelmente pelo seu perfil elitista –, principalmente no interior do estado. Ademais, não era um petebista e nem um getulista e isso lhe pesou político e eleitoralmente. Assim, não consegue impedir que Moisés Lupion retorne ao poder em 1956. A revista *PANORAMA* faria, em novembro de 1955, um elogio aos rumos que a economia

¹⁰⁷ *PANORAMA*, fevereiro de 1960, p. 43.

¹⁰⁸ *PANORAMA*, fevereiro de 1960, p. 77.

¹⁰⁹ *PANORAMA*, julho de 1962, p. 90.

¹¹⁰ Seu pai, Caetano Munhoz da Rocha fora duas vezes governador do estado e sua esposa era filha de um ex-governador.

paranaense tomara, creditando de certa forma esse êxito a gestão de Bento, embora ele tenha se afastado em maio – final do mandato – para ocupar um cargo no governo federal. “*O Paraná é um estado vivendo dias de verdadeira vibração econômica. As cousas se desenvolvem de maneira tão rápida, que chegam a surpreender aos mais experimentados observadores e esse desenvolvimento quase não encontra paralelo na história, nem na do Brasil, nem mesmo na América*” ¹¹¹.

Exageros à parte, o fato é que o Estado do Paraná vinha num acelerado processo de crescimento econômico, comparado com anos anteriores. Curitiba, por exemplo, ganharia ares de metrópole, com construções públicas imponentes. A construção do Centro Cívico, na gestão de Bento Munhoz granjeava-lhe respeitabilidade nacional. Eram os anos dourados da economia cafeeira, como afirma MAGALHÃES ¹¹². Por conta dessa sintonia com a *modernidade*, Bento Munhoz da Rocha guardaria similitudes com o presidente que seria eleito para o quadriênio 1956-1960, Juscelino Kubitschek. No entanto, é interessante observar, que apesar da similitude de perfil, entre Munhoz da Rocha e Juscelino Kubitschek, o governador não conseguiu transferir seu prestígio – principalmente no sul e sudeste do estado – para o eleitorado paranaense, pois nas eleições de 1955, JK obteria 24% dos votos, sendo derrotado pelo paulista Ademar de Barros (28%) e por pouco não perde para o *ultradireitista* Plínio Salgado (23%) ¹¹³. Essa foi uma clara demonstração que o estado tinha uma tendência em se alinhar aos setores *mais conservadores*. A revista *PANORAMA*, cada vez mais acentuava seu caráter reacionário, fazendo coro aos segmentos ultraconservadores do estado em sua eterna cruzada anticomunista. No início de 1956, estampava em páginas sua indignação ao crescimento político da esquerda, asseverando que, “*O povo brasileiro não tem inclinação e nem índole comunista (...) não acreditamos que a adoção de simples medidas de repressão policial ao comunismo sejam suficientes para evitar que o comunismo ganhem terreno num país*”. ¹¹⁴

A revista já acenava para a adoção – pelos poderes constituídos – de medidas mais rigorosas de combate ao *esquerdismo*. É importante salientar que o proprietário

¹¹¹ *PANORAMA*, novembro de 1955, p. 70.

¹¹² MAGALHÃES, M. *Paraná: Política e governo*. Curitiba: SEED, 2001, p. 55.

¹¹³ Nas eleições presidenciais de 1955, essa liderança integralista foi o mais votado em Curitiba e um dos mais votados no Paraná, ver GOMES, Amanda, In CODATO, A; SANTOS, F. José (orgs). *Partidos e eleições no Paraná: Uma abordagem histórica*. Curitiba: TER/PR, 2008.

¹¹⁴ *PANORAMA*, fevereiro de 1956, p. 1-12.

desse veículo, Oscar Schrappe Sobrinho, estava vinculado a organizações *ultradireitistas* nesse período. Em 1955, a revista faria uma longa matéria ¹¹⁵ com o bispo ultracatólico de Nova York, Fulton J. Sheen, no intuito de reafirmar para os leitores o perigo que representava a sociedade brasileira a propagação das idéias comunistas.

A sucessão presidencial de 1956 colocaria novamente as principais agremiações partidárias em disputas e conchavos. O PTB e o PSD se articulavam buscando transferir para a candidatura de Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) todo o prestígio varguista, personificado na figura polêmica de João Goulart, como vice (a cota do PTB). O bloco conservador que se unificava na crítica ao governo Vargas era incapaz de articular uma candidatura única que representasse seus interesses e tivesse densidade eleitoral. Nos bastidores, a *direita*, ciente das chances de JK eleger-se, conspirava, apregoando a necessidade das forças armadas impedirem que se realizassem as eleições, pois a mesma poderia estar colocando no poder as forças políticas que há pouco tempo tinham retirado ¹¹⁶. Os setores conservadores, tendo a frente um deputado pessedista, presidente da câmara dos deputados, Carlos Luz (outrora correligionário de JK), que deveria diplomar o vencedor, no entanto, articula uma manobra (*Novembrada* ¹¹⁷) a fim de impedir a posse do presidente eleito. O plano golpista é abortado pelo então Ministro da Guerra, General Lott. Caberia a Nereu Ramos, presidente do Senado, dar posse a Juscelino Kubitschek e João Goulart, em janeiro de 1956.

O projeto de modernização do Brasil, apregoado por JK, inserindo-o numa economia em processo de mundialização, implicava em investir maciçamente no setor secundário, no domínio econômico e no campo político (mas também com um viés economicista) transferir a capital do país para o centro oeste, construindo a *capital dos sonhos* de JK. A transferência da capital para Brasília seria péssima consequência para o Rio de Janeiro, como aponta COUTO, onde tanto a cidade como a economia carioca sofreria reveses, pois haveria “... *forte canalização de investimentos privados e públicos*

¹¹⁵ PANORAMA, fevereiro de 1955. A matéria intitulada “A luta contra o desafio comunista”.

¹¹⁶ O pessimismo da UDN quanto a uma eventual vitória de seu candidato levou as lideranças do partido excomungar a prática eleitoral. SKIDMORE assinala esse comportamento derrotista da UDN em sua obra, p. 185-186.

¹¹⁷ Tentativa de golpe abortada pelo Mal. Lott, em novembro de 1955, garantindo a posse de JK. Não confundir com o episódio ocorrido com o Presidente João Batista Figueiredo, em Florianópolis, em 1979.

para outras regiões do país”¹¹⁸. O volumoso recurso oriundo via BID, dos Estados Unidos (*Aliança para o Progresso*), certamente minguariam. Tanto isso é verdade que as administrações seguintes de Negrão de Lima e Chagas Freitas enfrentariam graves dificuldades financeiras. A mudança da capital federal unificou a *direita* carioca em oposição ao governo JK. Somente durante o regime militar, com a reforma administrativa na região é que o Estado do Rio de Janeiro (é extinto o Estado da Guanabara, em 1975), vai paulatinamente se recuperar. O fato é que a capital federal era a caixa de ressonância política e econômica para o país e uma eventual transferência, por extensão transferiria também prestígio, influência e diluição do poder. O Rio de Janeiro foi sempre o palco das grandes decisões nacionais e construiu ao longo do tempo uma elite comprometida somente com os interesses de seus pares, daí o boicote contra a candidatura e, por conseguinte, contra a posterior eleição de JK. É provável que os planos do presidente sofressem mudanças substanciais, por conta da intimidação que receberia se mantivesse a antiga capital. É importante ressaltar que o *núcleo duro* das forças armadas e da burguesia brasileira residia no Rio de Janeiro, a despeito de toda importância econômica de São Paulo. Para JK, estar sujeito a essa pressão era inadmissível como já tinha desabafado em 1955, quando em campanha dizia: “*Não é possível que cinquenta cidadãos na capital da república estejam a inquietar e a ameaçar 50 milhões de brasileiros*”¹¹⁹.

A construção da capital distante dos centros nervosos da política tradicional daria maior fôlego e disposição ao já mencionado projeto de modernização do país. Seria uma capital *anti-Richter*, segundo o economista Roberto Campos, fazendo alusão à escala que mede os abalos sísmicos aos constantes *terremotos políticos* frequentes na antiga capital federal. Em contrapartida, os setores conservadores da sociedade brasileira se rearticulavam nos estados e tencionavam o governo a atender suas demandas. É o caso do Paraná, cuja população crescia de forma assustadora¹²⁰, multiplicando-se o número de municípios e que exigiam novos investimentos do poder público. O café que foi durante pelo menos duas décadas o suporte financeiro do estado, vinha sendo prejudicada na gestão de JK.

¹¹⁸ SKIDMORE, T. Op. cit., p.189.

¹¹⁹ OLIVEIRA, J. K. A Escalada política. In COUTO, R. Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.199.

¹²⁰ OLIVEIRA, D. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001, p.33-35.

Ademais, a burguesia nacional, de um modo geral, incapaz de contribuir de forma autônoma para o desenvolvimento econômico do país, une-se ao capital estrangeiro (quando era interessante para este) a fim de se beneficiar da política econômica implantada por *JK* – com interesses voltados à industrialização –, provocando assim sua desnacionalização. A partir daí o processo de industrialização brasileira passa a se desenvolver em torno das empresas estrangeiras, vinculando o capital nacional aos seus interesses e flutuações. Com tempo, *JK* tornar-se-ia refém dessa política.

Juscelino era, no entanto, um político hábil. Tinha clareza da sua fragilidade política inicial. Precisou fazer concessões à *direita* e a *esquerda*, sem desfigurar seu programa de governo. Evitou um golpe militar que parecia inevitável, uma vez que sua vitória eleitoral trouxera a reboque João Goulart, político vinculado ao *varguismo* e visto com muitas reservas pelos setores conservadores da sociedade brasileira. O governo de Minas Gerais parecia ter sido um excepcional laboratório político-administrativo que lhe foi extremamente útil na administração do país. Os problemas que o país possuía eram similares àqueles enfrentados pelo seu governo na gestão estadual. Entretanto, no campo político teve que enfrentar os derrotados da *Novembrada*; os getulistas saudosistas e a *revolta de Jacareacanga* (Amazônia), este último, promovido pelos setores mais conservadores da Força Aérea Brasileira.

A revista *PANORAMA* estava atenta aos movimentos do governo de *JK* e preocupada com a frouxidão do presidente em relação ao crescimento das manifestações sociais, fundamentalmente no que concernia às manifestações grevistas. Na leitura do editorialista da revista, Adolfo Soethe, esses movimentos eram conduzidos por *esquerdistas* que tumultuavam a vida sócio-política nacional e necessitavam, por conta disso, ser combatidos tenazmente. Diria ele numa edição de 1956, indignado com a constante perturbação da ordem pela classe trabalhadora em todo o país: “*Vamos declarar greve à greve (...) A greve tornou-se uma verdadeira praga (...) Na opinião pública não passa de um verdadeiro aborto provocado por agitadores demagógicos ou charlatões incompetentes da economia nacional ...*”¹²¹

O prestígio da revista aumenta, justificando ampliação da tiragem para 10 mil exemplares/mês, passando a circular em várias capitais brasileiras. Isso explicaria a

¹²¹ *PANORAMA*, junho de 1956, p. 31-33.

criação de um departamento de publicidade no início de 1957, com o intuito de captar novos anunciantes, ampliar o número de assinaturas e com isso dar uma configuração gráfica mais atraente para seu público (isso ocorreria nos anos subsequentes). A redação da revista continuava inquietada com crescimento político das *esquerdas* no final dos anos 1950. Destarte, era fundamental subsidiar seus leitores de informações que os preparasse para combater o “perigo vermelho.” Próceres da *direita* brasileira se faziam presente nas páginas da revista, como foi o caso do deputado Plínio Salgado, a quem a revista se dirigia como um, “... *pensador antipódio à grande crise política e moral das sociedades modernas...*”.¹²²

Em 1957, o jornalista Osman de Oliveira, inaugurando uma série de reportagens, denominadas “*O perigo vermelho*”, revelaria uma suposta infiltração comunista no norte do Paraná, cooptando colonos e, inclusive, criando uma escola para divulgar os valores comunistas. Dizia a revista que,

Percorrendo o Norte do Paraná, o jornalista a serviço desse mensário, foi constatar com os seus próprios olhos a realidade do perigo comunista naquela região, especialmente na zona rural, onde o elemento humano, em virtude de muitas vezes de situação muito precária do ponto de vista material e cultural, é recrutado com relativa facilidade. A finalidade dessa arregimentação de lavradores e colonos é a formação de um exercito rural devidamente adestrado e que esteja apto a cumprir a sua missão sinistra no momento em que se fizerem ouvir as primeiras clarinadas a conclamar as hostes vermelhas para a luta contra a Pátria (...) Como não podia deixar de ser, a tática de arregimentação nas fileiras do futuro, os comunistas dirigem suas atenções especialmente para o lado da juventude. (tática mais repelente não pode haver do que servir-se da inocência e da inexperiência de jovens adolescentes para perverter e inverter-lhes a mente, predispondo-a, criminosamente, contras as mais lúdicas instituições da sociedade humana e contra os anseios mais justos de cada individuo ...¹²³

Na edição do mês seguinte a revista voltaria a denunciar a existência de núcleos supostamente comunistas no interior do Paraná. A reportagem tinha um caráter quase que cívico:

Esta reportagem encontrou inspiração no nosso ardente desejo de demonstrar aos leitores em geral a que ponto chega a sencerimoniosa ação agitadora dos adeptos da doutrina da foice e do martelo (...) não basta que alardeemos a condição de povo voltado as melhores praticas democráticas. Urge, isso sim,

¹²² PANORAMA, dezembro de 1956, p. 74.

¹²³ PANORAMA, nº 56, janeiro de 1957, p. 5-7.

que demonstremos a nossa corajosa decisão de extirparmos do organismo nacional esta chaga que o corroeu e conspira para minar-lhe a base.¹²⁴

Uma investigação *a posteriori* não trouxe nenhuma evidência de que de fato isso vinha ocorrendo. Esse sensacionalismo traria dividendos a revista, ampliando sua circulação e atraindo novos leitores, o que levaria a direção a aumentar em 50% o número de exemplares em circulação a partir de meados de 1958. Era também uma demonstração de que a revista estava em consonância com as disputas ideológicas que vinham ocorrendo dessa década.

No plano federal, *JK* tinha consciência das disputas políticas e ideológicas presentes em seu governo, em função disso, buscou combater os extremos: mandou fechar sindicatos acentuadamente *esquerdistas*, agradando os anticomunistas; em contra partida censuraria o jornal da Carlos Lacerda acusando-o de infâmia contra a presidência, ameaçando-o de fechamento, amainando assim as críticas da *esquerda*. Essa foi, naquele contexto, a estratégia política de *JK*. Era sabedor que a política de crescimento acelerado da economia que vinha implantando arranharia seu prestígio por conta do paulatino crescimento da inflação,¹²⁵ que ele acreditava ser uma questão marginal. Entretanto, as tentativas para controlar o surto inflacionário foram infrutíferas, pois colidiam com o programa de crescimento proposto pelo *Plano de Metas*. Em 1959, a situação fica mais delicada por conta da aproximação eleitoral. Era necessário para a oposição *desconstruir* politicamente *JK*, isso certamente abalaria o candidato do governo. A *esquerda* que nunca simpatizou com a abertura econômica promovida por *JK*, acusando-a de promover uma desnacionalização da economia, ia seguramente para o contra-ataque. Dentro desse contexto, o FMI e os Estados Unidos passaram a ser o alvo preferencial da *esquerda* em suas manifestações¹²⁶. As dificuldades de se renovarem empréstimos com a agência americana levou *JK* a romper com o FMI. Essa era uma atitude de arrojo, pois desafiava uma instituição poderosíssima, e em virtude disso, acabou granjeando apoios inusitados, tanto da *esquerda* nacionalista, quanto da *direita* radical.

¹²⁴ PANORAMA, nº 57, fevereiro de 1957, p. 3.

¹²⁵ BRESSER PEREIRA, L. C. *Economia Brasileira: Uma introdução crítica*. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, p. 47-49.

¹²⁶ SKIDMORE, T. *De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 211.

Sem grandes sobressaltos no plano político, mas com um problema não equacionado, a inflação numa espiral crescente, *JK* entrega o poder ao carismático, contudo polêmico, Jânio Quadros. Num país de partidos fracos, às vezes efêmeros, não era de se surpreender que o ex-governador de São Paulo chegasse ao poder ancorado numa sigla partidária sem consistência ideológica e sem comprometimento com nenhum segmento da sociedade, apesar da *classe média* ter se identificado com ele. Conquistou fama de administrador probo e honesto.

A revista *PANORAMA* incorporaria a campanha de Jânio, reservando espaços nobres no mensário a uma suposta adesão do estado a sua candidatura. Dizia ela numa rápida passagem do político sul-mato-grossense por Curitiba: “*Jânio (de vassoura na mão) conquistou Curitiba*”.¹²⁷

E mais tarde vibraria com a eleição e apostava no futuro: “*Brasil escolheu a vassoura, o restante é expectativa. Jamais em toda a história da nação brasileira, um presidente assumira o poder cercado de tanta expectativa, (...)*”¹²⁸

Num universo que campeava a corrupção, apadrinhamento político, malversação dos recursos públicos, Jânio era seguramente uma novidade. Transitou por vários partidos, numa demonstração de descompromisso e até desprezo partidário. Quando congressista (eleito em 58, deputado pelo Paraná), foi relapso, nunca apareceu na Casa Legislativa. Longe de ser um getulista, não era, porém, um antigetulista. Durante o calvário de Vargas portou-se de maneira ambígua. Não contribuiu para sua queda e nem para uma eventual permanência do político gaúcho no poder. A *direita* novamente não tinha candidato de vulto. Era a triste sina da UDN: conspirar, derrubar e não lograr êxito na chegada ao poder¹²⁹. O candidato Quadros era o que mais se aproximava de seu *ideal-tipo*, além do mais o único com reais chances de retirar do poder a oligarquia do grupo governamental. Carlos Lacerda foi o orchestrador da aliança entre a UDN e o PDC. Entretanto, Jânio não desejava (e nem precisava) ficar enredado ou mesmo limitado a essa aliança. Era um político que se pretendia independente. Essa imagem se sobrepunha a compromissos partidários. Em 1960, assusta a *direita* mais extremada quando visita Fidel Casto em Cuba, dando a entender que era simpático ao regime

¹²⁷ *PANORAMA*, setembro de 1958, p. 80.

¹²⁸ *PANORAMA*, outubro de 1960, p. 81.

¹²⁹ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

socialista ¹³⁰, que lá se constituía. Essa ausência de ortodoxia política preocupava os setores mais conservadores que estavam por hipotecar seu apoio à corrida presidencial. Esse comportamento de Jânio Quadros vai incomodar os segmentos conservadores no Paraná. A revista *PANORAMA* cerraria fileiras com esse agrupamento. Em relação à condecoração a Che Guevara com a Ordem Cruzeiro do Sul, o mensário foi mordaz, insinuando que, “... *em vez de colocar uma corda no pescoço de Che Guevara colocou-lhe a mais alta condecoração que a diplomacia brasileira costuma dar só aos maiores exponenciais da política e das ciências do mundo.*” ¹³¹

Esses ataques eram uma demonstração da preocupação que vinha tendo a revista com o crescimento do *esquerdismo* no país. Com o intuito de desconstruir a imagem idealizada do comunismo, que vinha seduzindo muitos brasileiros, ela passa a publicar uma série de reportagens no final dos anos cinquenta e no início dos anos sessenta, infamando alguns países que adotaram o sistema coletivista. Sobre os rumos da revolução cubana ela diria que, em: “*Atitude drástica de Fidel Castro, fuzilando em massa os seus adversários políticos, provocaram as mais desencontradas opiniões do público. Recusando imediatos entendimentos com os Estados Unidos, e afirmando ser inimigo do bolchevismo, os rumos da política internacional de Fidel Castro continuam sendo uma incógnita.*” ¹³²

Em “*Recife, 1960: a cidade mais vermelha do Brasil*” ¹³³, onde denunciava o livre trânsito dos comunistas em uma importante cidade brasileira;

Vive anualmente o Partido Comunista em Pernambuco e no resto do país num certo clima de legalidade, e os próprios líderes vermelhos admitem que nunca tiveram tanta liberdade de ação como agora” (...) De acordo com os relatórios, o Recife é hoje considerada ‘a cidade mais vermelha do Brasil’, onde os comunistas tem postos chaves e exercem grande influência sobre as autoridades constituídas (...) – Elege vereadores, deputados, prefeitos e até governadores – diz um popular que não tolera os comunistas.

Em outra matéria alerta para o perigo representado pela China comunista: “*China: Uma advertência.*” ¹³⁴

¹³⁰ Esse assombro se repetiria mais tarde quando da condecoração do legendário Che Guevara em sua passagem pelo Brasil.

¹³¹ *PANORAMA*, Editorial de março de 1962, p. 86.

¹³² *PANORAMA*, fevereiro de 1959, na reportagem “*Cuba libre a preço de sangue*”, p. 6-7.

¹³³ *PANORAMA*, fevereiro de 1960, p. 11-13.

“... acreditando-se que por volta de 1980 haverá um bilhão de chineses (...) E nisso reside, segundo os mais autorizados observadores políticos o grande perigo, a grande ameaça. É o ‘perigo amarelo’ de outros tempos somados a ‘escravidão vermelha’ de hoje que, na opinião dos maiores órgãos da imprensa européia, constitui ‘perigo para o mundo de amanhã’ (...) há de se convir que a ameaça esta na quantidade de novos adeptos e seguidores do marxismo. Somados estes aos russos e demais comunistas de todos os continentes, perfazem um total igual ou superior a metade da população do mundo. (...) história nos ensina e recomenda que não subestimemos o poder e a força das ideologias, por que elas são contagiantes como as epidemias, ...”.

Essa já era uma demonstração de como a revista pretendia lidar com o aparente *esquerdismo* do presidente e também – dentro do mesmo diapasão – fornecer aos seus leitores informações que mostrassem os aspectos negativos de uma eventual “esquerdização” do Brasil.

No final da década de 1950, a revista já tinha uma tiragem de 37 mil exemplares/mês. Um marco na imprensa paranaense. Em maio de 1960, atingiria 40 mil, tornando-se a publicação de maior tiragem no sul do Brasil e rivalizando com outras que circulavam em todo o território nacional. Vale ressaltar que nessa época Curitiba contava com 400 mil habitantes e era, portanto, uma tiragem significativa.

A vitória fácil de Jânio Quadros para a presidência trouxe um problema de ordem político-ideológica. A vice-presidência seria ocupada pelo temível (pela *direita*) João Goulart, que era da chapa do Mal. Lott. É importante lembrar que eram eleições distintas. Votava-se para presidente e para vice-presidente. Não era *chapa casada*. Situações esdrúxulas como essa já tinha ocorrido no início da República¹³⁵. Foi uma grande (mais uma) derrota para a UDN, que achava que ia emplacar o vice na chapa de Jânio. Desconsideraram o prestígio do político gaúcho nas classes menos abastadas. Milton Campos (ex-governador de Minas Gerais) tinha sido escolhido a dedo pela UDN. Era o que melhor representava as elites do período, com potencial de votos (Minas tinha um número expressivo de eleitores) e experiência administrativa. Sua candidatura à vice foi superestimada e, no entanto, não decolou. A dupla *Jan-Jan* assume sob olhares reticenciosos e até de incredulidade. A tarefa a ser encarada de

¹³⁴ PANORAMA, abril de 1960, p. 60-62.

¹³⁵ Na primeira eleição republicana ocorreu uma situação similar.

imediatos era de ordem econômica: *Estabilização ou desenvolvimento?*¹³⁶. Qualquer que fosse a direção, o caminho era pedregoso, pois a herança deixada não era muito animadora. Enquanto o governo protelava as medidas econômicas de difícil decisão, contudo urgentes, desviava seu olhar para a conduta dos cidadãos, que para ele explicaria, em certa medida, a indolência do funcionário público: sem compromisso com horários; displicente com o trato da coisa pública; irresponsável no aspecto administrativo, etc., adotando medidas (de caráter legislativo) moralistas, tais como: proibir lança-perfume no carnaval, usar biquíni na praia, funcionária pública de usar mini-saia, etc. Era um desperdício de energia, uma insensatez. Todavia, tais atitudes não surpreenderiam o público mais conservador. Aliás, era o mínimo que se esperava de um presidente que zelava pelos bons costumes. O resgate da moralidade, dos valores da família e o combate aos *excessos* da modernidade estavam na agenda cotidiana da presidência. Um importante jornalista paranaense, Samuel Guimarães da Costa¹³⁷, escreveria na revista *PANORAMA* sobre o leque de apoio conquistado pelo presidente que perpassava todas as classes sociais: “*Seu eleitorado é o mais esdrúxulo que se pode imaginar: há desde o guarda-freios, desde o modesto vendedor ambulante até o banqueiro, o poderoso fazendeiro ou o influente empresário industrial.*”¹³⁸

Tudo indicava que agradaria a *gregos e troianos*. A cruzada da honestidade impetrada por Jânio, no intuito de moralizar a máquina pública, trouxe-lhe dissabores, uma vez que atingia os próprios aliados e paulatinamente iriam minar sua base. Algumas atitudes em relação à política externa, como a oposição ao bloqueio econômico a Cuba imposta pelos Estados Unidos, o apoio ao ingresso da China Comunista na ONU, irritaram profundamente os setores mais conservadores da sociedade brasileira¹³⁹. Carlos Lacerda, o destruidor de presidentes, da ala mais à *direita* da UDN, passa a destratar publicamente o presidente (o mesmo expediente de sempre) com o propósito de desacreditá-lo perante a *classe média* (eleitorado janguista por excelência)

¹³⁶ SKIDMORE faz um arrazoado das dificuldades de se adotar essa ou aquela posição. Op. Cit. p. 238-242. In De Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

¹³⁷ Jornalista e político conservador. Havia se tornado redator chefe da revista *PANORAMA* em 1958, contribuindo para elevar a tiragem da revista para 25 mil exemplares/mês. Foi a liderança maior da ARENA no Paraná durante o regime militar.

¹³⁸ *PANORAMA*, agosto de 1960.

¹³⁹ Da Igreja, a voz que se levantou foi a do Cardeal Jaime de Barros Câmara; da Caserna, a do Almirante Pena Boto, presidente da Campanha anticomunista Brasileira.

e os militares que tinham preocupações com as posturas *esquerdizantes* de Jânio Quadros.

Essa ambigüidade presente no governo Quadros foi captada pela revista *PANORAMA*. Samuel Guimarães da Costa, numa matéria intitulada “*Jânio e as esperanças da classe média*”, diria que, “... a eleição de JQ constitui a maior e talvez a última tentativa da classe média em nosso país para se firmar como força política dominante.”¹⁴⁰

Contudo faz um alerta, quanto à política externa heterodoxa do presidente eleito, demonstrado um certo temor em algumas de suas medidas:

... a opinião pública recebeu com certas reservas as decisões de JQ, mandando restabelecer relações com a Bulgária, Romênia e Ungria, como também o ato de promover a admissão da China Comunista nas Organizações das Nações Unidas, do reatamento das relações diplomáticas com a URSS e, finalmente, a declaração de se opor a qualquer medida da OEA contra o regime cubano de Fidel Castro.¹⁴¹

Em setembro do mesmo ano, o colunista da revista Ivar Feijó, demonstrava a mesma perplexidade diante da conduta do governo Quadros em relação à política externa. Em sua coluna, intitulada “*A gota d’água no oceano*”, ele desabafa: “... não foram poucos os que se mostraram perplexos ao verem o homem da vassoura provocar uma reviravolta total na tradicional política externa brasileira.”¹⁴²

Para enxergar melhor em que contexto político a revista vinha se inserindo é importante uma breve retrospectiva. No Paraná, no início da década de 1960, o favorito para vencer as eleições estaduais era Abilon de Souza Naves, político ligado ao PTB varguista; ao ex-governador Bento Munhoz da Rocha, do qual foi secretário e para completar seu *cacife* político, participara da administração do governo de JK, onde ocupou uma pasta de fomento. Com todo esse currículo e apadrinhamento político, surgia como o virtual vencedor das eleições estaduais de 1960. Entretanto, o destino não quis assim. Falece precocemente, deixando uma herança política em disputa. Esse vácuo é ocupado pelo ex-prefeito de Curitiba, Ney Braga, que no dizer da cientista política NAZZARI, era um “*político de fortes traços populistas, traz nas suas construções*

¹⁴⁰ *PANORAMA*, fevereiro de 1961, p. 21.

¹⁴¹ *Idem*, p. 11.

¹⁴² *PANORAMA*, setembro de 1961, p. 41.

discursivas formas apelativas e emocionais”¹⁴³. Era indubitavelmente um político de trajetória política vitoriosa, que se elege pelo inexpressivo Partido democrático Cristão (PDC). Em sua campanha, seus coordenadores políticos procuraram associar sua imagem a de Jânio Quadros, de político probo e honesto, ao mesmo tempo visionário. A revista *PANORAMA* veicularia uma propaganda eleitoral associando os dois políticos: *“Ney Braga, o mais forte candidato ao governo do Estado. O seu prestígio eleitoral tem crescido espantosamente. Foi apoiado pelas classes conservadoras, que vêem nele um legítimo e grande administrador.”*¹⁴⁴

A revista *PANORAMA* traçaria um perfil de Braga, bem ao gosto daqueles que apreciavam a trajetória de um *self made men*: *“O senhor Ney Braga não tinha dinheiro. Não tinha automóvel, nem prometia nada, nem usava demagogia, nem procurava cabos eleitorais de tradição. Apenas falava, magro, cansado, olhos escovados, o rosto empalidecido das noites mal dormidas”*.¹⁴⁵

O jornalista Milton Heller, assim se referiria a campanha de Braga ao governo do estado: *“... fez uma campanha na base do ódio, prometendo mandar Lupion para a cadeia, pois afinal era ele o candidato do PDC (Partido Democrático Cristão) e da UDN. E a UDN estava cada vez mais obcecada de que era preciso liquidar Lupion, varre-lo do mapa do Paraná e do Brasil”*.¹⁴⁶

Se a revista não demonstrava total simpatia pelo novo governador, muito por conta de seu estilo populista; também não lhe faria ataques, – como ocorrera com Lupion – pois, havia uma expectativa que ele – por sua formação conservadora – atendesse os reclames da *“classe produtora”* do Estado.

No cenário nacional, em 25 de agosto de 1961, num gesto tresloucado ou de astúcia política, Jânio submete sua renúncia ao Congresso, que é prontamente aceita. Não se sabe ao certo qual era a estratégia do presidente: uma saída *gaullista*, para que o congresso lhe desse plenos poderes? Um apoio popular maciço que o reconduzisse ao poder nos “braços do povo”? Ele nunca esclareceria a contento essa questão. O aceite de imediato do Congresso era compreensível, pois uma boa parcela dos legisladores,

¹⁴³ NAZZARI, Op. cit., p. 89.

¹⁴⁴ *PANORAMA*, fevereiro de 1960, p. 44.

¹⁴⁵ *PANORAMA*, outubro de 1960, p. 40.

¹⁴⁶ HELLER, M. Ivan ; DUARTE, M. de Los Angeles. *Memórias de 1964 no Paraná*. Col. Brasil diferente. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000, pág. 62. Lupion, antes da posse de Braga, se refugia na Argentina, em 1961.

principalmente da ala conservadora, estavam sob investigação presidencial sendo acusados de corrupção. A severa política de eficiência nos serviços públicos incomodava muitos servidores, inclusive os militares da alta oficialidade. Os empresários, de um modo geral, estavam preocupados com a política de estabilização econômica, que poderia provocar uma estagnação na economia, além de verem com ressalvas a aproximação de Jânio Quadros com os sindicatos. Havia, também, um certo descontentamento da *esquerda* em relação às medidas econômicas de Jânio que acarretaria prejuízo para os mais carentes. Para fechar o círculo de opositorista havia a velha UDN, que outrora o apoiara, e agora era sua mais ferrenha inimiga e tinha em Lacerda seu algoz mais eloquente ¹⁴⁷.

A repentina renúncia do presidente colocava no poder de forma constitucional (artigo 79) seu vice, João Goulart, que na ocasião estava em visita à China Comunista, o que concorreria para aumentar a resistência dos *anticomunistas* em lhe dar acento presidencial na capital federal. É importante evidenciar que essa resistência era mais forte nas forças armadas (na Marinha era quase um consenso) do que na sociedade civil, pois nessa esfera o sentimento anticomunista era pulverizado, ainda não tinha organicidade. O maior partido do Congresso, o PSD, digeriria com mais facilidade essa nova situação política, pois sabia lidar com João Goulart, uma vez que já tinham participado de outros pleitos sem grandes transtornos políticos.

Para a sociedade paranaense, o impacto da renúncia foi grande diante das expectativas depositadas no presidente que ia moralizar o país, fundamentalmente, para o segmento social intermediário que lhe granjeava apoio desde o início.

A renúncia de Jânio fora num momento inoportuno – politicamente, falando –, pois, como o vice-presidente estava ausente do país, determinava a Constituição que o presidente da Câmara dos Deputados assumisse interinamente. Desse modo, Ranieri Mazzilli assumiria a função, entretanto, o poder efetivo da nação estava nas mãos dos militares, que imediatamente declararam *estado de sítio*, a fim de impedirem manifestações públicas. A partir daí se instalaria nos bastidores da política um embate entre *golpistas* e *legalistas* em torno da questão sucessória. Importantes jornais da época, de circulação nacional, se posicionaram contra a posse. *O Estado de São Paulo*,

¹⁴⁷ Nessa época, a televisão já chegava a muitos lares, inclusive nas classes menos privilegiadas da sociedade. Isso permitiu aqueles que tinham acesso aos meios de comunicação de massa (era o caso de Lacerda) uma maior aproximação com um público mais plural.

em particular, assumia publicamente sua posição de oposição à assunção de João Goulart (Jango) e a concordância em desrespeitar a Constituição. Os militares tentaram sensibilizar os congressistas em não cumprirem com o artigo constitucional que permitia a assunção de Jango, alegando que a eventual posse atentaria contra a segurança nacional ¹⁴⁸. A pressão da ala conservadora do congresso fazia coro com os militares.

Esse trágico episódio da política nacional ocorreria no início da gestão de Ney Braga. Inicialmente, o governador assumiria uma postura legalista, como observaria uma edição extra da revista *PANORAMA* de outubro de 1961, intitulada “A *renúncia de Jânio*”: “... *estou dentro da ordem legal e nestas condições ninguém pode tirar JG da presidência (...). Não tenho conhecimento oficial da posição do Congresso, mas quem se rebelar contra ele é golpista e eu não admito golpe num regime de força e nunca poderei compactuar com a ditadura.*” ¹⁴⁹

Um discurso bem ao seu feitio, recheado de elementos populistas. Pura retórica. A história iria demonstrar anos depois que ele se tornaria bem mais flexível politicamente, quando apóia o golpe militar de 1964 e se torna um dos governadores mais prestigiados pelos militares.

O segmento conservador paranaense, que sempre teve desconfianças em Jânio Quadros, tinha um espaço reservado da revista *PANORAMA*, onde tenazmente combatia a comunização do Brasil. A revista dava espaço para manifestações políticas aos segmentos mais reacionários da sociedade paranaense. É o caso, por exemplo, do bispo D. Geraldo Sigaud, onde numa matéria sobre a reforma agrária no Paraná é convocado para opinar a questão e interpretar os constantes conflitos entre os trabalhadores rurais e os proprietários de terra. Ele faria alusão a uma obra recém escrita por ele e mais alguns colaboradores que se chamava: *Reforma Agrária: questão de consciência*, cuja tese era que a *reforma agrária é comunismo*. A fim de consubstanciar sua tese ele lucubrava: “... o *fidelismo* começou em Cuba com a reforma agrária, o *bolchevismo* começou na

¹⁴⁸ O Congresso já tinha se posicionado numa situação similar, na década de 50, quando vetou o retorno de Café Filho a presidência da república, confirmando a permanência de Nereu Ramos.

¹⁴⁹ *PANORAMA*, outubro de 1961. Edição especial.

*Rússia com a Reforma agrária e o comunismo começou na china com a reforma agrária.”*¹⁵⁰

Data dessa época o surgimento da *Frente Agrária* paranaense (FAP), organização criada em 1961 em Maringá pelo segmento conservador da Igreja Católica, com o objetivo de, “... possibilitar e facilitar o enquadramento cristão do campesinato”¹⁵¹ (...) os bispos do Paraná elegeram-se oficialmente – por meio da fundação da FAP – para falar em nome dos seus fiéis camponeses, ou melhor, em nome do campesinato na sua totalidade”.¹⁵²

O objetivo era se contrapor a *Reforma Agrária* em tramitação no Congresso Nacional, além de sensibilizar o governador de que essas manifestações eram caso de polícia. Suas lideranças eram amiúde, rotuladas de comunistas, agentes vermelhos, lacaios de Moscou, entre outras denominações depreciativas. Ney Braga, impelido pela elite agrária paranaense, participou de eventos patrocinados por essa frente política. A revista *PANORAMA* registrava assim esse envolvimento sob o título: “*caminha para frente a Frente Agrária*”¹⁵³

Governo e clero do Paraná voltam suas atenções para o homem do campo, fazendo com que a justiça social chegue a ele. (...) Daí tornar-se ele (homem do campo) objeto das ambições e dos propósitos subversivos de certos agitadores profissionais, culminando com a instalação no norte do estado, de sucursais das famigeradas Ligas Camponesas (...). A Frente Agrária esta embasada nos ensinamentos da “Mater et Magistra” que preconiza a justiça social e a melhor distribuição dos bens da terra.¹⁵⁴

Era sem dúvida uma demonstração de força e de articulação da *direita* paranaense, pois vislumbravam um duro embate político caso se levasse adiante a proposta de reforma agrária radical proposta pelos setores *esquerdistas* que assessoravam João Goulart. Um outro aspecto curioso é o engajamento da Igreja na defesa dos interesses do grande latifúndio e responsabilizando os “desordeiros comunistas” pelas convulsões sociais no campo, mostrando-se insensível à condição de

¹⁵⁰ *PANORAMA*, agosto de 1961, numa reportagem intitulada “*Reforma Agrária a preço de sangue*”. pág. 10.

¹⁵¹ SILVA, Osvaldo Heller. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: FETAEP, 1990, pág. 225.

¹⁵² SILVA, Osvaldo Heller, Op. cit., p. 230.

¹⁵³ *PANORAMA*, setembro de 1962, p. 15-18.

¹⁵⁴ Idem. p. 17.

pauperização dos camponeses. O apoio do governador a esse segmento era consequência da correlação de forças observadas no estado nesse período. A estratégia política adotada pelo governador, de distanciamento, de neutralidade diante da crise nacional era inaceitável pelos setores conservadores do Paraná, que o tencionavam para que assumisse uma postura firme diante dos acontecimentos, preferencialmente, dentro da lógica política desses agrupamentos sociais. No primeiro semestre de 1963, quando as lutas sociais estavam cada vez mais acirradas, ocorreria em Curitiba um encontro de governadores de estado, que objetivava enquadrar os comandos sindicais e a necessidade eminente de regulamentação do direito de greve ¹⁵⁵. O governador Ney Braga tinha que, forçosamente, “sair de cima do muro”.

A refrega ideológica estava declarada pela revista *PANORAMA*, principalmente por conta do envolvimento do presidente com *esquerdistas*. Matérias defenestrando as “forças demoníacas” preenchiam as páginas da revista a cada edição. Então vejamos um comentário alusivo ao Congresso Continental em Cuba, ocorrido no Brasil em abril de 1963: “... *afrenta inominável aos sentimentos cristãos e democráticos do povo brasileiro (...) em nome dessa democracia na é admissível uma pequena minoria organizada prega e divulga a desordem, a subversão, a escravidão, a submissão incondicional de todos os cidadãos à vontade e ao arbítrio de uma potência totalitária*”. ¹⁵⁶

Em junho do mesmo ano, Adolfo Soethe suscita os valores cristãos a fim de demarcar as diferenças entre os “filhos de Deus” e os “ateus” na reportagem: “*A encruzilhada do mundo: Roma ou Moscou?*”. ¹⁵⁷

Roma e Moscou são hoje os dois grandes pólos do mundo. Roma dos cristãos, dos homens de boa vontade, da paz e da concórdia. Moscou paga e anticristã. Moscou das perseguições religiosas e políticas. Moscou dos fuzilamentos em massa, das invasões, das ocupações, da violência, da brutalidade(...) Este é o grande dilema da humanidade- o cristianismo ou o comunismo. Não é suficiente optar pelo caminho que conduz a Roma. É preciso, também, obstruir e destruir impiedosamente qualquer via de acesso a ‘Meca’ do paganismo (...) Até hoje ninguém provou nem conseguirá provar que o comunismo tivesse tirado alguém da noite da ignorância ou da ignomínia da fome; ou que tivesse promovido o bem estar individual ou coletivo; ou que tivesse conseguido produzir alimentos

¹⁵⁵ *PANORAMA*, abril de 1963, p. 23.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 82.

¹⁵⁷ *PANORAMA*, junho de 1963, p. 13-16.

para população ou, finalmente, que tivesse conseguido estabelecer e consolidar a paz e a felicidade entre os homens.¹⁵⁸

A *direita* encastelada na revista, não dava trégua, passando a atacar as organizações, como as estudantis, por exemplo, acusando-as de conluio com o comunismo – a eterna ladainha –, como demonstram editoriais do segundo semestre de 1963, quando Jango estava cada vez mais assediado pelas *esquerdas*: “... em resumo, o que foi o XV Congresso da UBES, realizado em Curitiba: mais um teste de como funcionam ou deverão funcionar, no Brasil e na América Latina, as manobras estratégicas destinados a preparar o terreno par a implantação definitiva do comunismo entre nós.”¹⁵⁹

A estratégia da revista era *martelar* insistentemente o mesmo tema a fim de prender à atenção do leitor, conduzindo-o a raciocinar nos mesmos moldes edificados pela revista; reforçando nele uma profunda antipatia por aqueles que – supostamente – feriam a moral cristã e os bons costumes da família paranaense, além de procurar semear o ódio pelo comunismo. O movimento estudantil, a militância camponesa, os parlamentares progressistas e os sindicatos tornar-se-iam alvo da ira de Adolfo Soethe, num editorial de outubro de 1963, dizia que,

... o povo brasileiro não é comunista nem simpatiza com o comunismo. Tem, ao contrário, tradicional e profunda convicção e vivência cristã e democrática (...) de há muito, mas principalmente nos últimos anos, ninguém ignora, essa minoria atuante passou a trabalhar e agir intensamente no Brasil (...) a UNE arregimenta e agita estudantes; as Ligas Camponesas de Francisco Julião insuflam os ruralistas do nordeste; a Frente Parlamentar Nacional, atua impunemente nas duas casas legislativas e o Comando Geral dos Trabalhadores domina os sindicatos.¹⁶⁰

A despeito das manifestações *direitistas* da revista *PANORAMA*, o debate que vinha se colocando no cenário nacional desde a renúncia de Jânio era: Jango toma ou não toma posse? O militar da reserva e ex-candidato presidencial Marechal Lott se posicionou favorável à posse e a irrefragável obediência a Carta Magna. Sofreria retaliação por assumir uma posição legalista, pois foi imediatamente preso por ordem do Ministro da Guerra. Logo, as distensões dentro da caserna se fizeram notar. O General

¹⁵⁸ Idem, p. 13-16.

¹⁵⁹ *PANORAMA*, setembro de 1963, p. 14.

¹⁶⁰ *PANORAMA*, Editorial, outubro de 1963, p. 82.

Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército, sediado no Rio Grande do Sul, se coloca favorável à posse, com apoio irrestrito do governador Leonel Brizola. A fim de aplacar os ânimos busca-se uma solução de consenso, a adoção do parlamentarismo.

Em Paris, Jango concorda em aceitar a solução parlamentar. Na realidade, naquelas circunstâncias não tinha muitas alternativas. Era mais prudente participar desse simulacro de democracia do que uma disputa política com resultados duvidosos. Um plebiscito definiria, em janeiro de 1963, a continuidade ou não do sistema parlamentarista no Brasil. Durante o período parlamentar, Jango manobrou cuidadosamente cada passo que dava a fim de não ferir suscetibilidades que esperavam por um escorregão, um desvio de conduta, um posicionamento ideológico suspeito.

À contragosto, os setores conservadores, principalmente aqueles simpáticos ao golpe, aceitaram reticentes a vitória de Jango no plebiscito de 1963. No entanto, eles se mantêm articulados para uma eventual anormalidade institucional. O presidente enfrentaria vários grupos oposicionistas que ele precisaria enfraquecer, cooptar ou desestruturar a fim de não correr risco de governabilidade.

A revista *PANORAMA*, mesmo resignada, alertava e já antevia um desfecho político mais radical:

As forças ocultas que motivaram a queda espetacular de Jânio Quadros, estão, agora aliados aos poderosos da nação. Estas mesmas forças que não titubearam em derrubar um presidente da república estão dispostos em destronar impiedosamente quando este lhe aprouver, qualquer governador de estado que não reza pela cartilha dos lacaios de Moscou (...) O que precisamos, de fato, é de homens do estofo e da envergadura varonil do comandante do II Exército.¹⁶¹

O editorial fazia alusão a um suposto protecionismo dado por Jango aos governadores que o apoiavam, em particular, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e era também, subliminarmente, um recado para o governador Ney Braga, que cada vez mais se distanciava politicamente do presidente e que poderia eventualmente tornar-se alvo de perseguições políticas por parte do Palácio do Planalto. O editorialista, sutilmente, ao fazer um elogio ao comandante Pery Beviláqua, está, por extensão, valorizando as forças armadas – o exército em particular –, colocando-as como referência de seriedade, de coragem e de patriotismo.

¹⁶¹ *PANORAMA*, Editorial, novembro de 1963, p. 82.

A revista *PANORAMA* continuaria em sua cruzada anticomunista, alertando para o crescimento no número de adeptos ao comunismo, dizendo que,

... para uma população de aproximadamente 200 milhões, a América do Sul conta com cerca de 200 mil comunistas, admitindo-se que 10% dos habitantes sul-americanos tenham se convertido ao credo de Moscou. E emendava, E dentro dos porões escuros da nau político-ideológico brasileira há inúmeros ratos vermelhos – espécie rara, que deixa-se hipnotizar pelas irradiações magneto-socializantes dos felinos também vermelhos.¹⁶²

Como se pode observar pelas palavras corrosivas do editorialista da revista *PANORAMA* que a *direita* tencionaria de forma implacável o governo Jango. A esquerda, por sua vez, também promoveria tensionamentos, principalmente na esfera econômica. Seu titubeio em escolher um lado aumentava sua fragilidade política. A situação econômica continuava periclitante. O *Plano Trienal* não vinha obtendo o efeito desejado; a política antiinflacionária entrava em colapso; os negócios envolvendo a aquisição de multinacionais que operavam no país (de setores considerados estratégicos) foram mal conduzidos e acabaram beneficiando o capital estrangeiro, recebendo uma saraivada de críticas tanto da *esquerda* quanto da *direita*; uma moratória se avizinhava e preocupava os investidores estrangeiros; militares de baixa patente se amotinavam, quebravam a hierarquia militar, enquanto o presidente procurava manter uma equivocada e despropositada serenidade, buscando uma saída política, sem punir ninguém. Diante da perspectiva de uma efetiva quebra na hierarquia nas forças armadas, deixavam os militares do bloco de apoio perplexos e os da oposição coléricos; o congresso sorrateiramente articulava o *impeachment* do presidente. A crescente onda de greves somada a incidentes violentos induz o presidente a enviar ao Congresso Nacional uma mensagem solicitando o *estado de sítio* por 30 dias. A solicitação é negada. A situação estava fugindo do controle. Lacerda vinha seguidamente lançando impropérios contra a figura da presidência, sem uma reação a altura do Palácio do Planalto. Jango não queria cair na armadilha do pouco escrupuloso político carioca. Em função das evasivas do Presidente, o jornalista passa a sutilmente provocar as Forças Armadas, colocando em dúvida a sua coragem e o seu comprometimento pátrio. O quixotesco plano para prender Lacerda deu um ar de comicidade na disputa política. Os setores

¹⁶² *PANORAMA*, Editorial – “*Caça aos ratos vermelhos*”, maio de 1962, p. 86.

mais reacionários do Exército ganhavam a cada equívoco do governo a simpatia dos moderados.

No Paraná, a revista *PANORAMA* açulava os segmentos médios da população – que transitavam fundamentalmente no setor terciário – que ganhavam importância política devido a um avanço no processo de urbanização em curso no estado, resultado direto da modernização da agricultura e o gradativo processo de industrialização observado a partir de 1960 ¹⁶³ a assumirem uma posição diante da crise política que se avizinhava. Já em junho de 1962, ela traçaria um perfil daquilo que ela enxergava ser a classe média. Era, contudo, uma provocação, no intuito de tirar essa classe de uma suposta letargia, de um aparente conformismo: “... a classe média é, por definição, uma classe vacilante e, até certo ponto pusilânime”, (...) ela quer melhorar de vida, deseja ascender a uma posição mais elevada, mas teme a luta...”. ¹⁶⁴

A intenção era envolver esse segmento na luta contra as chamadas *reformas de base* de Jango, que na leitura dos setores conservadores eram explicitamente esquerdizante. Esses eram atores importantes para esfacelamento político do presidente João Goulart. Tinham que estar mobilizados para uma ação, que se desenhava radical que estava sendo construída nos bastidores da política.

O palco estava montado, só faltava a encenação. Parte da *direita* civil tinha um sentimento de ambigüidade em relação a um eventual golpe militar. Se por um lado afastaria do Palácio do Planalto um indesejável, por outro quebrava as regras do jogo democrático, colocando em risco projetos políticos de muitos parlamentares. Talvez essa reflexão tenha surgido tarde demais. O golpe estava a caminho. A princípio a deflagração do golpe estava vinculada à adesão dos generais comandantes das quatro regiões militares. Apenas um, o General Bastos, do Quarto Exército/Nordeste, estava comprometido com os conspiradores. Entretanto, muitos oficiais das outras regiões já tinham aderido à argumentação dos golpistas. A intervenção do Chefe do Estado Maior do Exército, Castelo Branco, na crítica, mesmo que tênue a política janguista, contribuiu para diminuir o número de indecisos na caserna. Todavia, o episódio de rebelião na Marinha, que feriria novamente a hierarquia militar e aproximaria os marinheiros das

¹⁶³ MOURA, Rosa. *Paraná: Meio século de urbanização*. In: Revista *RA'EGA*, Curitiba, n°8, 2004, p.33-44.

¹⁶⁴ *PANORAMA*, junho de 1962, p. 84.

organizações sindicais da época, galvanizaria o apoio dos moderados aos planos dos radicais.

O grande comício de março de 1964 dava a impressão de sintonia entre o governo e as massas, criando a ilusão de que a população compreendia o esforço do presidente em promover as grandes transformações que o país necessitava. A classe média, principalmente a da região centro-sul temia perder o espaço que vinha ocupando desde a década de 1950 e tinha pavor de uma eventual proletarização, organiza uma grande passeata pública ¹⁶⁵ que congregaria grupos religiosos femininos e outros setores conservadores, numa demonstração de repúdio a política de Jango e a certeza de que este segmento (classe média em sua maioria) estava definitivamente divorciado do governo. Agora, os militares não eram os únicos que desejavam a deposição do Presidente.

A revista *PANORAMA* contribuiu para desqualificar um dos estratagemas utilizados por Jango para manter-se no poder, que era convencer os setores médios e populares da sociedade brasileira da importância das *Reformas de Base*, para superar a grave crise econômica e social do país. De quebra, faz alusão aos malefícios produzidos pelas constantes greves que paralisam o país e a condescendência do governo perante essas mobilizações. Assim, se pronunciaria a revista *PANORAMA* no editorial “*Reforma Agrária ou assistência?*”:

Há alguns anos o noticiário brasileiro vem mantendo em cartaz, diariamente, duas constantes que irritam e ferem a sensibilidade do público. A primeira diz respeito às greves políticas que o presidente diz condenar, mas, ao que consta, e ele quem as provoca, direta ou indiretamente, através de seu improvisado superministro sindical. A segunda, ostensivamente divulgada e apregoada por todos os meios e por todas as oportunidades, sempre prometida e nunca realizada, é a Reforma Agrária (...) o problema agrário existe, todos o sabemos. O que, porém, muitos desconhecem é que meia dúzia de inimigos do povo, arvorados em assessores do presidente, sugerem e propõem ao primeiro mandatário do país medidas e soluções incompatíveis com o regime em que vivemos. ¹⁶⁶

A pressão produziu resultados. Dia 31 de março de 1964, o golpe já estava em andamento. Lideranças governistas vão às rádios pedir o apoio popular a fim de impedir a tomada do poder pelos golpistas. De fato a população foi às ruas, mas por pura

¹⁶⁵ A população presente foi calculada em mais de 500 mil pessoas que encheram as ruas de São Paulo. Essa passeata era uma resposta ao comício de 13 de março de 1964 de apoio a Jango.

¹⁶⁶ *PANORAMA*, janeiro de 1964.

curiosidade, não tinha nenhuma intenção em se envolver na disputa entre “os políticos”. O líder *esquerdista* Leonel Brizola ainda fez uma tentativa de convencer o amigo e cunhado João Goulart resistir a partir de Porto Alegre, na ocasião berço do trabalhismo. A proposta é prudentemente recusada, pois, as forças conservadoras estavam bem organizadas e impediriam qualquer retorno do presidente ao cargo. O golpe desferido pela *direita* foi violento, levando a nocaute os setores *progressistas* da sociedade brasileira, que atabalhoadamente não conseguiram reagir à altura. O sucesso da *direita* nesse período pode ser debitado à sua percepção da realidade e intensa capacidade de organização. Essa *direita*, como sublinha DREIFUSS ¹⁶⁷, esteve sob o comando das elites brasileiras que temiam pela esquerdização do Brasil, na esfera da política (interna e externa), da econômica (aumento da presença do Estado) e na sociedade (efetiva inclusão de outros agentes sociais).

1.2. Ação ideológica da direita

“Uma ideologia política se propõe designar em traços gerais o verdadeiro sentido dos atos coletivos...” ¹⁶⁸, e quem determinava esse “sentido” no período que antecedeu a ditadura militar era o complexo IPES/IBAD ¹⁶⁹, um centro político estratégico constituído fundamentalmente para reforçar ou construir uma mentalidade de combate às idéias políticas exógenas que, segundo seus ideólogos, pretendiam destruir a *tradicional família brasileira* de perfil ordeiro, trabalhador e pacífico. Esse estereótipo de cidadão pacífico, adepto da não-violência, construída pelo imaginário popular e reforçado pelas classes abastadas, tinha que ser reafirmado. Esse simulacro está inserido na construção no mito da não-violência do brasileiro, onde o *violento* é aquele que não faz parte da nação brasileira. É um *outro*, no dizer de Marilena CHAUI ¹⁷⁰, que observa a linha de raciocínio dessa construção ideológica, onde a violência ou o ato de violência é algo accidental, passageiro, momentâneo. Dentro dessa lógica, o desrespeito à hierarquia militar; greves da classe trabalhadora; adesão a ideologias não

¹⁶⁷ DREIFUSS, R. Armand. 1964: *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁶⁸ ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1978, p. 36.

¹⁶⁹ Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

¹⁷⁰ CHAUI, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 12.

cristãs; exacerbação dos movimentos estudantis; rebeliões no campo; etc., não correspondiam aos padrões sócio-culturais estabelecidos pela elite brasileira.

A revista *PANORAMA*, desde a sua fundação na década de 1950 e a revista *PÁRANA EM PÁGINAS*, que circularia a partir de 1965, contribuiriam para fortalecer essa imagem idealizada do brasileiro. É importante que se frise que essa idealização está mais próxima das classes menos favorecidas socialmente. Ou melhor, é destinada a essa coorte, que é convencida – de maneiras diversas – que são qualidades inalienáveis, conquanto necessitem ser constantemente renovadas, reavivadas. Amiúde, essa tarefa é reservada aos outros segmentos sociais. De certa forma é isso que permitirá sua submissão de uma classe por outra. É emblemática, a figura do *operário padrão*, criado na ditadura militar brasileira, pelo empresariado, que premiava o desempenho profissional do trabalhador, não obstante, não representar superação de sua miserabilidade material. É o processo de alienação se configurando. Destarte, expressões recorrentes nessas revistas, tais como: “..o povo brasileiro não tem inclinação e nem índole comunista”¹⁷¹, ou “...o povo brasileiro não é comunista nem [tem] simpatia pelo comunismo..”¹⁷², ou ainda, “...restaurar os princípios da dignidade e respeito no Brasil,...”¹⁷³. Restauração na ótica de quem? Percebe-se que essa é uma construção imposta e que não é exatamente resultado de uma reflexão axiológica das classes populares ou de análises políticas mais apuradas.

A *direita* orgânica – aquela que participava de organizações políticas – era subsidiada ideologicamente e financeiramente pelo complexo IPES/IBAD, uma organização que “*procura ser discreta em suas atividades e se manter fora da notoriedade política*”¹⁷⁴. Tal comportamento era perfeitamente compreensível, pois seus financiadores eram importantes empresários, banqueiros, parlamentares, em suma aqueles que simpatizavam com o perfil ideológico da entidade e, se seus nomes fossem revelados ao público, teriam suas vidas sob constantes ameaças de grupos políticos oposicionistas. Legalmente, era uma instituição que estava vinculada a pesquisa, a estudos dos problemas brasileiros. Juridicamente, uma empresa sem fins lucrativos. Ela mantinha relações e troca de experiências com instituições análogas no exterior.

¹⁷¹ *PANORAMA*, fevereiro de 1956, p.11.

¹⁷² *PANORAMA*, outubro de 1963, p. 82.

¹⁷³ *PARANÁ EM PÁGINAS*, Editorial, nº 47, janeiro de 1969, (*grifo nosso*)

¹⁷⁴ DREYFUS, Renê Armand. 1964: *A conquista do estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 230.

Segundo DREIFUSS ¹⁷⁵, possuía duas modalidades de ação. Uma ideológica e social que consistia numa doutrinação geral, através da mídia, ora criticando o bloco popular nacionalista, que estava no poder (Jango e seu séquito), ora reproduzindo suas teses numa linguagem mais próxima da compreensão das classes populares, na tentativa de promover sua cooptação. Isso não impedia que se buscasse a infiltração em entidades sindicais; das corporações profissionais, de instituições religiosas, no movimento estudantil, nas ligas camponesas e inclusive na máquina governamental. A outra era a doutrinação específica, que tinha como objetivo moldar a consciência e a organização da elite orgânica, ou seja, dos setores dominantes. A consubstanciação do discurso, da argumentação era, amiúde, realizada através de palestras, cursos de formação política e até treinamento militar.

A revista *PANORAMA*, em 1962 comunicava aos seus leitores do envolvimento “necessário” da organização supracitada na vida política PARANÁense: *“O IPES (...) vai interferir através de elementos das classes conservadoras, nas eleições vindouras no Paraná. A exemplo da extinta Liga Eleitoral Católica vai apontar nomes de sua confiança, bem como aqueles que considera indesejáveis nos cargos eletivos. O mesmo fará a Mobilização Agrária do Paraná, ambas as entidades preocupadas com as infiltrações extremistas no Estado.”*¹⁷⁶

Isso explicaria a abundância de recursos financeiros para determinados candidatos, que invariavelmente venciam as eleições. A revista *PANORAMA*, que tinha à frente um grande empresário Paranaense, Oscar Schrappe Sobrinho, proprietário de uma das maiores gráficas do país – Impressora Paranaense –, foi um dos importantes financiadores de candidatos da *direita* Paranaense nas eleições daquele ano ¹⁷⁷ e nos anos vindouros.

Tanto em relação à doutrinação geral, quanto a específica, era importante a existência de canais de transmissão e divulgação do ideário *direitista*. Várias publicações de perfil conservador circularam na década de 1960. No Paraná, circularam algumas que, a despeito de afirmarem não terem intenções de lidar com a política, o faziam de forma sub-reptícia. Como é o caso das publicações já mencionadas. Muitas palestras e simpósios tinham a participação de pessoas famosas. Havia um acervo de

¹⁷⁵ O autor faz uma interessante exposição sobre o *modus operandis* dessa entidade, p. 231-258.

¹⁷⁶ *PANORAMA*, agosto de 1962, p. 85.

¹⁷⁷ Ocorreram eleições gerais para senador, deputado federal, estadual, vereadores, governador e prefeito.

filmes, peças de teatro, desenhos animados, revistas, propagandas que eram acessíveis ao grande público e utilizadas sob pretexto de divertimento ou, para grupos mais seletos, discussão e debate em torno dos temas apresentados. Era uma organização hábil e competente. É importante salientar que muitos jornalistas, que tinham vínculos com o complexo IPES/IBAD, possuíam colunas em jornais de grande circulação onde publicavam artigos de forte teor ideológico, funcionando como verdadeiros propagandistas dos setores conservadores ¹⁷⁸. A chamada grande imprensa esteve o tempo todo compactuando com as manobras políticas da *direita* ¹⁷⁹. Os grandes grupos empresariais da mídia: Assis Chateaubriand (*Diários Associados*), Octávio Frias (A *Folha de São Paulo*), o Grupo Mesquita (*O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde* e *Radio Eldorado*), Barbosa Lessa (*TV Record* e *TV Paulista*), Wilson Figueiredo (*Jornal do Brasil*), Organizações Roberto Marinho (*Jornal*, rádio e *TV Globo*), o Grupo Bloch (*Revista Fatos e Fotos*, *Manchete*), o *Correio do Povo*, do Rio Grande do Sul, além do antigetulista *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda e tantos outros de circulação regional ou mesmo setorial. O comprometimento ideológico da mídia tornar-se-ia um poderoso instrumento para subjugar as massas e promover o desgaste do governo ¹⁸⁰. Teríamos no Estado do Paraná, Roberto Novaes, dos *Diários Associados* e *Diário do Paraná*, Ubaldo Siqueira, da *Imprensa Nova* e Bacilla Neto, correspondente no estado do *O Estado de S. Paulo*. A maior parte desses empresários era ipesianos ou abonavam a participação de seus diretores. Esses produtores de bens simbólicos visavam como bem observa ANSART,

... em primeiro lugar audiência, (...) de estabelecer com o público uma relação pontual, confirmando ou ampliando um comunicado anterior. Ao mesmo tempo, e sem que tais finalidades sejam decomponíveis, trata-se, (...) de confirmar sua existência, de dar a si uma imagem favorável e do rival uma imagem negativa, de conquistar apoio. ¹⁸¹

¹⁷⁸ Muitos jornalistas que atuaram nas revistas: *PANORAMA* e *PARANÁ EM PÁGINAS* trabalhavam – até por uma questão de sobrevivência – em grandes matutinos do estado.

¹⁷⁹ DREYFUS observa que passados quase 30 anos, a imprensa ainda mantém a mesma tática de influenciar a opinião pública na tentativa de salvaguardar os interesses da elite, como fossem os interesses de todos.

¹⁸⁰ É importante salientar que nem todos os jornalistas que trabalhavam na grande imprensa eram de *direita* (ou conservadores). Muitos o faziam para prover o sustento próprio ou da família (depoimento de Valmor Marcelino). Alguns proprietários da grande mídia até empregava jornalistas que eram reconhecidamente de *esquerda*, que se destacavam por serem bons escribas. Todavia, o cargo de chefia, invariavelmente, ficava nas mãos dos conservadores.

¹⁸¹ ANSART, op. Cit., p. 80.

Realizado a passagem primeira – a de chegar ao público –, a sequência fica facilitada, pois a alimentação é diária, exaustiva, impactante, culminando em transformar simples opiniões sobre a conjuntura em verdades absolutas. Citando CHAUI, que diz, “*o jornalista se tornou protagonista da destruição da opinião pública*”¹⁸², tamanha força que suas opiniões ganharam perante os leitores, ouvintes ou telespectadores.

A disputa ideológica, com o advento da Guerra Fria já estava em processo de germinação desde o início do século XX, mais precisamente nos anos vinte, e ganharia contornos mais dramáticos com o processo de descolonização na Ásia e na África. Alinhar-se à *direita* ou à *esquerda* estava diretamente relacionado ao grau de influência ou dependência que um determinado país tinha em relação aos Estados Unidos ou a União Soviética. O Brasil, por questões históricas e geográficas, penhoraria seu destino aos interesses norte-americanos. Essa anexação implicaria numa submissão, numa subserviência que somente atendia aos interesses da elite local, mesmo que a retórica oficial contemplasse o conjunto da população. O mesmo discurso anticomunista e liberal que vigorou nos Estados Unidos no pós II Guerra¹⁸³ e se consolidou nas décadas seguintes e que, freqüentemente, acompanhava práticas repressivas contra aqueles que pleiteavam uma autonomia de pensamento, se reproduziu no Brasil. Ideologicamente, o que ocorreu nos Estados Unidos, foi aquilo que PIERRE ANSART chamou de *ortodoxia consentida*¹⁸⁴, onde o sistema ideológico é amplamente institucionalizado. A população incorpora a mensagem sem adesão passional e mesmo sem muita compreensão, entretanto, era necessário um constante reforço ideológico (via mídia, programas de bem estar social, estímulos ao progresso pessoal, etc.) a fim que se evitasse o colapso do sistema simbólico. Essa estratégia poderia trazer, em contrapartida, uma despolitização da sociedade e um perigoso adelgaçamento do senso crítico da população. Em certa medida, teria sido esse o comportamento dos segmentos representativos da sociedade, que não tiveram uma participação efetiva no golpe de

¹⁸² CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, pág. 14.

¹⁸³ Faz-se uma referência à paranóia provocada pelo macarthismo na década de 50 e as ações quixotescas do FBI, que enxergava o inimigo a cada esquina.

¹⁸⁴ ANSART, op. Cit., p. 145, O pensador francês cita como exemplos, N. Khruchchev, da URSS e Mao Tse Tung, da China. Entretanto, acredito que pode servir para os presidentes americanos do pós-guerra até Ronald Reagan.

1964, notadamente, a *classe média*. A tomada do poder não exigia um grande engajamento da *direita* não-orgânica (daqueles que tinham antipatia e mesmo temor das idéias esquerdistas). Era suficiente apenas sua colaboração. A massa, aquela despossuída de formação intelectual e que amiúde hipotecava a sua simpatia àqueles que lhes acenassem com a possibilidade de melhoria de vida, independente se fossem dirigentes de *esquerda* ou de *direita*, eram carregados pela força da retórica. Constituíam-se via de regra aquilo que se convencionou chamar de *massa de manobra*. As concepções de comunista que os segmentos populares possuíam fora adquirido através dos discursos reacionários da igreja ¹⁸⁵, dos portadores de maior *estudo* – dos patrões normalmente – ou dos noticiários, reproduzidos em meios de comunicações diversos. As dinâmicas do cotidiano não lhes permitiam muita reflexão. Destarte, de posse de todos os elementos necessários para a tomada de poder, a *direita* age sem demora e de assalto desaloja o mandatário legalmente eleito, passando a dar uma nova orientação política à nação. Todavia era necessário consolidar a conquista do Estado, para tanto, era indispensável aprofundar as reformas revolucionárias e, fundamentalmente, buscar legitimidade perante o conjunto da população, como bem frisou RESENDE, “(...) *A busca de legitimidade centrava-se na construção de um suposto ideário de democracia que insistia no revigoramento da ordem, do progresso, da justiça social e de uma pretensa legalidade.*” ¹⁸⁶

Os expurgos seriam inevitáveis para colocar o Brasil no *caminho do bem*, recuperando o brasileiro ordeiro, festivo, afável, solidário, adepto da não-violência.

Uma outra instituição que contribuiu para o fortalecimento ideológico de *direita* naquele período foi a *Escola Superior de Guerra*, a ESG. Sua origem, como aponta TREVISAN ¹⁸⁷ e OLIVEIRA ¹⁸⁸, estaria em forma embrionária no pensamento de um importante militar da década de 1930, Góes Monteiro, que sempre teve a preocupação de tirar o Exército da posição de coadjuvante na política nacional, a serviço de interesses civis, como o mesmo desabafava: “*fora quase sempre uma força pretoriana*

¹⁸⁵ A revista *PANORAMA*, através de seu editor Adolfo Soethe, trouxe em várias edições do periódico, matérias do bispo católico nova-iorquino ultraconservador Fulton J. Sheen, que fazia pregações pelo rádio – alcançando milhares de ouvintes – contra o comunismo. Foi extremamente popular nos EUA, nas décadas de 1950 e 1960.

¹⁸⁶ RESENDE, M. Op. cit., p.33.

¹⁸⁷ TREVISAN, Leonardo. *O pensamento Militar Brasileiro*. São Paulo: Global, 1985.

¹⁸⁸ OLIVEIRA, E. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

ou miliciano a serviço de facções políticas civis”¹⁸⁹. Em seu livro *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*, afirmaria que chegara a hora dos militares assumirem uma função de mando na política nacional, pois os civis que se sucederam no poder foram incompetentes para gerenciar o Brasil. O Exército há muito já vinha demonstrando capacidade de organização, de seriedade e de zelo com a coisa pública. Era o que ele chamava de *forças construtoras*. Para TREVISAN, se o conceito de *Segurança Nacional* não é cunhado por ele é, seguramente colocado em relevo por esse militar, que passa a construir uma doutrina alicerçada por esse binômio. A *Doutrina Góes*¹⁹⁰ seria consolidada durante a década de 30, fundamentalmente depois do episódio de 1935, a *Intentona Comunista*. Sempre houve dissidências, antipatias, disputas por poder dentro da caserna, contudo, esse acontecimento uniu os militares do Exército. Era o combate ao inimigo comum. Do alto de seu prestígio, Monteiro convenceu as tropas, em particular o oficialato, na necessidade da aplicabilidade da *Política do Exército*, que deveria se colocar de forma onipresente em todos os segmentos da sociedade com o fito de protegê-la da ameaça totalitarista ou ao que chamava de “*proselitismo vermelho*”. Era a idéia de Estado forte, que como sabemos caiu no gosto de Vargas, quando na implantação do Estado Novo. Na realidade, como aponta TRINDADE, para Góes,

O Estado forte era só um meio. O que de fato a Doutrina pretendia era a aplicação sistematizada de uma política coerente, praticada em etapas, visando primeiramente a disciplina do corpo social que provocaria o desenvolvimento econômico. A consequência natural do desenvolvimento econômico seria a construção de uma sólida e eficiente defesa nacional.¹⁹¹

Com o fim da II Guerra Mundial, a Doutrina Góes sofreria um refluxo, com o advento da Democracia Liberal, que se apresentava como o melhor formato de condução política para o mundo ocidental, mesmo considerando as limitações de sua operacionalidade. Entretanto, os princípios da Doutrina Góes não tinham desaparecidos, estavam num processo de hibernação e logo passaria por um processo de reformulação, adequando-a aos novos tempos. É dentro desse contexto que nasce a ESG. TREVISAN afirma que a idéia de se formar uma escola de formação já aparecia nos

¹⁸⁹ Idem, p.36.

¹⁹⁰ Expressão cunhada por TREVISAN, L.

¹⁹¹ Idem, p. 41.

pronunciamentos dos instrutores militares, fundamentalmente daqueles que possuíam formação acadêmica e gozavam de status de intelectual entre seus pares ¹⁹², onde se percebia claramente uma unidade de princípios que eram referendados pelo pensamento do General Góes Monteiro.

Concretamente, pode-se atribuir a três nomes a fundação da referida escola: o primeiro seria o general Cordeiro de Farias, um ex-tenentista, que possuía fortes laços de amizade com oficiais norte-americanos; outro foi o General Humberto Castello Branco, editor da revista Defesa Nacional, que teve uma notória participação na II Guerra Mundial ¹⁹³, além de ser reconhecidamente um intelectual, com formação geopolítica no exterior ¹⁹⁴; o terceiro nome seria do General Juarez Távora, também ex-tenentista. Era um homem que tinha livre trânsito pelos salões do poder.

A fundação da Escola data de outubro de 1948 (oficialmente em 1949) com o intuito de administrar cursos para todas as Armas. Eram os chamados cursos de Alto Comando, que visavam preparar de forma mais adequada, qualificada, os oficiais egressos da AMAN ¹⁹⁵, além de subsidiar civis em temas atinentes à administração pública e, mesmo, privada. A ESG, no seu início, teve – como não era de se estranhar – o apoio da National War College, referência em formação militar nos Estados Unidos, que contribuiriam como uma missão, ministrando cursos sobre nas questões táticas e geopolíticas até 1960. Todo arcabouço teórico da ESG tinha como corolário a doutrina da segurança nacional, que, aliás, já estava presente como fora assinalado na Doutrina Góes. O que movimentava os ideólogos da ESG, a partir da década de 50 era a necessidade de estar de sentinela diante da ameaça comunista, que, a partir dessa leitura, estava paulatinamente contaminando diversos setores da sociedade brasileira, sem que houvesse, por parte das elites brasileiras, um preparo qualificado para a disputa ideológica. Dentro desse clima de paranóia ideológica, somente a ESG poderia instrumentalizar as lideranças brasileiras para esse embate, para tanto era preciso que, “o

¹⁹² Ibidem, p. 48.

¹⁹³ DULLES, John. F. W. *Castelo Branco – a caminho da presidência*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1979, pág. 22

¹⁹⁴ Idem, pág. 34.

¹⁹⁵ *Academia Militar das Agulhas Negras*, com sede em Resende, RJ. A origem dessa instituição remonta ao final do século XVIII, que dava origem a primeira escola militar da América que tinha sede no Rio de Janeiro, idealizada pelo Vice-Rei D. José Luiz de Castro, ainda no período colonial.

*país inteiro deve estar coeso, em clima de ordem unida, produzindo para a Segurança Nacional. Sem dúvidas, sem questionamentos, sem oposição.”*¹⁹⁶

É assim que, como diz CHIAVENATTO, “*a partir de 1963, a ESG transformar-se-ia na célula pensante aglutinadora das forças que deram o golpe.*”¹⁹⁷

¹⁹⁶ DULLES, Op. cit., p. 53.

¹⁹⁷ CHIAVENATTO, J. J. *O golpe de 1964 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1998, p. 45.

Capítulo 2

O “GRANDE ATO” – DA VIDA NA CASERNA PARA A VIDA NO PLANALTO.

As tropas insurgentes se movimentam na madrugada do dia 31 de março de 1964, sob o comando do General Olímpio Mourão Filho, velho golpista da década de 30, que sem o aval das lideranças oposicionistas deslocara as suas tropas de Juiz de Fora (Minas Gerais), sede do IV Exército em direção ao Rio de Janeiro. Era a *operação Popeye* se materializando ¹⁹⁸. O dispositivo militar, engendrado pelo general Assis Brasil, que supostamente daria salvaguardas a Presidência da República em caso de golpe, se mostrou inoperante e inconsistente, uma vez que muitos militares aderiram aos golpistas, rompendo abruptamente com a ordem institucional vigente. João Goulart percebendo a manobra político-militar, e cômico das dificuldades de reversão desse quadro, buscava guarida em sua terra natal, o Rio Grande do Sul, onde tinha apoio do governador do Estado, Leonel Brizola. O governador gaúcho o instigaria a resistir à aquela quartelada, entretanto não encontra ânimo e nem desejo em Jango, que prefere se retirar para sua fazenda nas barrancas do rio Uruguai, deixando o cargo em vacância. Não seria inverossímil afirmar que uma eventual resistência de Jango poderia deflagrar uma guerra civil sem precedente na história do país.

Para os rebeldes o primeiro passo estava dado. O movimento seguinte, agora, era consolidar a conquista e por em prática seus objetivos, como destaca SKIDMORE,

Os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart em março de 1964 tinham dois objetivos. O primeiro era “frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares”; o segundo era “restabelecer a ordem de modo que pudessem executar reformas legais”. O primeiro foi fácil. O segundo seria muito mais difícil. ¹⁹⁹

¹⁹⁸ Sabe-se hoje que o gesto aparentemente tresloucado de Mourão Filho tinha respaldo do embaixador americano no Brasil Lincoln Gordon, que colocara a disposição dos revoltosos uma estrutura bélica estacionada no Caribe (Operação *Brother Sam*), a fim de produzir uma intimidação a uma eventual resistência.

¹⁹⁹ SKIDMORE, T. *De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pág. 45.

De fato, essa ruptura no processo de sucessão teria que ter, necessariamente, amparo legal, para que o movimento tivesse legitimidade perante a opinião pública e na comunidade internacional. Com a vacância do cargo de Presidente da República – não havia vice-presidente, pois Jango já era o vice que assumira com a renúncia de Quadros – constitucionalmente quem assume o cargo foi o presidente da Câmara dos deputados, Ranieri Mazzilli, que, procurando dar legitimidade ao processo de sucessão e o mínimo de respeito à constituição vigente, estabelece eleições para um período de trinta dias. Especulava-se em torno do nome que ocuparia o assento presidencial. Havia, no entanto, poucas dúvidas de que o nome que deveria assumir a presidência do Brasil – pelo menos naquele primeiro momento - teria que sair das fileiras das forças armadas ou, em última instância, um civil da estreita confiança dos militares e da elite econômica do país.

No Paraná, os militares tinham um aliado, o ex-coronel e ex-prefeito de Curitiba, Ney Braga²⁰⁰, que assumira o governo do estado em 1961, ancorado na popularidade de Jânio Quadros, como já foi demonstrado. Fazia uma administração que agradava a elite, pois, através da criação de algumas empresas públicas, projetaria o estado nacionalmente. É, para muitos, o criador do *Paraná moderno*. Na seção de política da revista *PANORAMA*, um ano antes da deflagração do golpe já se articulava um movimento, fomentado pelo periódico, em prol do governador para a sucessão de Jango: “*A república tem que ser de gente nova*”²⁰¹, numa clara referência de seu nome para a disputa do poder máximo no país. Isso se devia, por conta do prestígio que esse *lapeano* adquirira junto à sociedade Paranaense e brasileira. As realizações de seu governo tiveram projeção muito além das fronteiras do estado. No mês que antecedeu o golpe, a revista, evidenciando simpatia pelo governador e afinada com sua gestão, o brindaria com uma reportagem laudatória, buscando atingir leitores de todo o Brasil e apresentando o chefe do executivo Paranaense como um sério e competente administrador. Procura ressaltar sua habilidade política que o alçava na condição de mediador entre os conflitos entre capital e trabalho, minimizando os efeitos nocivos desse embate para a *família* Paranaense. Assim, registrava a revista em “*Paraná em 3*

²⁰⁰ Ney Braga foi um dos fundadores da *Cruzada Democrática*, grupo político criado dentro da caserna para disputar o Clube Militar, na década de 1950. Esse agrupamento se opunha aos nacionalistas dentro do exército e declarava anticomunista.

²⁰¹ *PANORAMA*, fevereiro de 1963, p. 42.

anos”: “Na gestão de Ney Braga, a paz, honestidade formam o PANORAMA dominante dos três primeiros anos do atual governo do Paraná, em contraste com uma conjuntura nacional conturbada, que intranqüiliza a consciência pública e anula o labor produtivo do povo.”²⁰²

Não é, portanto, de se admirar que Ney Braga tenha sido um dos primeiros governadores a se pronunciar em apoio aos militares *revolucionários* e a revista *PANORAMA*, daria enorme publicidade a esse pronunciamento, através de uma reportagem intitulada: “Proclamação de Ney Braga ao Brasil”, onde se lia: “Concidadãos de todo o Brasil! As forças democráticas, num irresistível movimento de união, já asseguraram sua vitória contra os que, lançando o desassossego na família brasileira, estiveram a ponto de precipitar o país ao caos e abrirem as portas para a guerra civil.”²⁰³

Uma das questões mais candentes a década de 1960, era sem dúvida – como já foi sublinhado – a *Reforma Agrária*, alvo de muitos conflitos na zona rural e uma das bandeiras da esquerda nesse período. O governo de João Goulart assumiria o compromisso junto ao campesinato de resolver esse imbróglio, no entanto, não fez. Com intuito de demonstrar que os *revolucionários* de 1964 se incumbiriam dessa missão e não desapontariam a massa camponesa, Ney Braga – enquadrando-o como um dos “revolucionários” – promoveria no estado a tão propalada *Reforma Agrária* de forma pacífica, bem ao gosto dos conservadores. A revista *PANORAMA* da publicidade a essa medida em: “Ney Braga antecipou a Reforma Agrária no Noroeste”: “Uma Reforma Agrária feita pelo governo do Paraná transformou em zona de paz o sudoeste do estado, conhecido em todo o país como zona de litígio devido a uma serie de conflitos armados alguns deles contando com a simpatia da administração do ex-presidente João Goulart.”²⁰⁴

Os redatores da revista *PANORAMA* procuram atualizar os leitores dos últimos acontecimentos que provocaram a capitulação de Jango. Adolfo Soethe, sob o título “E a cobra fumou”, interpretava a última aparição pública do presidente:

²⁰² *PANORAMA*, fevereiro de 1964, p. 12. Suplemento especial.

²⁰³ *PANORAMA*, abril de 1964, p. 06-07.

²⁰⁴ *PANORAMA*, novembro de 1964, p. 28-30.

... comício de caráter subversivo que o estado maior comuno-sindicalista mandou realizar na Guanabara (...) ali se reuniram a fina flor da pelegada vermelha.²⁰⁵

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a qual se uniram paulistas – cerca de um milhão – de todas as camadas sociais e correntes políticas – numa demonstração de fé e patriotismo, (...) a opinião pública recebe o impacto com a primeira chicotada bolchevista em plena face.²⁰⁶

Jango iria das provas à nação, provas contundentes e irreversíveis de que acabara de passar o poder às mãos dos comunistas.²⁰⁷

... nas ruas de Curitiba foram distribuídos folhetos subversivos em pleno estado da crise. (...) incontável multidão de populares presenciou e aplaudiu os soldados que, marcharam pela rua XV (...) era a revolução das Forças Armadas, a revolução do povo, a revolução da democracia.²⁰⁸

Mais adiante, a revista traria uma reportagem que mostrava a mobilização das classes média e alta, através da União Cívica Feminina (UCF) e da Associação Comercial do Paraná (ACOPA) em Curitiba, contra uma medida do governo federal em adotar um livro didático público a ser utilizado pelos estudantes, particularmente de escola públicas e uma possível estatização de algumas escolas privadas. A passeata seguiu os mesmos moldes de outras que vinham ocorrendo em outras capitais, aqui foi rebatizada de “*Marcha a favor do Ensino Livre*”²⁰⁹.

... a exemplo do que ocorreu em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e outros grandes centros do país, Curitiba, também respondeu positivamente aos apelos da Nação, organizando-se em defesa das organizações cristãs e democráticas. Aproximadamente 30 mil pessoas da tarde do dia 24 de março findo, de uma passeata de protesto, principalmente contra as ameaças de encampação dos estabelecimentos de ensino privado, contra a adoção do livro único em todas as escolas e a comunização do Brasil.²¹⁰

Sobre a questão educacional, já no início da década de 1960, quando tramitava no Congresso Nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, um editorial assinado por Adolfo Soethe, apontava eventuais conflitos, de ordem ideológica, caso se viesse

²⁰⁵ PANORAMA, abril de 1964, p. 40.

²⁰⁶ PANORAMA, abril de 1964, p. 42.

²⁰⁷ Idem, p. 45.

²⁰⁸ Idem, p. 46.

²⁰⁹ CODATO, Adriano & OLIVEIRA, Marcus Roberto. *A marcha, o terço e o livro; catolicismo conservador e a ação política na conjuntura do golpe de 1964*. Ensaio para a Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, n° 47, 271-302 – 2004.

²¹⁰ PANORAMA, abril de 1964, p. 59.

implantar tal legislação. Em “*Eles são do contra*”, o editor se mostrava preocupado com a inclinação de muitos deputados e senadores em aprovar um documento que dividia a “opinião pública brasileira” em relação à concepção de educação a ser adotada no país. Dizia ele que,

Lamentavelmente, a opinião publica se dividiu em duas facções antagônicas: com respeito a escola publica e a particular. De um lado os materialistas que desejam implantar no país o monopólio estatal do ensino (...) tal como a Rússia e a China e outras repúblicas populares; enquanto outros defendem a liberdade e o direito de as famílias educarem seus filhos dentro dos princípios da moral e da Democracia, (...)Eles sabem que o Estado sempre foi mau educador. Por isso advogam e defendem a implantação do monopólio estatal (leia-se ditadura). (...) o povo brasileiro tem mais brios, mais moral e mais civismo do que pensam os da onda monopolista.²¹¹

O que na realidade preocupava o editor era a ingerência do Estado num segmento – o educacional –, que tinha importante participação do setor privado, principalmente das instituições religiosas, que temiam pela estatização e laicidade do ensino no país. Esse segmento era, na concepção da *direita* brasileira, muito sensível a cooptação ideológica. E a *direita* tinha conhecimento que uma boa parcela dos elaboradores da LDB²¹² era composta de intelectuais com trânsito na *esquerda* e que, portanto, tornava tendenciosa essa legislação educacional que atingiria os filhos das classes conservadoras.

As críticas em relação à educação continuavam a ocupar espaço na revista. Elas não resistiam a um exame mais apurado, uma vez que se constituíam em análise e observações apressadas e, fundamentalmente, preconceituosas. Na realidade o objetivo era denunciar todo e qualquer tipo de manifestação supostamente *esquerdista*, indicando assim, suas lideranças, ou propagandistas, aos censores do regime que se instalava no poder. Algumas críticas eram estúpidas, de uma análise rasa, “... o Método Paulo Freire estava sendo usado para comunicar o Brasil. (...) A despeito da criação da disciplina de Educação Moral e Cívica (...) disciplina esta que os inimigos da democracia haviam

²¹¹ PANORAMA, editorial de fevereiro de 1960, p. 80.

²¹² Essa lei sofreria influencia do movimento *escolanovista*, cujo maior expoente era Anísio Teixeira. Ver FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Educação no Brasil anos 60: O pacto do silencio*. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

*suprimido há muitos anos com o intuito de desviar a juventude brasileira dos bons caminhos da ordem, da moral e do patriotismo.”*²¹³

Contudo, o editorialista demonstraria um certo alívio com os rumos dos acontecimentos, que colocava os militares como condutores do processo político no Brasil, afirmando que, “... *há muito tempo, o Exército havia acertado seus relógios com o ritmo democrático do povo. E quando os chefes militares dão corda no cronômetro da Segurança Nacional, e essa funciona,...*”²¹⁴

Nos bastidores do novo governo, surgia uma disputa silenciosa entre *duros*²¹⁵ e *moderados* das fileiras das forças armadas. Uma Junta militar composta por integrantes do Exército, Marinha e Aeronáutica que de fato iriam conduzir o processo político que colocaria na cadeira presidencial um novo mandatário. O primeiro ato a ser realizado – e considerado imprescindível pelos golpistas – era o expurgo político daqueles que eram vistos como inimigos do governo. É com esse objetivo que surge o Ato Institucional²¹⁶, que em sua essência impedia a *fórceps* a atuação política de centenas de brasileiros. Era a primeira tentativa de eliminar eventuais opositores ao regime. O AI-1 determinava também que a eleição ou escolha dos futuros presidentes da república brasileira a partir daquele instante – ou até segunda ordem – seria de responsabilidade de um *Colégio Eleitoral*, ou seja, de forma indireta, paralisando, pelo menos temporariamente, as disputas pelo poder através do jogo democrático convencional, as eleições diretas. Estavam também suspensos todos os direitos constitucionais por pelo menos seis meses. O país entrava numa espécie de *quarentena* política. Pois, segundo os revolucionários, era necessário “... *uma reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil*”²¹⁷, antes de se restabelecer a democracia plena. Era o ideário *tenentista* revigorado. Concluído o saneamento ético, estaria agora a sociedade, consubstanciada no

²¹³ PANORAMA, maio de 1964, p. 44.

²¹⁴ PANORAMA, abril de 1964, p. 82.

²¹⁵ Expressão bastante utilizada pelo *brasilianista* Alfred Stepan para definir os ultraconservadores das forças armadas que pretendiam uma maior radicalidade nas ações dos revolucionários. Apesar de barulhentos e influentes eram minoritários. Os moderados compunham a maior parte da alta oficialidade, entretanto não eram tão coesos em suas posições, abrindo espaços para tensionamentos. O historiador Carlos Fico acha essa divisão muito simplista, portanto, pouco esclarecedora.

²¹⁶ Esse primeiro AI, inicialmente não tinha número, pois se acreditava ser o único, entretanto, com o tempo, outros surgiram para atender as necessidades da hora. Durante o Regime foram publicados quase vinte Atos Institucionais, numa incontestável demonstração de força dos militares.

²¹⁷ SKIDMORE, Op. cit., p. 49.

Parlamento – mutilado pelas cassações – pronta para referendar o nome do primeiro *Presidente da Revolução*, um militar naturalmente.

Em relação à política de expurgos adotada de imediato pelo novo governo, a revista *PANORAMA*, anunciava em letras garrafais; “300 prisões pararam a subversão no Paraná”, numa clara demonstração que o executivo Paranaense (Ney Braga) estava fazendo sua parte no combate a subversão. Correu assim, a notícia:

Cerca de trezentas prisões foram feitas no Paraná logo que irrompeu a revolução democrática, sendo apreendido vasto material comprometedor, relacionado com a subversão comunista em desenvolvimento no país. (...) o governador Ney Braga estava integrado no esquema revolucionário, em comum acordo com a guarnição da 5ª região, de sorte que a ação foi imediata no isolamento e desarticulação de possíveis focos, quer na Capital, quer no interior do estado, que pudesse contribuir para precipitar, sob um comando de âmbito nacional, a subversão das instituições constituídas, que as Forças armadas tinham como certas desde o comício de 13 de março na Guanabara.”²¹⁸

A revista insistia na necessidade de se promover uma “limpeza” na máquina governamental a fim de expurgar os elementos esquerdistas. Ou se diz no jargão popular; *não deixar pedra sobre pedra*. Dizia ela:

Se os alvos dos comunistas era o poder, dois caminhos a ele o conduziram: o da infiltração sistemática e progressiva dos postos administrativos e o desmoroamento dos lares (...) prossiga incansavelmente e com severidade na patriótica ação de descomunização o país (...) uma coisa é expulsar os comunistas das repartições federais, estaduais e municipais. Outra, bem outra será erradicar o comunismo do âmago dos lares, da família, da sociedade.”²¹⁹

A revista enxergava o expurgo como fundamental para o saneamento moral das instituições, todavia, previa um trabalho hercúleo que exigiria constante policiamento dos *segmentos democráticos* a fim de expelir qualquer resquício *esquerdista* da sociedade brasileira.

A revista *PARANÁ EM PÁGINAS*, que passaria a circular a partir de março de 1965, de propriedade do jornalista Cândido Gomes Chagas, divulgaria numa edição desse ano uma suposta concordância da população às medidas depurativas impetradas

²¹⁸ *PANORAMA*, maio de 1964, p. 06-08.

²¹⁹ *Idem*, p. 09-10.

pelo governo militar, dizendo que “*encontrou excelentes repercussões em todas camadas sociais brasileiras.*” ²²⁰

Com a vitória dos *revolucionários de março* consumada, alguns militares colocavam-se – uns sutilmente, outros nem tanto – a disposição de um chamado da *Pátria* para ocuparem o assento presidencial, a fim de conduzi-la no caminho da ordem e das tradições da sociedade brasileira, como bem queriam os conservadores. Era consenso entre as lideranças civis, e até de alguns militares, a recondução do velho Marechal Eurico Gaspar Dutra a presidência. O General Olímpio Mourão Filho, era um outro nome que não podia ser desprezado, pois foi o que deu o *ponta-pé* inicial no movimento de 1964; o Marechal Odílio Denys era da mais alta hierarquia militar e um antigo conspirador contra o governo Jango, não podia ser desconsiderado; o Marechal Cordeiro de Farias era um militar que tinha trânsito nas Forças Armadas o que lhe conferia muito prestígio na disputa. Havia também, o General Arthur da Costa e Silva, o mais antigo militar da ativa e um anticomunista ferrenho. Sem aludir a classe civil que tinha em JK e Carlos Lacerda futuros postulantes ao cargo nas eleições vindouras. Por isso, como sublinha SILVA, a “... *eleição para a Presidência da República demandou entendimentos, renúncias e acomodações*” ²²¹. Destarte, as articulações dentro da caserna foram intensas, pois a disputa não era somente pela conquista do *status* que a cadeira presidencial proporcionava e que, certamente, coroaria uma carreira, mas havia também uma disputa interna pelos rumos que a *Revolução* deveria trilhar, aspecto que não era tão simples e nem havia consenso dentro da Instituição militar.

A despeito de todos os conchavos, a escolha recairia no chamado grupo da *Sorbonne* ²²². Desse grupo, o nome de maior destaque era sem dúvida o do General Humberto de Alencar Castello Branco, militar de notável desempenho no campo operacional – lutou na II Guerra Mundial – e no campo administrativo, onde ocupou postos de comando com bastante relevo, demonstrando muita competência e senso estratégico. Construiu uma carreira brilhante nos quadros do Exército ²²³. Curiosamente sempre fora um militar que pregou o apego à legalidade, “... *fiel ao princípio de que*

²²⁰ PARANÁ EM PÁGINAS, novembro de 1965, p. 29.

²²¹ SILVA, Hélio. 1964 – vinte anos de golpe militar. Col. Universidade livre. Porto Alegre: L&PM, 1985, p. 31.

²²² Alusão a um grupo de militares com *estofa* intelectual.

²²³ DULLES, In op. Cit., traça uma trajetória de Castello Branco desde sua infância até sua posse como Presidente da República.

*nunca se devia dar apoio as insurreições militares (...)”*²²⁴. Não obstante, era um homem que transitava pela *intelligentsia* brasileira com muita desenvoltura, em particular pela *direita*, apesar de não ter antipatia pelas idéias integralistas. A despeito de seu apego a legalidade ficaria responsável de ser o *Chefe Supremo do Governo Revolucionário* que se instalava no Palácio do Planalto.

Castello Branco era sabedor dos desafios que o aguardavam e da necessidade de respostas imediatas aos reclames dos *revolucionários coadjuvantes*, e aos *protagonistas sem farda*²²⁵, que investiram o prestígio e dinheiro na derrota do governo Jango. Ademais, era preciso frear o ímpeto expurgatório dos militares da chamada *linha dura*, a fim de se evitar excessos, que viessem a manchar a imagem do Brasil no exterior. A intenção era completar o mandato de João Goulart e realizar eleições²²⁶, evitando o prolongamento de um governo de força. SILVA exprime bem a estadia de Castello Branco no poder: “... o mais curto de todos os consulados militares deve-se concluir que, se não fez tudo o que pretendia, evitou muito mal que pretenderam”²²⁷.

A elite Paranaense, a exemplo da brasileira, tinha a clareza de que o êxito dos militares estava intimamente ligado ao engajamento desse segmento, que serviriam de correia de transmissão no processo de convencimento de outros extratos sociais. Por isso era fundamental dar demonstração de apoio aos novos magistrados da nação. A revista *PANORAMA* se encarregaria de divulgar uma suposta adesão dos Paranaenses ao *movimento democrático* capitaneado pelos militares, colocando que o Paraná, “... foi o terceiro estado a integrá-lo e o civismo de seu povo, nela demonstrado, reafirmou a indissolúvel comunhão dos Paranaenses com os princípios da autentica democracia.”

228

Não obstante, desejar dar um perfil democrático a sua gestão (de Castello Branco) teve, por pressão, que ceder aos clamores dos militares da *linha dura*, que

²²⁴ DULLES, Op. cit., p. 38.

²²⁵ Os *revolucionários coadjuvantes*, aos quais refiro-me seriam grosso modo, a *classe média* e os *protagonistas sem farda*, corresponderia a *classe empresarial*, nacional e internacional.

²²⁶ Ele, em seu primeiro discurso público como presidente afirmara que entregaria o cargo em 31 de janeiro de 1966. Por isso que políticos como JK e Carlos Lacerda deram apoio ao golpe e a subsequente tomada do poder pelos militares, pois acreditavam na sua curta temporalidade.

²²⁷ SILVA, Hélio. 1964 – *vinte anos de golpe militar*. Col. Universidade livre. Porto Alegre: L&PM, 1985, pág. 32. Essa tese de governo moderado realizado por Castello Branco é rebatida por Carlos Fico, com o argumento de que no governo do marechal ocorreram inúmeras arbitrariedades. Ver *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. In revista brasileira de história, São Paulo, v.24, nº47, 2004, p.33-34.

²²⁸ *PANORAMA*, julho de 1964, p. 53.

desejavam ver punidos com a cassação dos direitos políticos e, se possível, com a prisão daqueles brasileiros – em sua maioria parlamentares – que poderiam obstruir o processo depurativo da *Revolução* ²²⁹. A política de *caça às bruxas* estava apenas iniciando. Em outubro de 1965, um instrumento mais rigoroso de depuração política entra em ação. É o Ato Institucional número dois (AI-2). Ampliam-se as cassações, atingindo inclusive alguns políticos que tinham aplaudido o golpe militar, mas que, no entanto, eram vistos com receio pelos revolucionários.

Com receio de um eventual retrocesso no processo revolucionário que ainda não se consolidara, a revista *PANORAMA* invocava os leitores a reflexão e a assumirem compromisso com os ideais democráticos defendidos pelos militares. Um editorial de agosto de 1964, intitulado “*Revolução incompreendida*”, reafirmaria isso; “... a revolução de 31 de março foi deflagrada e conduzida pelo exército em nome do povo brasileiro, em defesa das instituições democráticas ameaçadas por uma quadrilha de traidores.” ²³⁰

Os expurgos prometido pelo governo federal passam a ocorrer de forma indiscriminada, colocando sob suspeição, inúmeros brasileiros, entre eles, vários Paranaenses. A reforma política ensejada pelo AI-2 agradava a *direita* que enxergava nas agremiações partidárias, uma das responsáveis pelos rumos que o Brasil havia tomado. A revista *PARANÁ EM PÁGINA* aplaudiria essa medida, pois, compartilhava da idéia de uma reformulação total no sistema político – e partidário – brasileiro, entendendo, “que é evidente o interesse da atual administração e mesmo das Forças Armadas de consolidar de uma vez por todas a *Revolução*” ²³¹.

À contragosto, Castello Branco teve seu mandato prorrogado até 1967, pois o *núcleo duro* achava que ainda era temeroso o restabelecimento das tradicionais disputas políticas pelo poder.

As elites Paranaenses, cada vez mais cômicas de suas responsabilidades no processo de consolidação da *revolução*, procuram manter a população numa constante catarse ideológica, para isso lançaram mão de algo que unificava os conservadores, a

²²⁹ SKIDMORE, “(...) os militares linha dura possuíam uma lista de pelo menos cinco mil inimigos cujos direitos políticos pretendiam suspender. Com isso, formou-se uma atmosfera de caça às bruxas, nos gabinetes governamentais, com a mistura de ideologias com vendetas pessoais”. In: SKIDMORE, T. Op. cit., p.59.

²³⁰ *PANORAMA*, agosto de 1964, p. 66.

²³¹ *PARANÁ EM PÁGINAS*, novembro de 1965, p.1.

religiosidade. Para isso contavam com o total apoio da Igreja Católica Paranaense, composta fundamentalmente de sacerdotes conservadores. Com o objetivo de assegurar os destinos da revolução pediriam ajuda aos céus numa imensa manifestação religiosa realizada em dezembro em Curitiba, que a revista *PANORAMA* publicaria em uma longa reportagem em janeiro de 1965, com o título “300.000 fiéis rezaram o terço em praça pública”: “300 000 fiéis rezaram o terço em praça pública – Padre Peyton repetiu em Curitiba e para uma legião de fiéis a sua pregação em prol do rosário em família.”²³²

Esse evento, denominado *rallies* pelos ultracatólicos, fazia parte de um movimento mundial, criado pelo padre irlandês Patrick Peyton, chamado *Cruzada do Rosário em Família*²³³, que vinha atraindo um grande público em outras capitais brasileiras e eram organizados, principalmente, por elementos da classe média.

Na esfera nacional, Castello Branco precisava dar respostas urgentes a determinadas questões que asfixiavam a economia. A maior delas era sem dúvida a dívida externa, que precisava ser renegociada a fim de aliviar a balança de pagamentos que aquela altura desestimulava os agentes econômicos e já produzia efeitos nocivos à população. A dupla de economistas, *Bulhões e Campos*, idealizariam um plano econômico denominado *Plano de Ação Econômica do Governo* (PAEG), que na ocasião já enxergava na inflação acelerada um grande obstáculo a ser transposto. Foi dentro desse contexto de indefinições que as eleições para governador de alguns estados ocorreriam. Havia uma grande desconfiança por parte do eleitorado em torno dos rumos da *Revolução*. Em alguns casos, essa desconfiança se transformaria em repúdio, como foi o caso nas eleições para governador em Minas Gerais e Rio de Janeiro, dois colégios eleitorais significativos, no que tange ao número e a pujança econômica. O resultado foi a vitória esmagadora da oposição. Diante desse revés, era necessário tencionar Castello Branco para que endurecesse o processo revolucionário, impedindo qualquer retorno ao passado recente. Com esse intuito, observou-se um desdobramento do AI-2 com o surgimento de vários *Atos Complementares* (AC) que prescreviam uma série de medidas de exceção que davam suporte legal aos desejos arbitrários dos setores mais

²³² *PANORAMA*, janeiro de 1965, p. 6-10.

²³³ De grande sucesso nos Estados Unidos. O Pe. Peyton participou no Brasil da “*Marcha da Família com Deus para a Liberdade*” que arrastava multidões onde se realizava. Foi um dos maiores detratores do comunismo na década de 1960. Utilizou-se do rádio e da televisão para divulgar o pensamento cristão num viés bem conservador.

reacionários da revolução. Em setembro de 1966 apareceria o AI-3, que estabeleceria eleições diretas para Governador e a nomeação de Prefeitos de capitais pelos Governadores. As restrições ao jogo democrático, na perspectiva liberal, são drasticamente afetadas. Foram inúmeras as tentativas de extermínio da oposição – principalmente aquela mais aguerrida –, impedindo-a de qualquer manifestação de insatisfação para com o Regime que se instalara no poder. A liberdade partidária sofreria um duro golpe com o advento do *Ato Complementar* nº 2 (AC-2), que instituía o bipartidarismo e, por conseguinte, eliminava todos os partidos existentes até então; e o AC-16, que instituía a fidelidade partidária nas eleições proporcionais, a fim de provocar o esvaziamento do único partido de oposição legalizado, o *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB) ²³⁴. Percebe-se claramente que, não obstante construir discursos sobre a necessidade do retorno da vida democrática sadia, o governo Castello Branco construiria todo um arcabouço jurídico que possibilitaria aos mandatários seguintes um abuso de poder jamais visto na história republicana brasileira. O mandato de Castello Branco expirava e o desejo demonstrado outrora de promover eleições diretas para Presidente se esvaía. A perspectiva de eleger para o comando do país um político da UDN se distanciava diante dos militares em continuar no poder, que pese a afinidade de Castello com essa sigla partidária, pois, “(...) *não só professava a filosofia política udenista, mas também era pessoalmente ligado a líderes do partido* (...)” ²³⁵. Sem conseguir materializar seu desejo anunciado no dia em que tomou posse, de que passaria o cargo a um presidente eleito pelo sufrágio universal, Castello Branco teve que entregar a faixa presidencial a um outro militar, que, para seu desgosto, não comungava dos seus ideais revolucionários, o General Arthur da Costa e Silva. O comando do país estaria agora sob o comando dos militares da chamada *linha dura*. O pior ainda estava por vir.

Se o Regime militar teve uma ideologia, essa foi seguramente a da Segurança Nacional, tão bem descrita por um de seus maiores teóricos, o General Golbery do Couto e Silva ²³⁶, que a concebeu quando da sua passagem pela Escola Superior de

²³⁴ O MDB que aglutinaria a oposição tinha já perdido suas lideranças mais expressivas e aguerridas por conta das cassações no período anterior.

²³⁵ SKIDMORE, op. Cit., pág.90.

²³⁶ A essência de seu pensamento pode ser lida em *Geopolítica do Brasil*, onde encontramos uma visão maniqueísta de mundo, a existência de um bem (as nações de democracias liberais) e um mal (os países de regimes totalitários).

Guerra (ESG), na década de 1950. Mais tarde o pensamento *golberiano* ganharia mais consistência quando da fundação (1962) do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), instituição que ele criou e dirigiu e que foi muito útil na deposição de João Goulart em 1964. A incorporação desse ideário pelos militares que freqüentaram a academia militar ²³⁷ deu o substrato teórico-político para os revolucionários de 1964 e, a reboque, transformaria todo brasileiro em um elemento responsável pela Segurança Nacional, estimulando a delação ²³⁸. Instalar-se-ia uma verdadeira neurose na sociedade brasileira, na tentativa de identificar o inimigo oculto.

Para a revista *PANORAMA* não havia “inimigo oculto”, pois já vinha de longa data nomeando os inimigos da pátria: a UNE, as Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar, o Comando Geral dos Trabalhadores, os professores e alunos, etc. Diante disso, as querelas pessoais ganhavam outros contornos, dentro desse contexto de extremo policiamento ideológico. A revista *PARANÁ EM PÁGINA* elegeria – sem nominar - parlamentares do legislativo estadual ²³⁹, onde o periódico, “... *expressa o apoio a cassação de parlamentares, colocando-os todos na vala comum da corrupção, malversação de recursos públicos e atitudes inconvenientes no exercício do cargo. Na opinião de muitos outros deputados, não apenas da Guanabara,,, deveriam sofrer igual punição, pelo que vem realizando em prejuízo da nação.*” ²⁴⁰

Dentro desse clima de perseguição política, não foram raras as denúncias – na maioria das vezes anônimas - que a despeito de denunciar um subversivo, se nocauteava um desafeto político e até pessoal, como sublinhara CHIAVENATO, “... *e a figura do dedo-duro popularizou-se como o novo símbolo da canalha nacional. (...) O alcagüete (...) passou a integrar perigosamente a gíria política e invadiu o dia-a-dia brasileiro com o poder de desgraçar cidadãos*”. ²⁴¹

A assunção do General Costa e Silva na presidência da República representaria um aprofundamento no processo de purificação ideológica, já iniciado nos primeiros meses de 1964. O novo presidente, “(...) *ajustava-se ao esteriótipo do político latino*

²³⁷ Refiro-me a AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, Rio de Janeiro.

²³⁸ DECKES, F. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1964-1980*. São Paulo: Ícone, 1988, págs. 83-85, dá uma idéia da neurose que tomou conta dos *Revolucionários*.

²³⁹ *PARANÁ EM PÁGINAS*, abril de 1966. pág. 20.

²⁴⁰ *PARANÁ EM PÁGINAS*, março de 1966, p. 21.

²⁴¹ CHIAVENATO, J. Op. cit., p.72.

*americano. Era jovial e mais interessado numa boa corrida de cavalos do que na leitura de enfadonhos tratados de estratégia militar”*²⁴².

Entretanto, não se poderia menosprezar a capacidade intelectual desse militar, que na Academia fora o primeiro colocado em rendimento escolar. Ele já agia em favor dos *duros* nos bastidores na gestão de Castello Branco, agora no comando da nação precisava por em prática os desejos dos chamados revolucionários autênticos. A promulgação de uma nova Constituição – edificada nos tempos de Castello – que entraria em vigor em março de 1967, tinha a clara intenção de dar legitimidade aos atos revolucionários, incorporando todos os *Atos Institucionais* e os *Atos Complementares* do período anterior. A fim de se realçar os traços autoritários do regime militar, nesse mesmo mês é sancionada pelo executivo a *Lei de Segurança Nacional* que tornava o governo plenipotenciário e livre de qualquer amarra jurídica que o impedisse de legislar sem a interferência do Poder Legislativo e do Judiciário. Com o advento da Lei 5250 – conhecida como *Lei de Imprensa* – de fevereiro de 1967, o Regime dá uma demonstração de que iria enquadrar os jornais e revistas e seus respectivos jornalistas e colunistas que porventura fizesse oposição ao Regime²⁴³, que o artigo 2º dessa mesma lei chama, eufemisticamente, de atentado a moral e aos bons costumes²⁴⁴. É um documento de mais de quarenta páginas que simplesmente restringe a investigação jornalística e inibe os colunistas – políticos, principalmente – de um posicionamento mais crítico em relação ao Regime. Interessante notar, que a penalidade se estendia desde o proprietário da empresa jornalística até o jornaleiro que comercializava o produto, muitas vezes sem ter conhecimento de seu conteúdo²⁴⁵. É conveniente ressaltar, que nenhuma das revistas estudadas: *PANORAMA* e *PARANÁ EM PÁGINAS*, foram incomodadas pelo Regime. Muito pelo contrario, nesse período aumentaram suas tiragens e ganharam anunciantes de peso. Sobre o papel a ser desempenhado pelo jornalista, o editorial da revista *PANORAMA*, já assinalava que, “*somos dos que sempre se bateram pela tese de que ao jornalista não cabe unicamente o dever de informar.*

²⁴² SKIDMORE, T. Op. cit., p. 138.

²⁴³ Segundo SKIDMORE.: “(...) os arquitetos da censura também proibiram a publicação de notícias sobre o movimento de trabalhadores e estudantes. Toda a mídia foi colocada sob supervisão dos tribunais Militares”. In: SKIDMORE, T. Op. cit., p.167.

²⁴⁴ O art.2º diz literalmente: *É livre a publicação e a circulação, em todo o território nacional, de livros e jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos (art.11) ou quando atentem contra a moral e os bons costumes*”. Fonte: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações. Brasília 2000.

²⁴⁵ Art. 37 da Lei de Imprensa.

Como simples informantes ele desempenharia uma função meramente passiva, de estafeta ou de teleguiado, como diríamos hoje. Ele tem, acima de tudo, o dever de orientar.”²⁴⁶

Essa suposta autonomia apregoada pela revista, em relação ao *métier* jornalístico, não passa de retórica, pois é somente válida se estivesse alinhada ideologicamente com os segmentos majoritários da sociedade brasileira, no ponto de vista socioeconômico e político. O “*dever de orientar*”, que significaria interpretar a realidade na ótica dominante; pronunciar/revelar uma – suposta – verdade àqueles que foram inebriados *pela* fantasia comunista, constituía-se no procedimento a ser seguido pelo *bom* jornalista.

O governo federal buscava a estratégia para legitimar-se perante a opinião pública ante atos governamentais, às vezes de caráter repressivo e aparentemente impopular. A fim de superar essa dificuldade cria a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) que tinha como objetivo principal dar visibilidade às realizações do governo. Estava se construindo, ainda de forma embrionária, o *marketing* político que seria muito útil ao governo seguinte.

Mesmo fechando o cerco contra os seus eventuais adversários, o governo de Costa e Silva não estava satisfeito. A movimentação da oposição de forma mais expressiva e estridente já se fazia notar por todos os segmentos da população. A *passeata dos Cem Mil* (junho de 1968) no Rio de Janeiro, comandada pelos estudantes; os primeiros sinais de resistência armada contra o regime militar²⁴⁷ e o comportamento relativamente autônomo do Congresso, que ainda não se flexionara diante das pressões emanadas do Executivo, constituíam exemplos que incomodavam e preocupavam. O caso do incidente do Deputado Marcio Moreira Alves foi emblemático. Uma provocação pueril do deputado foi superestimada pelos homens de farda, que enxergaram grave ofensa às Forças Armadas e exigiu da Casa Legislativa sua imediata cassação. Para a perplexidade dos militares a solicitação foi negada pelo Congresso, com votos inclusive de arenistas, a base do governo. Esse foi o pretexto para o governo editar o mais famigerado dos *Atos Institucionais*, o de número cinco (AI-5). Era a constituição do absolutismo republicano. De forma despótica o Congresso é fechado e

²⁴⁶ PANORAMA, janeiro de 1965, p. 02.

²⁴⁷ O episódio do ataque ao QG do II Exército, em junho de 1968, que resultou na morte de um soldado colocou em marcha o combate à subversão pelo Regime.

os políticos são forçados a um recesso legislativo. As garantias constitucionais ficam seriamente ameaçadas com a suspensão do *habeas corpus*. O recrudescimento da censura coloca toda a população em estado de vigilância permanente. Até reunião de *quermesse* era alvo de eventuais visitas policiais. As maiores lideranças políticas civis que estavam agrupadas na chamada *Frente ampla* ²⁴⁸ - que foi até um certo tempo tolerado pelo Regime - também passam a sofrer pressões, culminando com sua proibição em abril de 1968. Era definitivamente a efetivação de um regime ditatorial.

Num editorial de janeiro de 1969, a revista *PARANÁ EM PÁGINA* chamava a atenção para a necessária utilização dos dispositivos legais a disposição da ditadura militar para retirar do serviço público alguns indesejáveis: “*Os dignos militares, que se esforçam para restaurar os princípios da dignidade e respeito no Brasil, podem muito bem procurar coisas erradas que estão acontecendo no Paraná. É a aplicação do que dispõe o artigo 6º do AI-5 é perfeitamente lógica, inclusive como recomenda os seus dois parágrafos.*” ²⁴⁹

A concordância da revista pela exclusão de funcionários públicos ou dirigentes políticos, camuflava uma oposição a Ney Braga, que tinha deixado a função e aceitado o convite do governo federal para assumir a pasta da agricultura. Diria a revista em uma edição de março:

O governador renunciante sr. Ney Amintas de Barros Braga, que gosta de pagar e conseguir publicidade apenas como Ney Braga, não se cansa de dizer que fez milagres, deixando tudo muito certinho neste estado, para seu sucessor. Esta revista discorda desse pensamento do hoje ministro da agricultura, e tem revelado ao público considerações que são inteiramente desfavoráveis ao sr. Ney. ²⁵⁰

Na realidade a revista ensaiava um apoio a sucessão de Ney Braga, e mais especificamente, ao seu secretário da agricultura Paulo Pimentel, nas eleições para governador de 1965. Num editorial de 1966, ela assumiria abertamente o apoio a Pimentel, que no futuro vai premia-la com inúmeras inserções publicitárias. É o

²⁴⁸ Agrupamento político que reunia velhos adversários políticos, mas que circunstancialmente estavam unidos contra a perpetuação do Regime. Entre os políticos mais conhecidos estavam Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, de fato uma aliança inusitada.

²⁴⁹ *PARANÁ EM PÁGINAS*, nº 47, janeiro de 1969, pág. 02.

²⁵⁰ *PARANÁ EM PÁGINAS*, março de 1966. Em “*O que Ney Braga não pagou para o seu conhecimento público.*” Pág. 17.

estabelecimento do “*toma lá da cá*”, comum na política brasileira. A revista trazia o seguinte perfil do futuro governador do Paraná:

É um homem moço, sem cicatrizes na política estadual, e que reúne condições suficientes para fazer um bom governo, arrecadando e empregando os dinheiros públicos com exatidão para proporcionar obras públicas, bem estar social e promoções de caráter cultural, tudo no sentido de incentivar o desenvolvimento araucariano (...) Paulo Pimentel poderá transformar uma secretaria do trabalho, completamente nula; uma secretaria do interior, que apenas serve para atendimento político; uma secretaria de saúde, que não além de aplicar injeções; um departamento de trânsito, que está esquecido e abandonado além de outros órgãos que estão merecendo reformas e estímulos, contrastando com o ‘Paraná maravilhoso’ que o governo renunciante não se cansa de apregoar que deixou para o seu sucessor.”²⁵¹

Na gestão de Paulo Pimentel, a revista procurava mostrar a afinidade e a aproximação política entre o governador e o presidente Costa e Silva. O descrito abaixo é por ocasião do surgimento do Ato Institucional nº 5. Aparece o governador congratulando o chefe do executivo nacional por necessária medida e asseverando que a mesma não encontraria obstáculo no Estado: “*O governador Paulo Pimentel enviou telegrama para o presidente Costa e Silva, testemunhado compreensão ao chefe da nação e comunicando a tranqüilidade reinante em todo o estado do Paraná.*”²⁵²

Em março de 1969, a revista anunciava uma – suposta – compreensão e concordância com os primeiros expurgos provocados pelo AI-5: “*Sem maiores comentários o povo recebeu a punição imposta aos primeiros homens públicos do Paraná, atingidos pelo AI-5, azemos referência aos deputados Jorge Cury, Renato Celidônio e o estadual Lázaro Servo.*”²⁵³

Em setembro do mesmo ano, a revista é mais incisiva em relação aos que deviam ser cassados, num editorial intitulado “*Fora com eles*”, argumentando que, “*... os princípios revolucionários, inclusive, recomendam o afastamento dos traidores e homens acostumados ao “banho Maria”, porque pretendem implantar um sistema político novo no país com a definição tomada de atitudes e renovação dos métodos condenados pela seqüência de anos de triste recordação.*”²⁵⁴

²⁵¹ PARANÁ EM PÁGINAS, de janeiro de 1966, pág. 02.

²⁵² PARANÁ EM PÁGINAS, janeiro de 1969, pág.21.

²⁵³ PARANÁ EM PÁGINAS, Nº 49, março de 1969, p. 23.

²⁵⁴ PARANÁ EM PÁGINAS, nº 55, setembro de 1969, p. 2.

No início do segundo semestre de 1969, o regime repressor entra em *stand by*, com a doença repentina do presidente Costa e Silva. Os boletins médicos indicavam que o presidente, mesmo que sobrevivesse ao derrame cerebral não teria mais condições de retornar às suas funções. O poder dos *duros* fica assim ameaçado. Sua morte anunciada em dezembro do mesmo ano, não colocaria o vice-presidente na cadeira presidencial como se esperava, pois nos bastidores, uma Junta Militar das três Armas se encarregaria de estabelecer uma pequena mudança na Constituição vigente, que os incumbia de preparar o terreno para a posse do futuro presidente, que obviamente deveria sair das fileiras da *ultradireita militar*.

A Junta Militar que assume com o afastamento do Presidente Costa e Silva aprofunda a repressão, se antecipando a uma eventual resistência da oposição. A fim de amedrontar os chamados subversivos, instituem a pena de morte e o banimento para crimes políticos. É a repressão tornando-se mais aguda e que, no entanto, ganharia feições de legalidade com a *Emenda Constitucional* nº 1, dando maior abrangência a *Lei de Segurança Nacional*. Buscando ganhar legitimidade perante a opinião pública, a Junta Militar reabre o Congresso Nacional, unicamente para referendar a posse do terceiro general a assumir o posto de presidente do Brasil, Emilio Garrastazu Médici, que para alguns comentaristas políticos e historiadores, inauguraria o período mais repressivo do regime militar brasileiro (1969-1974). É nessa gestão que se perceberia a militarização definitiva do Estado, não somente no aspecto da rigidez administrativa como também na colocação de militares, como gestores da coisa pública, onde ocupariam a chefia de muitas empresas estatais, além de assumir a administração de estados e municípios brasileiros. O controle ideológico se aprofunda, principalmente na esfera pública, onde uma suposta inclinação à *esquerda* ou mesmo em defesa de interesses legítimos da classe trabalhadora, que vinha num processo acentuado de perda salarial, era visto como um desvio que não podia ser tolerado pelo regime e o afastamento do *insurgente* de suas atividades profissionais tão inevitável, quanto necessária.

Nos idos de 1969, a oposição armada, apesar de suas divisões internas, produzia sérios incômodos ao regime militar. O terrorismo urbano, e mais tarde rural, deixava o governo transtornado e incapacitado para lidar com o inimigo interno. A revista *PANORAMA* faria na época uma extensa matéria sobre o seqüestro do embaixador

Charles Burke Elbrick, com o título “*A história completa do seqüestro do embaixador – Setembro de terror*”.²⁵⁵ A idéia era demonstrar o *modus operandi* da esquerda brasileira procurando desqualificá-la como força política.

A esquerda, que foi para a luta armada, passou a utilizar de atos terroristas com o intuito de intimidar o regime e granjear apoio da população para uma causa que era – no entendimento dos rebeldes –, a rigor, de todos os brasileiros verdadeiramente democráticos. A divulgação de manifestos era uma tentativa de atrair simpatizantes e minimizar a violência do ato, dando a ele um caráter simbólico. Entretanto, os brasileiros estavam mesmo preocupados com o desempenho do *escrete* canarinho na Copa de 1970; com a carestia que maltratava os segmentos sociais menos privilegiados e não em manifestos subversivos. Os guerrilheiros – que em sua maioria pertenciam a uma classe média esclarecida politicamente – superestimaram a visão crítica dos brasileiros de que compreenderiam a dimensão daqueles atos de radicalidade e juntariam forças para combater a ditadura. O caráter pacifista, conciliador do brasileiro, construído pelo senso comum e *cientificizado* por determinados pensadores, conduziram boa parte do brasileiro médio a uma alienação e o afastaram da cena política da época.

Esse estereotípico do brasileiro em harmonia com seu mundo e portador de inúmeras qualidades, talvez, tenha sido em seu conjunto, o semióforo²⁵⁶ que os conservadores de *direita* buscaram resgatar ou recuperar na década de 1960, para fazer frente e mesmo desconstruir o movimento *esquerdista* que vinha em franca ascensão e que anelava por transformações profundas na ordem social e econômica do país. Esse posicionamento da *direita* em edificar pretensas qualidades positivas do brasileiro, nos remeteria no que a filósofa Marilena Chauí discute como resquícios de uma construção imaginária e originária do *mito fundador*.²⁵⁷ Nesse sentido, essa tese, bem manipulada, auxiliaria na consubstanciação do discurso conservador de *direita* que o brasileiro médio – em geral pobre pouco escolarizado e não branco – teria aversão a idéias políticas que pregavam uma mudança na ordem estabelecida pela tradição política brasileira. Essa *tradição* colocava o trabalhador como um sujeito ordeiro e submisso, inclusive, sabedor e respeitador de uma ordem social hierárquica e distintiva que

²⁵⁵ PANORAMA, nº 204, edição extra de junho de 1969, p. 4-18.

²⁵⁶ Termo cunhado por Marilena Chauí. In: *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

²⁵⁷ CHAUI, op. Cit., p. 57-88.

consideraria natural (até genética, donde coexistiriam os mais e os menos aptos, os mais e os menos inteligentes, etc.).

O intento da elite *orgânica*²⁵⁸ era também recuperar o conceito de *nação* que estaria no imaginário popular e que foram construídas desde outrora nos bancos escolares. Aquela visão idílica de país “abençoado por Deus”, em virtude da extrema benevolência da natureza que proporcionara um solo e subsolo de imensas riquezas; da inexistência de catástrofes naturais que impedissem que as mesmas fossem exploradas em sua plenitude; e para arrematar, Deus em sua benignidade incomensurável teria preenchido essas terras por um povo alegre, ordeiro, afetuoso, religioso e trabalhador²⁵⁹. Onde o esforço individual, agregado a uma enorme tenacidade em superar os infortúnios, o premiaria com uma vida material e espiritual digna, sem a necessidade de apelar para ideologias que feriam sua formação moral e espiritual. Nesse sentido, o discurso dos militares reverberou muito mais do que o dos *militantes da esquerda radical*. É com esse cenário que Médici chega ao governo e “... agora o consenso militar exigia que a repressão continuasse. A linha dura tinha as rédeas nas mãos.”²⁶⁰. Ademais, a repressão tinha já virado um negócio lucrativo para alguns, como aponta SKIDMORE, “O aparelho repressivo operava em parte pelo seu próprio ímpeto. Alguns de seus membros – militares e policiais – recebiam recompensas monetárias de civis fanaticamente anti-subversivos ou retendo bens confiscados em batidas”.²⁶¹

Mesmo nesse ambiente que lhe era familiar (fora chefe do Serviço Nacional de Informação – SNI), o atual presidente precisava ser cauteloso, a fim de não ferir suscetibilidades. Os atos terroristas das organizações de *direita* estavam passando dos limites²⁶². Nesse período a repressão passou a ser uma prerrogativa do Estado, e ela não podia fugir do controle, como aponta DECKES, “(...) entre 1970 e 1975, desapareceram 47 brasileiros e 72 morreram sob torturas nas prisões militares. No período mais duro

²⁵⁸ Elite orgânica aqui está inserida na formulação de DREIFUSS, exposta na obra 1964: *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

²⁵⁹ Em certa medida isso explicaria a inserção nos currículos escolar das disciplinas de Educação Moral e cívica, para o então 1º grau; Organização Social e Política Brasileira (OSPB), para o 2º grau e até a disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) para o Ensino Superior.

²⁶⁰ SKIDMORE, T. *De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 230.

²⁶¹ SKIDMORE, T. Op. cit., p. 260.

²⁶² Flávio DECKES relata as ações dessas organizações em todo o território brasileiro atingindo vários segmentos, muitas vezes, de forma despropositada. In: LIMA, Décio Monteiro de. *Os senhores da Direita*. Rio de Janeiro: Antares, 1980; e na obra de ARGOLLO, José; RIBEIRO, Kátia e FORTUNATO, Luiz Alberto: *A Direita Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996, obras essas que fornecem um quadro violento das ações dos grupos direitistas na época da ditadura militar no país.

da repressão, em 1971 quando funcionavam plenamente os organismos de repressão (CODI-DOI-OBAN), desapareceram 10 pessoas e 24 morreram nas câmaras de torturas”.²⁶³

Esse gaúcho, nascido na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, trazia como herança familiar às duras disputas pelo poder que foram semeadas pelos pampas gaúchos desde a ocupação da região no período colonial. Militar formado na tradicional Escola Militar de Realengo incorporando toda a ideologia desse estabelecimento. Quando do advento da Revolução de 1964, ocupava o cargo de comandante da Academia Militar Agulhas Negras (AMAN) e apesar de possuir prestígio entre os comandantes da *Revolução*²⁶⁴, tinha aversão pelas disputas políticas a despeito de sua herança familiar, contudo foi convidado pelo General Costa e Silva para compor o governo que assumia o comando do país. A doença de Costa e Silva o impediria de governar o país, abrindo dessa forma a disputa pela sucessão. O nome do General Médici era forte, pois se acreditava em sua capacidade agregadora. No entanto, outros militares de elevada capacidade e influência também tinham interesse no cargo. Não seria uma transição fácil. O alto comando das Forças Armadas apresenta uma lista tríplice²⁶⁵ e a preferência recai sobre o militar gaúcho, que entre os três era o que menos interesse tinha em assumir tal função, tendo inclusive recusado a indicação. Cedeu às pressões, entretanto, e fazendo uma exigência de que se *reabrisse* o Congresso Nacional para que seu nome fosse referendado pelos deputados e senadores, que em tese representavam o povo brasileiro, que na impossibilidade de votar por força da legislação, veria sua suposta vontade sendo expressa no voto dos parlamentares. De certa forma era um alento, um sinal de que os tempos de repressão findariam. Ledo engano, o tempo mostraria que o discurso do general Médici ocultava suas verdadeiras intenções.

A revista *PANORAMA*, que teve uma grande perda em 1966, com a morte de seu principal articulista e fundador, Adolfo Soethe. Assim, o mensário passaria algum tempo sendo conduzido por Oscar Schrappe, proprietário da revista, que por conta de

²⁶³ ARGOLO, J. Op. cit., p. 71.

²⁶⁴ Médici e Costa e Silva, lideranças revolucionárias, eram muito amigos – além de conterrâneos – mas, o primeiro ao contrário do segundo, não almejava ingressar na esfera política, entretanto, quando Costa e Silva tornou-se presidente o nomeou adido militar em Washington e mais tarde chefe do Sistema Nacional de Informação (SNI).

²⁶⁵ Além de Médici, havia o general Murici e o general Orlando Geisel.

estar envolvido com outras atividades empresariais, transferiria a revista a José Cury, conhecido homem de imprensa do Paraná, que comungava dos mesmos ideais políticos. Contudo, sob a administração de Cury a revista adotaria uma postura mais moderada, distanciando dos entreveros políticos de outrora. Sua concorrente, a *PARANÁ EM PÁGINAS*, todavia, continuava fazendo a defesa do regime militar a nível federal e da administração de Paulo Pimentel. A propaganda do governo estadual nessa revista tornar-se-ia tão explícita, beirando a bajulação, que não seria inverossímil afirmar de que era o estado que sustentava financeiramente a revista. Extensas matérias divulgando as realizações do governo Pimentel povoariam a revista *PARANÁ EM PÁGINAS* ao largo de várias edições.

Num editorial de 1970, a revista *PARANÁ EM PÁGINAS* demonstrava claramente que tinha escolhido um lado e desafiava os críticos do governo Médici, exortando-os a se manifestarem:

“... ai de quem, mesmo por brincadeira, comente com adjetivos pouco favoráveis o que sejam as possibilidades do Brasil! É a mentalidade nova que se forma, é a oportunidade de ouro que tem os homens que dirigem nosso país, particularmente, o atento, o sóbrio e respeitável presidente Garrastazu Médici, para formar a idéia coletiva que o Brasil é gigante (...) a limpeza de área, a demonstração aos poucos maus elementos, que ainda atuam em diferentes setores, devem ser a preocupação do governo, com lance final de uma restauração de princípios, de preservação de direitos. O povo brasileiro é bom, é ordeiro, e quer viver em paz.”²⁶⁶

Logo no início do governo Médici é assinada a Emenda Constitucional nº 1, que endurecia a relação com os adversários do regime. É instituída a pena de morte para aquelas pessoas que cometessem crimes de lesa pátria. Era um duro recado a aqueles que tinham aderido à luta armada na tentativa de derrubar regime.²⁶⁷ Na tentativa de identificar a fonte de alimentação do terrorismo de *esquerda* na época, o Ministro da Educação e Cultura, o coronel Jarbas Passarinho, teria dito que reconhecia que “... 80% dos terroristas provêm do meio universitário e, entre estes últimos, 70% são da cadeira de Ciências Sociais e filosofia”.²⁶⁸ Ampliava-se o cerco aos estudantes e professores

²⁶⁶ *PARANÁ EM PÁGINAS*, nº 65, julho de 1970, p. 46.

²⁶⁷ Jacob Gorender faz um intenso e minucioso relato dos movimentos da esquerda brasileira que aderiram a luta armada em sua prestigiosa obra *Combate nas Trevas – a esquerda brasileira: das ilusões à luta armada*, editora Ática, Rio de Janeiro, 1990.

²⁶⁸ SILVA, Hélio. Op. cit., p. 73.

que se posicionavam criticamente contra o governo. Na clandestinidade, grupos paramilitares de *direita* passariam a atuar ao arrepio da lei com muita intensidade e, por vezes, sob os auspícios dos *senhores do poder* ²⁶⁹. O combate ao terrorismo exigia severidade. SILVA expressa bem a diferença entre os dois primeiros presidentes do Regime Militar e o General Emílio Médici: “*Se Castello Branco e Costa e Silva traziam uma participação especial relevante no acontecimento de março de 64, o general Médici não chegava à presidência como uma expressão pessoal e, sim, de exponencial de um grupo que tomara o poder de decisão, bem caracterizado na Junta militar que o sucedeu...*” ²⁷⁰

Médici era um homem de grupo. E o grupo que o orientava – a *linha dura* – exigia medidas severas contra a subversão. O início da década de 1970 foi de intenso embate entre ações radicais da *esquerda* e a retaliação promovida pelo Estado. Excessos de ambos os lados eram praticados. As denúncias feitas por organismos internacionais e pela Igreja Católica progressista ganhavam as páginas dos principais jornais na Europa e na América do Norte prejudicando a imagem do Brasil e, por conseguinte, a do Regime. A revista *PANORAMA* preocupada minimizar a repercussão das ações violentas do regime, asseverando que era “*necessário que a Revolução e seus princípios estejam suficientemente na consciência coletiva.*” ²⁷¹ Procurava destacar as qualidades do chefe do executivo nacional e ressaltar a importância de que todos – os brasileiros – somassem forças para o êxito da Revolução. Por conta disso lembrava que,

Decorrido 10 meses do governo do General Médici, não resta nenhuma dúvida quanto a sinceridade de propósitos do chefe da nação com o respeito a reabertura do diálogo e procura do instrumental que propicie o alcance da plenitude democrática. As medidas de impacto que vêm sistematizando a atuação governamental a afirmações de suas doutrinas dão lugar a uma crença segura de que, se depender dele, a abertura virá (...) não depende apenas do presidente, nem dos homens que participaram do comando revolucionário as posições a serem tomadas daqui pra frente. ²⁷²

Contudo, a abertura política apregoada não viria e nunca o chefe do executivo foi tão poderoso e provavelmente nunca se tenha assistido tamanha violência política na história brasileira. O governo estadual, a fim de demonstrar que estava afinado com o

²⁶⁹ As ações do *Parasar* (unidade da Aeronáutica especializada em busca e salvamento) são emblemáticas para exemplificar o terrorismo praticado pelo Estado de forma sorrateira.

²⁷⁰ SILVA, Hélio. Op. cit., p. 86

²⁷¹ *PANORAMA*, novembro de 1969, p. 68.

²⁷² *PANORAMA*, novembro de 1970, p. 58.

federal, reproduziria o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) com grande maestria, apesar de seu fracasso no conjunto. No dizer de MAGALHÃES, “... a eficiência do Estado é determinada por critérios científicos, e não pela vontade política da sociedade civil”²⁷³. Não é inverossímil afirmar que, no Paraná, a sociedade civil, de um modo geral, comungava com os rumos da *Revolução*. Internamente, como já fora sublinhado, a população dava um aparente apoio ao governo de Médici, que, de desconhecido do público em geral, passa gradativamente a ganhar a simpatia popular, principalmente quando o presidente se revela fervoroso torcedor da *equipe canarinho* que disputaria o mundial de futebol em 1970 no México. Ademais, o povo - e fundamentalmente a classe média - já começava a sentir os primeiros sinais de uma política econômica acelerada, que paulatinamente abria postos de trabalho, principalmente na atividade industrial, não obstante se desse pela desnacionalização da economia. Esse crescimento econômico foi capitalizado politicamente pelo governo Pimentel e a revista *PANORAMA* reforçaria essa relação, quando alardeava que “O ‘milagre’ chama-se microondas e o ‘santo milagreiro’ é o governo do estado do Paraná.”²⁷⁴

Esse bom momento do país ofuscava, se não cortinava, a repressão política. Esse encantamento da população com o governo foi demonstrado nas eleições para prefeito, a ARENA, partido do governista, obteria mais de 60% dos votos, abocanhando um número significativo de municípios, principalmente no nordeste, onde ainda imperava o *voto de cabresto*, instrumento de domínio do velho coronel. A vitória da situação nas eleições proporcionais de 1970 fortaleceriam os denominados princípios revolucionários, como assinalaria a revista *PANORAMA*, naquela ocasião: “... se forem bons os saldos eleitorais, estar-se-á certamente dando a Revolução o endosso de que precisa para ousar medidas mais abertas. Se ruins, o indicativo será, naturalmente, que o país não amadureceu para os objetivos da doutrina revolucionária.”²⁷⁵

É importante notar que, nessa perspectiva, uma eventual derrota nas urnas da ARENA, partido situacionista, não seriam reflexos da insatisfação da sociedade brasileira com o regime militar, mas sim uma incompreensão dos eleitores diante dos problemas políticos e sociais que a pouco se vivera. Em hipótese alguma se considerava

²⁷³ MAGALHÃES, M. Op. cit. p. 80.

²⁷⁴ *PANORAMA*, nº 211, setembro de 1970, p. 10.

²⁷⁵ *PANORAMA*, nº 211, setembro de 1970, p. 69.

que um eventual amadurecimento político do eleitor poderia levá-lo a questionar o regime, querendo inclusive substituí-lo. Para alívio do governo federal e da classe social que o apoiava, a ARENA correspondeu a expectativa. Curitiba seria brindada com dois arenistas no comando da capital. Dois técnicos – bem ao gosto do regime – Ivo Arzua, que seria posteriormente, ministro de Costa e Silva, e Omar Sabbag,

O *boom* econômico vivenciado pelo país entre 1968-73, que, pela sua intensidade, ficaria conhecido como *Milagre Econômico* ²⁷⁶, era, na leitura da classe dominante, fruto do modelo político adotado pelos militares, que moralizou a máquina pública e retirou os obstáculos que travavam a economia. Para atingir tal intento, segundo esse segmento, teve inevitavelmente de utilizar um regime de força, distanciando, nesse primeiro momento, do *liberalismo democrático* presente nas nações ditas desenvolvidas. Em suma, era necessário primeiramente fazer alguns ajustes na sociedade para depois se pensar em democratizar o país. As eleições legislativas doravante seriam rigorosamente monitoradas, para que o governo sempre pudesse obter maioria nas casas legislativas, o que, obviamente, garantiria a aprovação das medidas do executivo, numa atmosfera de aparente democracia. A popularidade do presidente crescia perante a opinião pública graças ao sucesso econômico – apesar do achatamento dos salários e da gradativa concentração de renda – alcançado em tão pouco tempo e aos sucessos obtidos no campo esportivo ²⁷⁷. Essas conquistas seriam capitalizadas com muita eficiência pela AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas), que habilmente construiria, através de uma intensa propaganda, uma imagem positiva do presidente – realçando suas realizações – e do Brasil. Era o *Brasil potência* que se estava construindo e que, em certa medida, justificava as medidas de exceções tomadas até então. Assim, terminava o governo Médici, com uma reputação em alta perante a opinião pública; com uma economia que colocava o país entre os que mais cresciam no mundo capitalista e com a oposição – a legal e a ilegal – completamente batida politicamente. Todavia, a crise do petróleo que se avizinhava mudaria completamente esse cenário.

²⁷⁶ SINGER, Paul. *A “crise do milagre”*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

²⁷⁷ Tri campeonato mundial da seleção canarinho e o campeonato mundial de boxe de Eder Jofre, foram

Capítulo 3

DÉCADAS DE 1950 E DE 1960 – INTENSA ENFERVESCÊNCIA SÓCIO-CULTURAL

“Qual a sua estrada, homem? – a estrada do místico, a estrada do louco, a estrada do arco-íris, a estrada da droga, qualquer estrada... Há sempre uma estrada em algum lugar, para qualquer pessoa, em qualquer circunstância.”²⁷⁸

3.1 - O poder da juventude

A despeito de todos os infortúnios que a *Guerra Fria* abrigou, paradoxalmente ela iria também engendrar uma série de movimentos de cunho social, cultural e artístico, com um viés ideológico libertário que arrebataria o mundo, provocando-lhe mudanças indeléveis. Esses movimentos tiraram as chamadas minorias sociais do papel de eternos coadjuvantes do sistema capitalista ²⁷⁹ e por conta disso, sofreriam intenso patrulhamento ideológico, acompanhado amiúde de perseguições políticas, particularmente nos Estados Unidos na década de 1950. A paranóia anticomunista criada pelo *macarthismo* ²⁸⁰ nesse período contaminaria toda a América, colocando sob suspeição artistas, sindicalistas, estudantes, que demonstravam simpatia e/ou apoio às lutas sociais do período. A fim de se contrapor a essa *insurreição* – rotulada pelos reacionários de *esquerdista*, emergem, particularmente, no mundo capitalista, organizações civis de perfil ultraconservador, muito bem articuladas entre si e apoiadas discretamente pelo *Establishment*. Essas organizações que atuavam em vários segmentos e congregavam uma parcela significativa da elite econômica em seus

²⁷⁸ Neal Cassady, In BUENO, E. *Alma Beat*. Porto Alegre: L&PM, 1984, p. 87.

²⁷⁹ Os “movimentos”, aos quais irei referir-me foram mais “ricos” no mundo ocidental, de economia capitalista, onde as contradições produzidas por esse sistema foram mais brutais e, por conseguinte, mais contestadas.

²⁸⁰ Expressão relacionada com o senador Joseph McCarthy, que instalaria um verdadeiro *Tribunal do Santo Ofício*, julgando e condenando – sem provas consistentes – os *hereges* do capitalismo, fazendo do senador uma cópia fiel de *Torquemada*, famoso inquisidor do século XVII.

respectivos países não se constrangeriam em utilizar métodos nada convencionais no intuito de represar os *movimentos* político-sociais emergentes. As décadas seguintes assistiriam um combate violento, espúrio e leviano, desferido pelos segmentos mais reacionários da *direita* contra aqueles que se atreviam a desafiar o *status quo*. Esses *atrevidos*, no entanto, não se intimidaram com a força de seus algozes e fizeram, principalmente da década de 1960, a década da contestação.

Se o fim da II Grande Guerra, representava um alívio para o mundo, que jamais assistira tamanha atrocidade promovida pelo homem, em contrapartida era o início de um outro grande desafio, reconstruir os países afetados econômica e materialmente pelo conflito, além de assegurar uma paz duradoura. No mundo ocidental, os Estados Unidos se colocaria estrategicamente à disposição de realizar tal desafio. Mas cobraria um preço e a fatura viria nos anos subseqüentes. Sua contribuição se daria especialmente pela implementação do *Plano Marshall* (1947) – auxílio econômico às nações afetadas pela guerra –, que era na realidade um desdobramento da *Doutrina Truman* que, em essência, procurava fazer um enfretamento ao comunismo que, capitaneado pela União Soviética, se alastrava pelo mundo na tentativa cooptar mais seguidores. A indústria norte-americana seria enormemente beneficiada com a intervenção econômica na Europa e na Ásia. A pujança econômica que os Estados Unidos adquiriria nas décadas subseqüentes à II Guerra forjaria o “*american way of life*” e alçaria o país à condição de nação mais poderosa ²⁸¹ do planeta, não obstante a União Soviética ser considerada na época uma potência militar respeitável. A indústria bélica norte-americana seria enormemente favorecida com a refrega ideológica entre Estados Unidos e União Soviética, constituindo ao longo dos anos um poderoso *lobby* em defesa de seus interesses. Os norte-americanos utilizariam todo seu poder de persuasão a fim de garantir os princípios da democracia ocidental, desenhada por Aléxis de Tocqueville e reconfigurada pelos próprios norte-americanos com o objetivo de destruir qualquer tentativa de avanço *comunista* no mundo ocidental e particularmente nas Américas. Em virtude disso constituíram ao longo da década de 1960 – principalmente – uma política externa intervencionista, marcada muitas vezes pela agressividade e pelo apoio a governos ditatoriais pró-Estados Unidos. Apesar do acirramento ideológico promovido

²⁸¹ Em 1949, os Estados Unidos seria responsável pela criação de uma aliança político-militar, denominada Organização do Atlântico Norte (OTAN), que objetiva fazer frente às ameaças do *mundo comunista*.

pela *Guerra Fria*, que em determinados momentos desembocaram em conflitos militares, como foi o caso da guerra da *Coréia* (início da década de 1950), do *Vietnã* (iniciada em 1959); independência da *Argélia* (1962), para citar alguns conflitos, os anos sessenta também desencadearam outros movimentos políticos de caráter reivindicatório, como o dos estudantes parisienses em 1968; o movimento feminista, que se estendeu por toda a década de 1960; além daqueles de perfil estético, na esfera das artes cênicas e da música.

Como diria MACIEL, demarcando o caráter revolucionário dessa década: “*Aconteceram coisas demais nos 60*”²⁸². De fato esse período é considerado um divisor de águas entre um mundo *conformado* e um mundo em *(de)formação*. Na análise de muitos cientistas políticos e sociais, se constituiria na década da rebeldia, da contestação, da provocação, do inconformismo, etc. A juventude – nos arriscamos afirmar – planetária²⁸³, estava ingressando naquilo que se convencionou chamar de *contracultura*, cujo ideário altercador abalaria a moral conservadora e apontava para um horizonte revolucionário. Era necessário buscar a essa emancipação rompendo com um mundo extasiado pelo consumo produzido pelo capitalismo ascendente e por uma alienação política que se apropriara das mentes da juventude do pós-guerra.

A revista *PANORAMA* debateria essa temática – da juventude –, contudo ela colocaria esse debate numa perspectiva conservadora, onde reforçava a necessidade da responsabilidade, do compromisso – principalmente para com a pátria –, da boa formação educacional, etc., como demonstrado numa edição do final da década de sessenta: “*O mundo atual não tem rumos definidos (...). Jamais os jovens foram assim tão displicentes, tão irreverentes, tão sem responsabilidades – herança conseqüente de uma ex-juventude também nem sempre muito conseqüente. (...) estará ela capacitada a enfrentar os graves destinos de uma Nação?*”²⁸⁴

Essa leitura feita pelos redatores da revista ocorria numa época que muitos jovens, particularmente a juventude universitária ingressava na luta armada, engrossando as fileiras daqueles que contestavam de forma mais radical o regime militar

²⁸² MACIEL, L. C. *Anos 60*. Porto Alegre: L&PM, 1987, pág. 7

²⁸³ A *contracultura* irradiaria para o mundo todo, entretanto, ela é mais sentida no mundo capitalista, uma vez que esse sistema será alvo de muitas contestações – principalmente da juventude – daqueles que não aceitavam o paradigma engendrado pelo sistema que excluía, que marginalizava um percentual significativo de pessoas.

²⁸⁴ *PANORAMA*, em “*Os donos do amanhã*” de maio de 1969, pág. 53.

brasileiro. A preocupação da revista com a possível cooptação dos jovens pelos movimentos radicais de esquerda já era sublinhada em edições anteriores. No começo da década de cinquenta, a revista fazia um alerta sobre o suposto *modus operandi* dos comunistas soviéticos junto à juventude, onde é realçado o grau de sedução de que teriam sido alvo os jovens daquele país, que os levava – por incentivo do governo stalinista – a denunciarem os pais, parentes e amigos que conspiravam contra o regime comunista²⁸⁵. A revista já demonstrava que desde as suas primeiras edições se colocaria a serviço das “nações democráticas” e contra qualquer manifestação *esquerdista*. Esses redatores no alto de seus discursos aletológicos, procuravam alertas às famílias do perigo que representava essa rebeldia, essa permanente insatisfação dos jovens com o mundo que, por imprudência das famílias, poderia ser canalizada para fins pouco recomendáveis. Esse comportamento, supostamente arredo dos jovens – na realidade de alguns – em se enquadrarem nas normas do convívio social, bem como, nas determinações do *Establisment*, era na verdade – na ótica dos redatores – uma ausência de uma orientação/interpretação correta da realidade (novamente se remete às questões aletológicas) por parte das instituições (família, escola, etc.) que deveriam guiar esses jovens no caminho do bem, da racionalidade, distanciando-os de ideologias agnósticas, que lhe poderiam perverter a alma e a mente. Nesse sentido, a revista faz um alerta:

Os jovens discutem. A juventude – rebelde e pura por excelência – sempre foi “carne de canhão” nos movimentos revolucionários, a locomotiva que impulsiona os vagões enferrujados pela idade e mediocridade, em busca de uma transformação que conduza a uma definição social. Insatisfeito consigo próprio – pois não formou a personalidade, nem definiu seu destino – o jovem entrega-se aos mais ardentes chamados revolucionários, embora nem sempre justos historicamente.²⁸⁶

Esse comportamento era uma demonstração que no fundo, as forças sociais *direitistas* compostas também, por jovens, mas orientadas em muitos casos pela parcela ultraconservadora da Igreja Católica se articularam no sentido de frear esse ímpeto juvenil buscando resgatar os valores que edificaram as famílias ocidentais em décadas anteriores, cuja sustentação repousava no sistema patriarcal, onde se sobressaía a rigidez hierárquica, o respeito aos bons costumes e a moral cristã. No Brasil, na década de

²⁸⁵ PANORAMA, em Pawlik Morosow de maio/junho de 1953, p. 99-101.

²⁸⁶ PANORAMA, maio de 1969, p. 53.

1960, a juventude de *direita* era, em boa medida patrocinada pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), como foi o caso da *Frente da Juventude Democrática* (FJD); o *Grupo de Ação Patriótica* (GAP), “composto por estudantes da classe média e alta”²⁸⁷; o *Movimento Anti-Comunista* (MAC), entre outros. Sob o manto da Igreja Católica atuava – de forma discreta – a centenária *Associação Cristã de Moços*²⁸⁸, com sede em importantes capitais brasileiras, além da organização ultradireitista, *Tradição, Família e Propriedade* (TFP), que congregava dezenas de jovens em todo o país. Essa mobilização *direitista* no estado do Paraná era apoiada pela revista *PANORAMA* e *PARANÁ EM PÁGINAS*, que ficava atenta ao que consideravam desvios da juventude. Por isso que enxergavam com preocupação as manifestações estudantis em maio de 1968 na Europa. Diria a revista *PARANÁ EM PÁGINAS*, sobre esses eventos: “preocupação no Brasil, em não se transformar em uma nova França.”²⁸⁹ Na coluna de Samuel Guimarães da Costa – um dos mais prestigiados jornalistas Paranaense do período –, teceria considerações sobre esse movimento e o comportamento dos jovens nesse final de década, demonstrando preocupação quanto ao futuro do mundo – e do Brasil, por conseguinte – sob o comando dessa juventude.²⁹⁰

A revista *PARANÁ EM PÁGINAS* também cerraria fileiras entre aqueles que enxergava nas manifestações estudantis de 1968, um atentado às democracias liberais, uma vez que as reivindicações iam além das demandas estudantis: “... enquanto em nosso país temos assistido manifestações que resultam em depredações e grandes vítimas dado o desvirtuamento dos objetivos, esse espetáculo que assistimos nos Estados Unidos foi bem diferente. O povo se manifesta (...), mas soube respeitar a ordem.”²⁹¹

É importante que se frise que o cenário político e econômico internacional estava favorável às teses conservadoras, onde questões candentes ou eram despolitizadas ou eram capciosamente tendenciosas, como observa BRANDÃO &

²⁸⁷ DREIFUSS, R. Op. cit., p. 284.

²⁸⁸ Uma ramificação da *Young Men's Christian Association* (YMCA), fundada na Inglaterra em 1844.

²⁸⁹ *PARANÁ EM PÁGINAS*, nº 41, de julho de 1968, p. 21.

²⁹⁰ *PANORAMA*, em “Considerações sobre o poder jovem” de dezembro de 1968, p. 45.

²⁹¹ *PARANÁ EM PÁGINAS*, nº 58 de dezembro de 1969, p.6.

DUARTE: “*nessa sociedade de abundância material, os norte-americanos afastaram se das questões públicas para se ocuparem com assuntos mais pessoais.*” ²⁹²

Por mais que a *Guerra Fria* pudesse representar um perigo eminente, a sociedade norte-americana – e aquelas sociedades que orbitavam em torno dela – é tomada por uma sensação de alívio com o fim da II Guerra – como já foi assinalado –, com o fim da recessão econômica e, por conseguinte, de sofrimento, tinham ficado para trás. Gradativamente brotaria no seio dessa sociedade uma sensação de permanente felicidade, que atingia fundamentalmente a *classe média*. Uma certa atmosfera de onipotência toma conta do segmento mesocrático, especialmente nos Estados Unidos, mas também em outros países capitalista, inclusive no Brasil. O hedonismo se apoderava da juventude, que era acompanhada por uma crescente alienação política e mesmo de um certo conformismo, por mais que não atingisse a sua totalidade.

Esse comportamento atendia aos interesses desse capitalismo vicejante da década de 1950 que, paralelamente, procurava naturalizar insatisfações que porventura surgissem, através de mecanismos que possibilitasse o acesso ao consumo. Essa armadilha do capital que enclausurava o ser humano numa teia de consumo insaciável é esmiuçada por *William Whyte*, na obra *The Organization Man* que tornar-se-ia um *bestsellers* no final da década de 1950. O fetiche do consumo, também está presente na análise *Vance Packard*, que em *The Hidden Persuaders*, explorada num viés marxista, a alienação provocada pela sociedade do capital e sua capacidade de manipulação. São obras que darão suporte epistemológico para os teóricos da *contracultura*. Sobre esse amoldamento social, MACIEL, nos auxilia dizendo que:

... o conformismo tem suas raízes no grau de alienação que permite a manipulação em massas da opinião e o amoldamento das consciências pela ameaça de perda de prestígio social, a luta prioritária no interior de uma sociedade conformista, é em defesa do direito de discordar. Nisso, portanto, ela não difere da sociedade autoritária. O poder totalitário, aberto ou dissimulado, exige do povo um endosso passivo das opiniões oficiais; os insubmissos são considerados casos patológicos. ²⁹³

Romper com esse conformismo e desafiar uma sociedade, cuja elite buscava resguardos para a sua condição social, bem como, para sua concepção de mundo,

²⁹² BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M. F. *Movimentos culturais da juventude*. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2004, p. 24.

²⁹³ MACIEL, L. C. Op. cit., p. 14.

excitaria os rebeldes da década de 1960. O manifesto dos *angry Young men* ²⁹⁴ tornar-se-ia um prelúdio de uma geração inconformada com o destino que lhe reservavam os políticos tradicionais; os colégios conservadores; a Igreja reacionária que contribuía para a construção de um pensamento compartimentalizado, ou *serializado*, no dizer de Jean Paul Sartre. Pensar fora desses cânones era caminhar na contramão da humanidade. A contribuição de alguns pensadores norte-americanos como Norman Mailer ²⁹⁵, Tom Wolf ²⁹⁶, desvelariam a hipocrisia reinante na sociedade norte-americana e reforçaria o movimento da *contracultura*, que ganharia congêneres mundo afora.

O curioso é que uma parcela da juventude do fim dos anos cinquenta ensaiariam uma rebeldia, hasteavam uma única bandeira, que era a de romper de forma radical com *status quo*, quebrar com as tradições, contudo não apontava para uma direção. Não se enxergava muita coisa no horizonte que sinalizasse para uma alternativa de sociedade, era a rebeldia pela rebeldia; “*resistir contra as rígidas convenções sociais do universo adulto*” ²⁹⁷. *James Dean* viria a ser o símbolo dessa imaturidade, dessa ausência de perspectiva. O futuro era o dia seguinte.

3.2 - Os *embalos* da Juventude

On the Road ²⁹⁸ de Kerouac, obra-prima do movimento *Beat*, anunciava a década de 60 ainda sob os acordes mágicos do *bebop* de Charles “*Bird*” Parker. Seus improvisos ágeis e inventivos assombravam os puritanos e dilacerava definitivamente com os formalismos no campo da cultura e das relações humanas. Contudo, seriam nos gestos tresloucados de *Bill Halley and his Comets*, que o consumo musical sofreria enormes metamorfoses. Até então, havia músicas de brancos e músicas de negros ²⁹⁹. É

²⁹⁴ Expressão cunhada no fim dos anos 50, na Inglaterra, para definir aqueles jovens – normalmente artistas – que faziam retumbantes críticas às instituições políticas e sociais inglesas.

²⁹⁵ Na metade da década de 1950, Mailer, fundou um semanário chamado *The Village Voice*, que investigava e dava visibilidade aos movimentos chamados *underground* de Nova York. Na década de 1960 esse semanário deu ampla cobertura ao movimento *hippie*, uma das manifestações de *contracultura* mais expressivas do período.

²⁹⁶ Um dos pais do chamado *Novo Jornalismo* americano.

²⁹⁷ MACIEL, Op. cit., p. 32.

²⁹⁸ KEROUAC, Jack. *On the Road: Pé na estrada*. Porto Alegre: LP&M, 2004.

²⁹⁹ Nos EUA, na década de 50, havia o *rhythm and blues*, que era música de negro e o *country and western*, música de branco.

interessante notar que até a década de 1950, no Brasil, as chamadas “*músicas de morro*”, entre elas o samba, eram desqualificadas pela elite branca. O *rock n’ roll*, quebraria com essa dicotomia e tornar-se-ia definitivamente uma manifestação da juventude. A revista *PANORAMA*, que tinha uma seção sobre cinema, teatro e música³⁰⁰, silencia sobre essa *explosão* musical vinda justamente do país que ela (a revista) sempre se espelhou. Somente numa edição da metade da década de 1960, que a revista se renderia ao sucesso – já estrondoso – dos *Beatles*, realizando uma extensa matéria sobre os *rapazes de Liverpool*, evidenciando os rastros deixados pela banda onde passava:

Em Londres a Beatlemania chegou ao mercado de valores e os inversores se fascinaram com os adolescentes, procurando inverter dinheiro na empresa musical fundada por dois dos quatro cabeludos componentes do conjunto. Em Nova Orleans as moças comeram a grama da rua por onde passaram os Beatles. Em Nova Iorque, a multidão, não fosse a pronta ação da policia e corpo de bombeiros, teria depredado as instalações do hotel em que os besouros se hospedaram. No rio de Janeiro, os críticos de cinema apontaram os filme Os reis do iê, iê, iê, como uma das 10 melhores películas exibidas na Guanabara ...(...) a ascensão dos Beatles (na bolsa de ações) a uma inigualável posição de popularidade nos círculos de divertimento veio como ao estonteante velocidade que tem deixado todos de boquiaberto.³⁰¹

É interessante notar que a revista *PANORAMA*, em nenhuma de suas edições entre a década de 1950 e 1960 não reservara, sequer um parágrafo, para se referir a *Elvis Presley*, ícone maior dos anos cinquenta. Sua música e seus trejeitos podem ser considerados o amálgama da música/ritmo dos brancos com a dos negros. *Presley*, “*fez a síntese perfeita dos elementos da música branca com o rhythm and blues*”³⁰², que o colocou como um ícone dos anos cinquenta, sessenta e setenta e é até hoje um dos artistas mais venerado no mundo. Pelas leituras que se faz nas revistas *PANORAMA* e *PARANÁ EM PÁGINA*, se depreende que elas não compactuavam dessa opinião, pois não veicularam em nenhuma de suas edições uma reportagem sobre o *rei do rock*, mesmo que para criticar. Era algo espantoso, uma vez que se apresentavam ao leitor como veículos de cultura, disseminador das manifestações artísticas que circulavam pelo mundo. É interessante mencionar que *Elvis Presley*, na primeira metade da década

³⁰⁰ As sessões trocaram de nome ao longo das edições. As que tiveram mais presença foram *Aqui Cinema*, sob a batuta de Hermes Astor (filho do editor); *PANORAMA do Teatro* e *PANORAMA do Rádio*.

³⁰¹ *PANORAMA*, maio de 1965, p. 13.

³⁰² BRANDÃO; DUARTE, Op. cit., p. 27.

de sessenta, consolidaria também uma bem sucedida carreira como ator, mesmo sem nunca ter se dedicado ao estudo dramático ou cômico, entretanto, saiu-se muito bem nesses papéis, reforçando o rótulo de “*queridinho*” da América. Seus discos vendiam aos milhares. O mundo todo o reverenciava, independente da idade do fã. O artista gradativamente dá lugar ao mito. No entanto, as revistas examinadas não exploraram em suas páginas esse fenômeno da música mundial.

Em relação à música nacional, as revistas investigadas, em particular a *PANORAMA*, procuraria agradar, fundamentalmente, seu público alvo: senhores e senhoras de família, daí veicularem reportagem com músicos que representavam à velha guarda, como Vicente Celestino ³⁰³, Dick Farney ³⁰⁴, entre outros, que faziam ainda muito sucesso nas rádios. Os primeiros programas de televisão voltados para a música já procuravam captar os novos sucessos da época, como a *bossa nova* e a *jovem guarda*. Sobre esse último estilo a revista *PANORAMA*, não se mostraria simpática à figura do maior expoente desse movimento, Roberto Carlos, a ponto de dedicar-lhe uma reportagem de capa apontando suas idiossincrasias, alçando-o na condição de artista efêmero, situação típica de uma,

... época de negações absolutas, os jovens sem líderes, nesse clima de insegurança internacional, quando os povos se debatem na maior revolução ideológica de sua história; nesses tempos que as verdades são postas em dúvidas em que os fenômenos sociais mostram-se efervescentes como vulcões, (...) e aqueles que tem a missão de promover o cantor Roberto Carlos, não se preocuparam suficientemente com seu passado, (...) a relação com sua família não é nenhuma “brasa, mora” (...) Ninguém sabe exatamente, o que ele era antes de se tornar famoso, da noite para o dia. Sabe-se que Roberto Carlos nunca foi rapaz que se interessasse por livros (...) abusa dos uso dos anéis e patuás (...) foi nessa onda, largamente difundida pelos Beatles, que entrou Roberto Carlos, empunhando o seu violão elétrico, nos auditórios de televisão do Rio e São Paulo. (...) De acordo com o prognóstico dos entendidos, o iê, iê, iê, em todo o mundo, deverá ter curta duração, e já esta sendo substituído na América e na Europa por outros ritmos (...) Parece extravagante as idéias do rapaz afirmando que “o meu problema é só carro e mulher”(…) muitos se mostraram complacente e aceitaram a idéia de que a juventude moderna, encontrou no iê, iê, iê, uma força de sua própria expressão. ³⁰⁵

É importante assinalar que nessa época – nos anos cinquenta e sessenta – o mundo passaria por uma séria crise política, com o advento da *Guerra do Vietnã* e da

³⁰³ *PANORAMA*, em “*glória de Celestino dispensa homenagem*”, de abril de 1965, p. 16-17.

³⁰⁴ *PANORAMA*, em “*Dick Farney – o pianista cantor*” – de fevereiro de 1964, p. 62-64.

³⁰⁵ *PANORAMA*, nº 169, em “*Roberto Carlos, o ídolo fabricado*”, de junho de 1966, p. 5-13.

Crise dos Mísseis em Cuba, eventos que representava o momento de maior acirramento político entre Estados Unidos e União Soviética. Temia-se pelo pior, ou seja, pelo enfrentamento militar direto entre as duas grandes potências. Tanto norte-americanos quanto os soviéticos possuíam um arsenal bélico impressionante com capacidade de levar o mundo a uma hecatombe. A perspectiva de uma aniquilação nuclear num eventual embate militar, certamente provocaria a extinção da espécie humana. Esse temor iria proporcionar a propagação – na década de sessenta - de muitas doutrinas esotéricas de caráter escatológico, produzindo em alguns lugares ou em algumas pessoas um fervor religioso desmedido, um verdadeiro fanatismo. Algumas seitas – ou correntes filosóficas - de origem orientais influenciariam um movimento jovem e supostamente apolítico, de viés pacifista, denominado *Hippie* ³⁰⁶. Esse movimento que se caracterizava esteticamente pelo total despojo no vestir, ao adotar vestimentas ao estilo oriental e a despreocupação com o trato com os cabelos e o uso abusivo de drogas alucinógenas, condenava o conflito no Vietnã e estendia sua indignação contra uma sociedade de fortes ranços conservadores que dava guarida a governos supostamente progressistas, como era o caso da administração Kennedy, nos Estados Unidos, que era refratários às novas mudanças.

Esse movimento seria glamourizado nas músicas de *Joan Baez* e *Bob Dylan* no estilo *folk* – canção folclórica norte-americana – que, “*serviria, como canal de expressão, para a juventude universitária do país, refletir sobre os problemas internos e externos dos Estados Unidos. (...) o folk song apelava para a consciência política de um público engajado nas lutas estudantis*”. ³⁰⁷

Divorciar-se do *modus vivendi* da sociedade industrial guiou os *hippies* às comunidades alternativas, despojadas de qualquer aparato tecnológico. Seu *modus faciendi* ficara registrado na expressão dual panegírica: *paz e amor*. O musical *Hair* – primeiro no teatro e depois no cinema – retrataria os ideais e o estilo de vida dos *hippies* que tiveram seguidores pelo mundo afora. Revistas de prestígio realizam matérias sobre esse exótico movimento que seduzia jovens de todo o planeta. Um verdadeiro fenômeno cultural, que explodiria nos festivais de *Monterey* (1967) e no inesquecível *Woodstock* (1969). No Brasil, as revistas de maior circulação como *O Cruzeiro*, *Manchete*,

³⁰⁶ O “*verão do amor*” de 1967 reuniria no bairro Haight Ashbury, em São Francisco (Califórnia) milhares de jovens proclamaram o hedonismo como forma de existência, com muito rock, droga e sexo.

³⁰⁷ BRANDÃO, A. C. & DUARTE, M. F. Op. cit., p. 43.

Claudia, Realidade, já davam, à sua maneira ³⁰⁸, publicidade para esse movimento, que influenciava os costumes da nova geração, mas também a moda e a música. As revistas *PANORAMA* e *PARANÁ EM PÁGINAS*, que de certa forma se espelhavam nos periódicos mencionados, não noticiaram a existência desse fenômeno da contracultura. Não foi possível identificar os fatores que as levaram a negligenciarem esse movimento, quando da sua explosão. É bem verdade que as manifestações culturais que ocorriam no mundo capitalista tiveram, aqui, um efeito retardado.

A revista *PANORAMA* que tinha uma seção de moda feminina, continuava apresentando *os modelitos* que ela julgava mais apropriado para a mulher da sociedade Paranaense. O apelo ao recato era a marca dessa seção, que amiúde apresentava os últimos lançamentos de um *Saint-Laurent* ou de um *Denner*, para o deleite das senhoras de classe média e alta. A moda *bicho-grilo* – que nas décadas posteriores seriam incorporadas a indústria da moda – não teve espaço nas revistas investigadas.

O movimento *hippie* se caracterizava pelo não conformismo – como já foi sublinhado – em relação aos rumos que a sociedade capitalista ocidental tomava e esse movimento foi em grande medida, embalado e conduzido musicalmente na década de 1960, ora pelo *black music* (*funk, soul e até o blues*) ora pelo *folk song*, que utilizaria do talento de seus intérpretes e compositores para denunciar uma sociedade que ocultava suas mazelas, discriminava étnica e socialmente e que priorizava a saúde do capital do que o bem estar de vidas humanas.

Foi assim que através de seu *blues* e de sua vida efêmera, *Janis Joplin* encarnaria o jovem triste e desiludido com a vida, que não encontrava perspectivas naquele mundo, movido unicamente por interesses materiais. Era literalmente o choro da *Rosa* ³⁰⁹. Muitos desses artistas estiveram ligados aos movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos na década de sessenta e influenciou jovens do mundo todo. Suas letras e músicas, eram verdadeiros hinos que “*continham denúncias contra o racismo, o militarismo e a corrida armamentista, coisas que não tinham sido ouvidas na música popular da época*” ³¹⁰. Essas músicas iriam embalar o movimento da juventude de maio de 1968. O músico *Bob Dylan* conseguiria expressar em suas músicas todo o desencanto

³⁰⁸ A revista *O Cruzeiro*, era mais conservadora e a revista *Realidade* mais ousada, nas matérias sobre o movimento hippie. Naqueles tempos de censura toda cautela era pouco. Era conveniente não abusar.

³⁰⁹ “The Rose” era o codinome de Joplin, imortalizada por Beth Midler no cinema em 1979.

³¹⁰ BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M., F. Op. cit., p. 44.

de uma época, como podem ser demonstradas num trecho do sucesso *Blowin' in the Wind*, de 1963:

Quantos caminhos devem um homem percorrer
 Antes que seja chamado homem?
 Sim, e quantos mares uma pomba branca tem de navegar
 Antes de repousar na areia?
 Sim, e quantas vezes as balas de canhão têm de voar
 Antes que sejam banidas para sempre?
 A resposta meu amigo, está soprando no vento,
 A resposta está soprando no vento (...),³¹¹

O mundo passava por uma efervescência cultural impressionante que contaminava até os mais refratários. Todavia, as revistas cotejadas – que se pretendiam veículos de cultura – silenciavam sobre essa vaga psicodélica. A revista *PANORAMA* fazia referência, na coluna de Albano Woiski, a um movimento juvenil que crescia na capital Paranaense e que se caracterizava pela violência. Esses jovens arruaceiros eram chamados de *play-boy* pela imprensa do estado³¹². Numa matéria intitulada “*Play-boyismo*”, assim se referiria Woiski ao fenômeno: “... *sinônimo de transviado, de marginal*”³¹³. Não se sabe ao certo se a análise do colunista estava eivada pelo preconceito ou por uma ausência de um estudo mais apurado sobre as metamorfoses que sofriam a juventude da década de sessenta.

Como já foi mencionado, na Inglaterra assistia-se a um arrebatamento musical orquestrado pelos *Beatles*, que nasceriam musicalmente no fim da década de cinquenta e iriam percorrer toda a década de 1960, fazendo um sucesso estrondoso com seus trajés e trejeitos que seriam imitados por milhões de jovens em todo o mundo, contribuindo decisivamente para uma mudança de mentalidade na juventude que crescia encurralada na paranóica disputa político-ideológica da *Guerra Fria*. As letras das músicas dos “*garotos de Liverpool*” não tinham um conteúdo político, de contestação, típicas do *folk song* – pelo menos na primeira fase –, mesmo por que a década de sessenta era de recuperação econômica para o país, a Inglaterra – impulsionada pelo *Plano Marshal* – e de controle do terrorismo político – enfraquecimento do *Exército Republicano Irlandês*. Não obstante, rompia com a moral vitoriana, uma vez que agora o novo momento

³¹¹ Idem.

³¹² Não tenho conhecimento se era utilizado em outras regiões do Brasil com o mesmo sentido.

³¹³ *PANORAMA*, novembro de 1960, p. 39.

político colocava a gloriosa Inglaterra numa condição de submissão ao império norte-americano. O poder imperial, de forma humilhante precisaria se genuflectir diante das autoridades dos organismos internacionais que dava sustentação econômica ao país.

Indubitavelmente, os *Beatles* representaram uma guinada na música inglesa, abrindo espaço para o surgimento de outras bandas de vanguarda que pregava fundamentalmente o rompimento com a forma de fazer música na Inglaterra. O Álbum *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band* (1967), inovava nas técnicas de gravação e composição, revolucionando o universo musical, abrindo novas possibilidades para a experimentação com a introdução da tecnologia e a incorporação de instrumentos exóticos no processo de construção melódica.

O sucesso dos garotos de Liverpool chegaria ao Brasil, provocando a mesma histeria na juventude, como a revista *PANORAMA* já tinha demonstrado e traria junto de si uma explosão de consumo de produtos relacionados à banda inglesa.

Na contramão desse rock adocicado e mais comportado aparece no início dessa década um rock mais *hard* dos *Rolling Stones*. A língua psicodélica que tornaria a logomarca da banda de *Mick Jagger* colocava em relevo um mundo em conflito e desarmônico capitaneado pelos irascíveis *Hell's Angel* – motoqueiros doidivas, portadores de uma violência desmedida e injustificável – que se tornariam o contraponto dos *Hippies*, na década de sessenta. A acidez presente nas letras dos *Stones* revelava um escárnio contra a sociedade conservadora inglesa e uma apologia explícita a subversão da ordem. Musicalmente são influenciados pelo *blues* norte-americano em particular por *Muddy Waters* ³¹⁴. O rock experimental da banda *Velvet Underground* tornar-se-ia a vanguarda da música progressista, explorando temas polêmicos para a época. Merecem uma referência – e reverência – também a banda inglesa *The Who*, que “... com ironia, humor negro e uma grande dose de “inocência”, (...) começaram a desmascarar a hipocrisia dos valores estabelecidos pela sociedade” ³¹⁵ e a banda norte-americana *The Doors*, ente tantas que surgiram nessa época de efervescência musical.

Ainda nos Estados Unidos, na primeira metade dessa década ocorreria o amadurecimento musical e artístico de *Elvis Presley* ao consolidando sua carreira como um dos maiores fenômenos musicais de todos os tempos. Esse período que ele transita

³¹⁴ O nome da banda inglesa é baseado numa música do bluseiro norte-americano.

³¹⁵ BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M., F. Op. cit., p. 58.

com muita desenvoltura pelo *gospel* ³¹⁶, granjeando elogios até dos mais conservadores críticos. Na década de sessenta, o *rei do rock* já fazia apresentações com arranjos musicais mais sofisticados, introduzindo inclusive orquestras a fim de dar grandiloquência em seus shows. Na primeira metade da década de sessenta, consolidaria também uma bem sucedida carreira como ator, mesmo sem nunca ter se dedicado ao estudo dramático ou cômico, entretanto, saiu-se muito bem nesses papéis, reforçando o rótulo de “*queridinho*” da América. Seus discos vendiam aos milhares e o mundo todo o reverenciava, contudo as revistas cotejadas não deram a importância merecida ao fenômeno, como já foi aludido. O artista, gradativamente, daria lugar ao mito, sendo que, no entanto, as revistas examinadas não exploraram em suas páginas esse fenômeno da música mundial.

A revista *PANORAMA* tinha uma seção dedicada à *sétima arte* (*Aqui cinema*, depois *Cinerama*) que tratava dos lançamentos cinematográficos – norte-americanos e franceses, às vezes italianos – e ocasionalmente fazia reportagem sobre um determinado astro ou estrela do cinema nacional. Não era exatamente uma coluna de crítica cinematográfica, mas apenas de divulgação. Era a técnica do *release* introduzido no *métier* jornalístico. É importante salientar que na década de cinquenta a temática dos filmes nacionais era feita para a classe dominante, “... *entrando o povo como um ornamento*” ³¹⁷, ou “*para provar que a classe dominante sempre foi bondosa e voltada para os interesses populares*”, no dizer de um estudioso do cinema nacional. Era a ocultamento da dominação. Somente no final da década de cinquenta é que apareceriam filmes que trabalhasse as agruras do cotidiano, ou seja, “... *mais crítico e político do processo de urbanização da sociedade brasileira*” ³¹⁸, tais como *Rio, 40 graus* e *Rio, Zona Norte*, ambos de Nelson Pereira dos Santos, que sinalizavam para uma mudança de paradigma do cinema nacional, abrindo caminho para o que viria a ser chamado de *Cinema Novo*, na década de 60.

O teatro no Brasil sempre foi um espaço freqüentado, normalmente pelos mais abastados. Espaço por excelência do homem culto. Espaço onde a classe média e alta excepcionalmente se misturava para o regozijo da primeira. A cena teatral dos anos

³¹⁶ Alguns entendidos chamam de *spirits*.

³¹⁷ BERNARDET, Jean-Claude; RAMOS, Alcides Freire. *Cinema e história do Brasil*. Col. Repensando a história. São Paulo: Contexto, 1994, p. 12.

³¹⁸ BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M., F. Op. cit., p. 38.

cinquenta foi dominada pelo Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), que anos mais tarde tornar-se-ia a plataforma da primeira empresa brasileira de cinema, a Vera Cruz. Peças encenadas pelo TBC estiveram em Curitiba e, pelo que as revistas comentam – particularmente a *PANORAMA* –, foram muito aplaudidas pelo seletto público Paranaense. Não é de se estranhar tamanha receptividade, uma vez que, o TBC sempre foi visto como conservador. Todavia, um dos reformadores do teatro brasileiro – encenaria peças polêmicas ³¹⁹ e era visto com simpatia pela esquerda –, o italiano *Gianni Ratto*, trabalhara em Curitiba em 1962, realizando um curso de interpretação muito concorrido. Sua estadia aqui foi amplamente divulgada pela revista *PANORAMA*, não obstante criticar com algumas peças que vinha encenando. O regime militar que se instalava no Brasil, inauguraria a censura prévia, privando o público de espetáculos de vanguarda e também aqueles que pudesse macular a imagem do regime, bem como, despertar o senso crítico do espectador. A revista *PANORAMA*, que coadunava com o pensamento militar, apoiaria a atitude dos censores do regime em impedir que uma peça que tratava da figura do Papa Pio XII, fosse encenada em Curitiba. A revista defendia a proibição argumentando:

A figura central da peça O VIGÁRIO é o Papa Pio XII, a quem o autor inculca de tímido, ganancioso, covarde e calculista, por não ter feito declaração oficial a respeito dos milhões de judeus que, durante a Segunda guerra, sofreram perseguições por parte das tropas alemãs. Ora o Papa não queria pronunciamentos teatrais. Sua preocupação era o de salvar o maior número possível de vítimas,... ³²⁰

Era uma demonstração de que os conservadores estavam de prontidão para rebater qualquer crítica daquele s que insistiam em rever a História. Em 1968, a mesma revista faria uma entrevista – através de Araken Távora – com o polêmico autor teatral Plínio Marcos, cujo título bem definia o teatrólogo: “*Esse maldito Plínio Marcos*” ³²¹. O autor da proibida peça *Barrela* ³²² daria uma entrevista que constrangeria os leitores

³¹⁹ *O Cristo proclamado*, do início da década de 1960 e *Se correr o bicho pega se ficar o bicho come*, são peças de forte conotação política.

³²⁰ *PANORAMA*, em “*O vigário proibido*” de junho de 1965, p. 18, fazia alusão a peça *O Vigário*, de Rolf Hochhuth, abalaria o segmento conservador alemão e seria proibida em vários países, por denunciar a omissão do Vaticano durante a II guerra mundial, em particular, as atrocidades do nazismo.

³²¹ *PANORAMA*, março de 1968, p.58.

³²² Escrita e encenada em 1958, Foi imediatamente censurada. Voltaria a ser encenada somente nos anos oitenta.

conservadores da revista. Disse ele na ocasião: “*é preciso revolver o lixo da burguesia. Vivemos o tempo de mudar. Seja qual for o meio, inclusive violentamente.*” ³²³

Se não fosse Araken Távora, já um jornalista de prestígio, seria rifado pela revista. Certamente causara urticária no editor chefe Adolfo Soethe. Távora arremataria, ao se referir à obra de Plínio Marcos: “... *é uma das mais pungente e poética que tem aparecido na dramaturgia nacional*” ³²⁴. Vivíamos na época de *caça às bruxas*, com o emudecimento das vozes oposicionistas e a revista *PANORAMA*, sempre aplaudia as medidas de exceção do governo, contra os amorais, os rebeldes, os transgressores, etc. Esses rótulos cabiam perfeitamente a Plínio Marcos.

O que se observa também nas revistas investigadas é a necessidade de reafirmar seguidamente a grandeza da cultura ocidental e que o Brasil dava sua contribuição nos movimentos de vanguarda, mesmo sofrendo, “... *uma influência mais acentuada da cultura estrangeira, principalmente a norte-americana, que foi incorporada à cultura nacional pelas camadas médias urbanas e propiciou o surgimento de novos movimentos culturais*”. ³²⁵

É dentro dessa perspectiva, de simbiose cultural que surge o *Concretismo* ³²⁶, como um movimento que rompe com a estética e com a estrutura do poema ³²⁷ por exemplo, bem com as composições e arranjos no caso da música, com o advento do Tropicalismo. A revista *PANORAMA*, bem como a *PARANÁ EM PÁGINAS*, fariam referências elogiosas a um jovem poeta “à moda concretista”, Paulo Leminski ³²⁸. Mais pelo fato de ser Paranaense do que propriamente ser um vanguardista. Os segmentos conservadores mais cultos eram ainda seduzidos pelo *expressionismo*.

³²³ Escrita e encenada em 1958, foi imediatamente censurada. Voltaria a ser encenada somente nos anos oitenta.

³²⁴ *PANORAMA*, março de 1968, p. 58.

³²⁵ BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M., F., Op. cit., pb. 40

³²⁶ Esse movimento está mais vinculado a poesia, mas logo invadiria a prosa, a música, a arquitetura, as artes visuais, as artes plásticas, etc., inseridas no universo do Pós-Modernismo.

³²⁷ As poesias dos irmãos Pignatari tornar-se-iam o emblema dessa revolução estética.

³²⁸ *Poesia marginal*, uma das correntes do concretismo.

3.3 - Mulheres em movimento

No Brasil, a classe dominante não incorporaria em sua totalidade o ideário capitalista norte-americano, pois, determinadas manifestações liberais, como por exemplo, o movimento feminino, tardou a chegar ao país e principalmente nas terras dos pinheirais. A postura refratária das revistas em relação à mulher é demonstrada em várias matérias, colunas e inclusive na seção feminina.

As revistas investigadas enxergavam na mulher a esposa prestativa, a mãe carinhosa e principalmente a dona de casa. Numa edição do começo dos anos cinquenta, a revista *PANORAMA*, apresentaria uma longa matéria sobre uma escola para noivos (as), criada com o escopo de, “... *preparar futuras esposas e mães para a vida no lar, com orientação sobre o amor, educação dos filhos e como conviver com os eternos problemas financeiros. (...) os professores procuram transmitir em 4 aulas básicas a estrutura essencial da felicidade, dentro de um matrimônio cristão.*”³²⁹

É bem verdade que as revistas da década de cinquenta no Brasil não se distanciavam dessa visão.³³⁰ Destarte, é interessante notar que com a popularização do crediário³³¹, os espaços publicitários das revistas investigadas ficaram mais generosos com a indústria de bens de consumo duráveis, principalmente aqueles voltado para o *conforto do lar*. Tal estratégia era compreensível, pois naquela época (décadas de cinquenta e sessenta), as mulheres dedicavam parte substancial de seu tempo às atividades do lar. Distanciá-las das atividades domésticas enfadonhas foi o papel que caberia às indústrias de produtos semiduráveis. A profusão de máquinas domésticas que apareceram no mercado para seduzir exatamente esse público vinha com a pretensão de libertar a mulher de classe média – já consolidado nos Estados Unidos e em construção no Brasil – das agruras do lar, permitindo-lhes dedicar às atividades menos desgastantes e mais aprazíveis. A revista *PANORAMA*, que tinha como público alvo a classe média – que tinha alguma similitude com a norte-americana, pelo menos no que diz respeito ao desejo de consumir novidades – também percebeu esse nicho e abriu uma coluna na

³²⁹ *PANORAMA*, em “Uma escola para noivos” do Padre Bolívar – o padre dos noivos – de junho de 1953, p. 44-46.

³³⁰ Numa edição de 1958 a revista *O Cruzeiro*, em sua seção feminina – que tinha como editor uma mulher – aconselhava as mulheres a casarem virgens, pois isso dava garantia de felicidade ao lar.

³³¹ HARVEY, D. *A produção capitalista no espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 50-51.

revista chamada sugestivamente de *Dona de Casa* ³³², onde supostamente se ensinava para as *administradoras do lar*, como conduzir com eficiência o espaço de convivência familiar e, de quebra, atender aos maridos mais exigentes. A seção assinada por Odete de Oliveira chamada de “*O segredo do sucesso*”. Ali a mulher encontraria algumas dicas de como gerenciar bem o lar, atendendo as expectativas do marido.

Na seção *PANORAMA FEMININO*, de 1957, outro aspecto na mulher é valorizado, sociabilidade, que alcançaria através da “Simpatia”, onde a colunista afiança que, “... *poderá ser bela como o Sol, ter um encanto eslavo, graça parisiense, a linha de Hollywood, a tez de uma inglesa, tudo isso e mais alguma coisa; mas... tudo isso nada valerá, se não for simplesmente o que se chama: uma moça simpática.*” ³³³

Essas seriam as qualidades imprescindíveis a mulher que quer agradar e quer ser bem aceita nos círculos femininos. Esses conselhos recheados de futilidades estariam presentes na edição de fevereiro, como o título: “*Seja bela: beleza é virtude*”, lembrando a mulher que, “*Não somente a beleza do corpo que influi, nem tampouco a do rosto. Que adianta um corpo escultural, um rosto perfeito, uma aparência exterior maravilhosa, se o coração está vazio como um bolo.*” ³³⁴

A revista *PARANÁ EM PÁGINAS* se utilizaria da mesma cantilena, numa matéria de 1966, dando destaque aos atributos físicos da mulher. O redator, em sua visão androcêntrica e varonil, profere algumas recomendações à mulher – às leitoras, supostamente – para o deleite dos olhares masculinos. Diz a matéria que,

“O principal, no caso do físico feminino, é de responsabilidade da natureza. O enfeite é de competência das fábricas de cosméticos e artistas da pintura, do penteado, das unhas. A “embalagem” fica ao encargo dos fabricantes de tecidos e das costureiras (...) Para aquelas que dispõe dessas condições, ou sejam, favorecimento da natureza e possibilidade de aquisição material de produtos e da “embalagem” desponta como de capital importância a maneira de apresentação, que vem a ser, exatamente, a “exposição” (...) Realçar o todo esse conjunto deveras harmonioso para os olhos masculinos, é tarefa que exige arte, descrição e, finalmente classe.” ³³⁵

³³² Mais tarde (1961), o jornal Diário do Paraná – extremamente conservador – lançaria um suplemento dominical denominado *Club do Lar*, cujo emblema era “*Um mundo de úteis e magníficas sugestões para as verdadeiras donas de casa*”, *PANORAMA*, março de 1956, pág. 21.

³³³ *PANORAMA*, coluna de Érica Amarante, janeiro de 1957, pág. 58

³³⁴ *PANORAMA*, em *PANORAMA Feminino*, fevereiro de 1957, pág. 57.

³³⁵ *PARANÁ EM PÁGINAS*, “*Realçar virtudes físicas requer arte da mulher*”, fevereiro de 1966, p.22.

Além de lhe fornecer informações que supostamente a valorizariam no contato social. Daí as dicas de etiquetas serem correntes nos periódicos, com dicas imprescindíveis à mulher de sociedade que pretendia impressionar e ser cortejada. A revista *PARANÁ EM PÁGINAS* orientava a mulher num momento celebrativo ou num momento íntimo: “... *uma senhora nunca serve bebida a um cavalheiro.*”³³⁶

A idéia era preencher os muitos momentos de ócio da típica mulher de classe média brasileira dos anos cinquenta e sessenta, com informações e comentários que supostamente circulassem nas rodas de amigas. Em “*Um pouco que a mulher devia saber*”³³⁷, a Revista *PARANÁ EM PÁGINAS* apresentaria – por intermédio de um professor – algumas recomendações esdrúxulas ou pitorescas às mulheres *prestativas* e *zelosas*, tais como limpar o mármore branco; que cuidados devia se ter para limpar a banqueta do piano; como proceder numa visita a uma amiga doente; como fazer um doce de pão, entre outros préstimos *indispensáveis* a vida humana em sociedade. Essas orientações, pelo que se depreende, agradaram ao público a que se endereçava, pois apareceram outras nas edições posteriores.

Numa edição do fim da década de 1960, a revista *PANORAMA* numa pesquisa pretensamente científica traçaria um perfil da mulher daquela época. A reportagem tinha a seguinte intitulação: “*Eis a nossa mulher.*”³³⁸. É interessante notar que o enunciado oculta um caráter patriarcal, típico da visão masculina sobre o universo feminino. Enaltecendo sua pudicícia e sensatez, dizia a matéria em relação à vida social da mulher do período: “*Ela também não entra num bar para tomar café, em qualquer hora, e mesmo durante o dia, não importa se solteira ou casada, não se arriscará a assistir sem companhia uma sessão de cinema.*”³³⁹

É interessante observar que a mulher *decente* procura se *preservar* e se diferenciar das *outras mulheres* e mesmo dos homens que têm o hábito de freqüentar a mundanidade. Esse reconhecimento da diferença se aproxima de uma certa subalternidade em relação ao homem, aspecto muito comum nas famílias brasileiras daquela época e que ainda resiste ao tempo. Um exemplo disso é a pesquisa realizada

³³⁶ *PARANÁ EM PÁGINAS*, fevereiro de 1966, p. 23.

³³⁷ *PARANÁ EM PÁGINAS*, março de 1966, p. 20.

³³⁸ *PANORAMA*, junho de 1968, p. 14-17.

³³⁹ *PANORAMA*, junho de 1968. págs. 14-17.

pela *PANORAMA*, onde a maioria das mulheres entrevistadas afirmaram que a mulher não devia ter os mesmos direitos que os homens.³⁴⁰

É sabido que o movimento feminino, que ganharia organização a partir dos anos sessenta, promovendo uma subversão axiológica nas sociedades ocidentais de inclinação machista, racista e cristã³⁴¹, conduziria a reflexão, milhares de pessoas que foram educadas dentro de um padrão tradicional; de pouca mobilidade social e de um dogmatismo até então inabalável. A década de 1960 permitiria um descortinamento de determinadas questões que estavam aprisionadas no coração e mentes de alguns ou limitadas a determinados círculos de debates. Nessa década as lutas das mulheres ganhariam visibilidade e seriam transportadas pelos caminhos as artes (música, cinema, teatro, etc.) e das ciências.

O surgimento da pílula anticoncepcional na década de 1960 provocaria uma verdadeira revolução comportamental onde, “*pela primeira vez na história da humanidade, homens e mulheres dispõem agora de um meio seguro de separar a função recreativa da função procriadora do coito*”³⁴². Alguns cientistas sociais sugerem que essa descoberta teve para o sexo feminino, mais importância do que o direito de voto, por conta de garantir concretamente a emancipação, uma vez que recupera para a mulher o prazer nas relações sexuais. Ademais, essa descoberta se constituiria num grande reforço no movimento feminino que alargava suas fronteiras. Nesse aspecto, seguramente os periódicos estudados não contribuíam para esse rompimento, ou seja, da mulher submissa para a autônoma. Os mensários Paranaenses enalteciam as virtudes da dona de casa, da esposa prestativa; da mulher recatada; da mãe zelosa, etc., e não de “*despudoradas e irresponsáveis*”. Todas as vezes que as mulheres eram colocadas em *foco* pelos mensários era para destacar sua beleza - os concursos de miss recebiam cobertura vip – sua vocação para as lidas do lar, sua acuidade no trato com os filhos, suas habilidades gastronômicas, que por vezes forjavam um caráter frívolo à mulher brasileira e em particular a Paranaense. Na pesquisa já aludida, a mulher curitibana dos estratos médios demonstra o grau de

³⁴⁰ *PANORAMA*, junho de 1968, p. 17.

³⁴¹ Os norte-americanos utilizam a expressão WASP (White anglo-saxon and protestant) para definir os grupos racistas.

³⁴² PACKARD, Vance. *A revolução sexual*. Rio de Janeiro: Record, 1968, p. 29.

dominação a qual estava submetida ³⁴³, quando os resultados apontavam que, “*A curitibana média é contrária ao trabalho da casada e da igualdade, e é a favor do casamento precoce. Mas só das mulheres, pois a maioria diz que o homem só deve deixar de ser solteiro em idade madura*”. ³⁴⁴

Numa reportagem sobre o desquite ³⁴⁵ a revista concluía que o aumento da dissolução do matrimônio revelava por parte dos casais, “*pouco preparo para o casamento,...*”. Como era um periódico que alcançava a família, era importante reafirmar a importância do casamento e de sua indissolubilidade. O colunista Gaspar Lacerda, da revista *PANORAMA*, reforçava a importância do casamento e apontava para os efeitos deletérios de um eventual rompimento do casamento. Dizia ele que, “*... a dissolução do vínculo matrimonial, o divórcio atinge profundamente a família como comunidade do amor, afetando cada um de seus filhos (...) o divórcio é o “cupim” da família,...*” ³⁴⁶

Para o *Movimento familiar Cristão* – que tinha um espaço cativo na *PANORAMA* – asseverava que o divórcio era “*fruto do individualismo dispersivo e egoísta das pessoas...*”³⁴⁷. É evidente que se desconsiderava a possível incompatibilidade entre os conjugues que poderia inviabilizar a manutenção do matrimônio. O que se depreende é que essa manutenção era de responsabilidade da mulher que devia procurar manter a harmonia do lar. A tradição patriarcal brasileira colocava na mulher a tarefa de dar sustentabilidade ao lar. Isso, de certa forma, permitia ao homem, – dominado pela visão androcêntrica – quando desassistido pela esposa, percorrer outros lençóis.

Na busca da emancipação, a mulher dos anos sessenta, promoveria o que se convencionou chamar de *revolução sexual* ³⁴⁸, que a colocava, a despeito de todas as críticas que receberia dos setores mais conservadores, em defesa e na exaltação do amor-livre, uma das bandeiras do movimento feminista, que buscava um rompimento com a relação de submissão presente no patriarcalismo das décadas anteriores. É

³⁴³ Estamos considerando que a pesquisa tenha alguma confiabilidade, mesmo por que teve a participação da Faculdade de filosofia da Universidade Federal do Paraná.

³⁴⁴ *PANORAMA*, junho de 1968, p. 17.

³⁴⁵ *PANORAMA*, julho de 1968, p. 25.

³⁴⁶ *PANORAMA*, dezembro de 1965, p. 80.

³⁴⁷ *PANORAMA*, “Divórcio – o remédio proibido”, dezembro de 1965, p. 79.

³⁴⁸ Não seria inverossímil afirmar que a obra *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, em particular o livro 2, “A Experiência vivida” – na tradução brasileira – tenha influenciado o movimento feminista da década de 60, apesar de ter sido escrito no fim da década de 40.

importante salientar que na década de sessenta, mais que nas anteriores, a sociedade brasileira – e a Paranaense não seria tão diferente – encontraria uma mulher mais madura politicamente para avocar certas responsabilidades que não se limitasse à luta pelo sufrágio, bandeira – de perfil burguês – empunhada pelas militantes feministas na metade do século XIX e início do século XX. Era necessário estabelecer uma isonomia na relação homem-mulher que abarcasse outros campos sem que necessariamente tivesse assegurado em lei, mas que fosse fruto de um reconhecimento por parte da sociedade da capacidade intelectual, da competência, da capacidade criativa da mulher na construção de um mundo novo, solidário e não-discriminatório. Como já foi sublinhado, para a revista *PANORAMA* e *PARANÁ EM PÁGINAS*, isso era irrelevante e descabido. Contudo, era indispensável exibir a sociedade – androcêntrica – naquele contexto, que as mulheres não desejavam concessões, mas direitos que deveriam a rigor, ser inalienáveis a todos os seres humanos e não a algumas espécies. A década de 1960 faria emergir uma nova mulher que estava disposta a quebrar com tabus e preconceitos que estavam arraigados na sociedade – independente de seu grau de desenvolvimento econômico – desde a sua edificação, mesmo a contragosto dos homens que freqüentavam a redação dos periódicos em foco. Não se estava propondo uma inversão de papéis ou uma disputa sexista na arquitetura dessa nova sociedade, mas sim, restabelecer um novo diálogo entre as partes interessadas, mais do que isso, estabelecer uma relação dialógica sem ressentimentos, num mundo que historicamente foi organizado sob a ótica masculina.³⁴⁹

O tempo que as mulheres eram meras coadjuvantes no processo de construção e organização da sociedade tinha definitivamente findado. BOURDIEU, citando *Virginia Woolf*, expressa toda a angustia latente de uma sociedade que reprimia e sufocava a mulher. Citando *Woolf*:

Inevitavelmente nós consideramos a sociedade um lugar de conspiração, que engole o irmão que muitas de nós temos razões de respeitar na vida privada, e impõe em seu lugar um macho monstruoso, de voz tonitruante, de pulso rude, que, de forma pueril, inscreve no chão signos em giz, místicas linhas de demarcação, entre as quais os seres humanos ficam fixados, rígidos, separados, artificiais. (...) ele realiza seus ritos místicos e usufrui dos prazeres suspeitos do poder e da dominação, enquanto nós, “suas” mulheres, nos vemos fechadas na

³⁴⁹ Para um maior aprofundamento sobre como o universo masculino se impôs historicamente é interessante a obra de Pierre Bourdieu, *A dominação masculina*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil de 1999.

casa da família, sem que nos seja dado participar de nenhuma das numerosas sociedades de que se compõe a sociedade.³⁵⁰

É sabido que no processo de desenvolvimento industrial, seja na Europa ou na América ocorreu através de muito suor e sangue de homens, mulheres e crianças, que em jornadas extenuantes e salários aviltantes ajudaram a construir fortunas alheias. Se nas classes mais abastadas as mulheres assumiam uma posição de submissão consentida perante o marido, – isso era bem marcado no Brasil da temporalidade recortada – limitando-se a ser um adorno na esfera do lar e responsável pela harmonia da família, onde disposição dos móveis da casa, a decoração de certos ambientes, sua indumentária tinha que refletir sua fortuna – conquistada pelo homem –, sua posição social, etc. Essa mulher é no fundo, uma representação, como nos diz BEAUVOIR³⁵¹. Sua sexualidade era reprimida, uma vez que tinha de manter o recato aos olhares do marido, abortando através da autocensura, os mais libidinosos desejos. Por outro lado não podia ter um comportamento sexualmente insosso a ponto de não despertar desejos no marido. Essa é uma mulher que se enreda num mundo de futilidades e isso lhe dá sentido para viver. Essa é uma mulher distanciada do mundo do trabalho, em seu sentido menos prazeroso. Já a mulher proletária, distante desse universo de riqueza e de aparente satisfação era também colocada numa condição hierarquicamente inferior ao homem na rudeza de seu lar. O homem ainda encarna, “... *a verdade do universo, a autoridade suprema, a maravilhosa aventura, o senhor, o olhar, a presa, a salvação, o prazer; encarna ainda a transcendência, é a resposta a todas as perguntas. E a mais leal das esposas nunca consente em renunciar inteiramente a ele para se encerrar na morna companhia de um indivíduo contingente.*”³⁵²

Ademais, ela se vê obrigada a assumir uma dupla função: a de gerenciadora do lar – inclui-se aí o trato com os filhos – e aliada na busca da sobrevivência familiar, vendendo sua mão de obra por míseros trocados. É essa situação de completo desconforto que fez essas mulheres trabalhadoras questionarem – e exteriorizarem – seu papel no mundo que se construía, na primeira metade do século XIX. As primeiras manifestações de repúdio a exploração no mercado de trabalho datam desse período, bem como as greves puxadas pelas primeiras lideranças feministas. É importante frisar

³⁵⁰ BOURDIEU, P. Op. cit., p. 14.

³⁵¹ BEAUVOIR, S. Op. cit., p. 295-296.

³⁵² Idem, p. 313.

que a mulher brasileira também se insere nesse processo de mudanças. Mas nos parece óbvio que não interessaria para as revistas em questão a trajetórias dessas mulheres que lutavam por uma isonomia plena, pois, o público alvo, desses periódicos era a mulher de classe alta e média, que estavam aparentemente contentes com sua situação no universo familiar.

O que essas últimas não compreendiam – ou não desejavam compreender – era que essa luta visava, basicamente, uma maior autonomia: a conquista definitiva do livre-arbítrio. Em função disso, fazia-se necessário ampliar a luta pela legalização do aborto, mesmo que para isso fosse preciso enfrentar o cânon religioso e a resistência de gerações mais antigas apegadas às sagradas escrituras e às tradições familiares, como a pretensa vocação materna da mulher. Como as revistas que investigamos tem um forte apego cristão, essa questão era visceralmente combatida.

Dentro dessa composição era também importante lutar pelo direito bilateral da dissolução legal do vínculo matrimonial, através do divórcio, possibilitando o resgate da felicidade e a perspectiva de uma nova vida. Nesse mesmo diapasão reivindicatório, era mister por um fim na discriminação da mulher – e do negro – no mercado de trabalho, que reservava aos homens – preferencialmente brancos – salários e cargos mais privilegiados. O uso do *anticoncepcional* – como já foi assinalado – tornar-se-ia um libelo feminista contra aquela sociedade sexista e anacrônica. Era, logo, fundamental desnaturalizar essa dependência a fim de desconstruir a legitimação presente no inconsciente de muitas mulheres como sublinha BOURDIEU ³⁵³. A submissão a qual estava colocada a mulher desde tempos imemoriais em relação ao seu corpo e aos seus gestos lhe conferiria por vezes uma certa *assexualidade*, uma exacerbada pudicícia. Mais que um recato, um opróbrio que limitava seus movimentos – naturalmente graciosos – e ditava o estilo de suas vestimentas, como bem observa BOURDIEU, “*com as costas a serem mantidas retas, com as pernas que não devem ser afastadas, etc, e tantas outras posturas estão carregadas de uma significação moral (...)*”. ³⁵⁴

É interessante, como salienta BOURDIEU, a utilização por parte da mulher de determinadas vestimentas que ocultam suas curvas e mesmo sua face. É aquilo que ele

³⁵³ BOURDIEU, P. Op. cit., p. 17.

³⁵⁴ Idem, p. 39.

chama de *confinamento simbólico* (o uso do véu, em algumas culturas é emblemático), que,

Tem por efeito não só dissimular o corpo, chamá-lo continuamente à ordem (...) sem precisar de nada para prescrever ou proibir explicitamente (...) ora como algo com algo que limita de certo modo os movimentos, como os saltos altos ou a bolsa que ocupa permanentemente as mãos, e sobretudo a saia que impede e desencoraja alguns tipos de atividades (...); ora só as permitindo à custa de precauções constantes, como no caso das jovens que puxam seguidamente para baixo uma saia demasiado curta, ou se esforçam por cobrir uma blusa excessivamente decotada, ou têm fazer verdadeiras acrobacias para apanhar no chão um objeto mantendo as pernas fechadas.³⁵⁵

Essa imposição no uso do corpo, associadas exclusivamente à atitudes morais construíram mulheres reprimidas e, obviamente infelizes. *Mary Phelps Jacob* não imaginava que a sua invenção – o *sutiã* – que se tornara uma peça coadjuvante imprescindível no vestuário feminino, desde a década de 20, tornar-se-ia símbolo de uma outra revolta, que ela mesma protagonizaria quando se recusou a usar os desconfortáveis espartilhos de barbatana, criando outro modelo de suporte para os seios. Essa revolta, a qual nos referimos, não foi exatamente contra o *lingerie*, mas contra a violência simbólica que ele representava: a opressão masculina. Diante de olhares atônitos, dezenas de mulheres queimaram seus sutiãs em frente do senado americano em 1968. Nessa época já era a famosa a criação de uma outra *Mary* – Mary Quant –, a *mini-saia*, que revelariam o quanto eram sedutoras as pernas femininas.

A divisão sexual no mundo do trabalho exteriorizaria a violência simbólica de que a mulher estava submetida, que era muitas vezes compenetrada inconscientemente. Ademais já estaria reservado dentro do universo da economia de bens simbólicos um papel muito específico: a dona de casa, a responsável pela saúde física e mental (educação) da prole. Aquela, que com seu zelo maternal, daria condições psicológicas para que o homem se tornasse o melhor provedor-familiar possível. Era a consagração da máxima: “*atrás de todo o homem de sucesso (profissional) há uma boa dona de casa*”. Este foi por muito tempo o estatuto conferido às mulheres dentro da lógica das trocas simbólicas. O de mulher reprodutora (da concepção) e de zelo doméstico, o que restringia a participação no mercado de trabalho. É nesse sentido que BOURDIEU explora a força simbólica que tem a relação matrimonial, no que tange o papel da

³⁵⁵ BOURDIEU, P. Op. cit., p. 40.

mulher, onde o fato dela *trabalhar fora* diminuiria o capital simbólico do macho sobre sua fêmea (poder, direitos, etc.)³⁵⁶. Dentro desse raciocínio caberia exclusivamente aos homens o monopólio das atividades produtivas e de representação política, que circunstancialmente poderia conceder às mulheres certos espaços, certas ocupações no mundo do trabalho e mesmo da política. As revistas cotejadas trabalhavam dentro dessa lógica, por isso é compreensível que existam determinados posicionamentos reacionários em relação à mulher.

As mulheres que os periódicos evidenciados pretendiam atingir – as de classe média – estavam pouco preocupadas, de um modo geral, em lutar por uma autonomia sócio-política e muitos menos se engajarem em movimentos contestatórios em favor da demandas feministas. No entanto, quando perceberam ameaças a sua concepção de mundo – potencializada pelo discurso reacionário da Igreja – mobilizaram-se em organizações em defesa do mundo cristão. Assim, as *acomodadas senhoras mães de famílias e devotas religiosas*, ganharam às ruas em defesa do ideário conservador. Milhares delas engrossariam as famosas “*Marcha com Deus pela Família e a Liberdade*”. Curitiba, em abril de 1964 seria palco de uma dessas marchas que percorreram as principais capitais do país, com grande adesão, “*numa demonstração inconfundível de fé e patriotismo*”³⁵⁷. Nessa ocasião, já se percebia uma maior organicidade das organizações femininas conservadoras como, a *União Cívica Feminina*; o *Movimento de Arregimentação feminina* (MAF) e a *Campanha da Mulher pela Democracia* (Camde). Essas organizações eram encabeçadas pelas “senhoras da alta sociedade”, que habilmente cooptavam elementos femininos dos segmentos sociais médios e até, como revela TELES, “... *de empregadas domésticas, faveladas e trabalhadoras*”³⁵⁸.

A revista *PANORAMA* acompanharia – e apoiaria – a luta dessas mulheres cristãs aos governos que insistiam em ferir os valores da sagrada família. No governo de João Goulart esses movimentos femininos conservadores atingiram seu ápice. Em Curitiba, por exemplo, *as mães de família*, a despeito de defender a qualidade da educação no Brasil e se contrapor às mudanças propostas pelo Ministério da Educação

³⁵⁶ Idem, p. 55-58.

³⁵⁷ *PANORAMA*, abril de 1964, p. 42.

³⁵⁸ TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. Col. Tudo é história. São Paulo Brasiliense, 1993, p. 53.

de *Jango*, fariam uma enorme, “*passeata de protesto, principalmente contra as ameaças de encampação dos estabelecimentos de ensino privado, contra a adoção do livro único em todas as escolas e contra a comunização do Brasil (grifo nosso)*”.³⁵⁹

O que no fundo se estava defendendo – ingenuamente, pode-se dizer – eram os privilégios fiscais que as instituições privadas de ensino tinham – e ainda têm – no Brasil. Outras manifestações surgiriam ao longo dos anos sessenta, a ponto dessas *simplórias senhoras* ganharem a alcunha de “*marchadeiras*”. Consumado o golpe militar em 1964, essas senhoras retornariam ao aconchego de seus lares e gradativamente seriam relegadas a um segundo plano e se conformando com seus desígnios de eternas donas de casa. Entretanto, por conta de uma miopia política, isso não as incomodava, muito pelo contrário, isso as orgulhava, por acreditarem estarem representando um papel importante na esfera familiar. Entretanto, estariam sempre de prontidão, aguardando *um chamado* da pátria.

Como aponta TELES³⁶⁰, as mulheres brasileiras, de um modo geral, após o golpe, tomaram caminhos distintos. Algumas ficaram desorientadas com a prisão ou desaparecimento dos maridos, filhos ou amigos que ingressaram na luta contra o regime e buscaram manifestar a sua dor de forma pacífica, denunciando na imprensa ou em organismos internacionais. O caso Zuzu Angel é emblemático; outras ingressaram na luta armada – um número pequeno –; contudo, a maioria buscava ingresso no mercado de trabalho – em particular as de classe média baixa e baixa – a fim de recompor a renda familiar perdida com a queda dos salários reais, provocado pela política econômica recessiva do governo militar. Aliás, pelas características que marcavam a mulher brasileira média, naquela época – docilidade, submissão, zelosa, obedientes, etc – eram preferidas pelo empresariado pouco escrupuloso e manipuladores. É importante salientar que a partir desse momento, seu cotidiano seria preenchido por uma dupla jornada de trabalho: a de mulher trabalhadora e dona de casa e, eventualmente esposa. Cabe anotar que as revistas esquadrihadas não tratavam *dessa mulher*, como já foi assinalado. Seu foco era para uma *outra mulher* – alvo, às vezes, de inveja das demais – distante da faina cotidiana, extenuante e pouco prazerosa. Não seria inverossímil afirmar que eram mensários para as mulheres ociosas e em certa medida, fúteis, uma

³⁵⁹ PANORAMA, abril de 1964, p. 59.

³⁶⁰ TELES, M. A. A. Op. cit., p. 56-57.

vez que as abordagens do universo feminino versavam sobre, moda, artistas, decoração, mobiliário doméstico, etc.

3.4 - Disputa étnica

O encruamento étnico nas décadas de cinquenta e sessenta produziria nos Estados Unidos duas correntes em defesa da igualdade racial. Uma capitaneada pelo pastor batista *Martin Luther King* que pregava o fim da segregação através de movimentos reivindicatórios não-violentos inspirados no *satyagraha* – um termo sânscrito – muito utilizado por *Mahatma Ghandi* na sua luta para a libertação da Índia do domínio britânico. O discurso *I Havean a Dream* é a síntese desse pensamento proferido em 1963, no Lincoln Memorial que conclamava a união harmônica entre brancos e negros nos Estados Unidos, que resultaria no Ato de Direitos Civis de 1964: “*I am happy to join with you today in what will go down in history as the greatest demonstration from freedom in the history of our nation. (...) I have a dream that one day this nation will rise up and live out the true meaning of its creed – We hold these thuths to bet self-evident, that all men are created equal (...)*”³⁶¹

Esse discurso reverberava as vozes de todos os cantos dos Estados Unidos que clamavam por uma América mais justa e mais humana. Essas falas anti-segregacionistas se remetiam aos protestos de *Rosa Parks* (a mãe dos direitos civis americanos) que da metade da década de cinquenta se insurgira contra a segregação racial e o desrespeito aos consumidores negros no sistema de transporte coletivo do Estado do Alabama. A outra corrente ganharia às ruas de forma violenta, encabeçada, fundamentalmente por estudantes negros que dariam origem a uma organização política disposta a responder de forma violenta aos ataques dos grupos racistas americanos.

Essa nova corrente política, com um perfil mais ideologizado – de inclinação marxista³⁶² – sob a liderança de *Stokely Carmichael*, *Huey Newton*, *Bobby Seale* e *Malcolm X*, e da militante *Ângela Davis*, os negros se organizaram e tomaram as ruas dos Estados Unidos reivindicando direitos iguais de forma mais agressiva, descrentes

³⁶¹ Na integra <http://www.americanrhetoric.com/speeches/mlkihaveandream>

³⁶² Alguns dos membros dos *Panteras Negras* fizeram parte do Partido Comunista Americano.

numa relação pacífica, entre brancos e negros. Eram os *Panteras Negras* que emergiam dos guetos nova-iorquinos e pregavam a exaltação do *Black Power* como única forma de por fim a discriminação racial e social que limitava o acesso a determinadas instituições de ensino; de freqüentar determinados espaços sócio-culturais e tolhia o crescimento profissional dos trabalhadores negros, impedindo, por conseguinte, a sua ascensão social, reduzindo drasticamente as perspectivas de vida das gerações vindouras. Denunciavam o tratamento agressivo que recebiam dos aparelhos do Estado ³⁶³ e a sua tolerância com grupos de *extrema direita*, em particular a *Ku Klux Klan*, que na década de sessenta fazia sua terceira tentativa de ressurreição, agindo sob o manto da legalidade e respaldados por autoridades locais.

Na África do Sul, que instituiria a segregação racial como legal desde 1948, e assombraria o mundo com o *Massacre de Sharpeville*, onde aproximadamente 200 pessoas foram feridas ou mortas pela simples resistência em aceitar uma identidade conferida pelo governo racista sul-africano, também se multiplicavam os movimentos de *alforria* política e social. Data dessa época, a condenação do grande líder negro sul-africano *Nelson Mandela* a prisão perpétua e o exílio de *Oliver Tambo*, ambos dirigentes do Congresso Nacional Africano (CNA), que por sua vez é colocado na ilegalidade acirrando o embate político forjando novos mártires na luta contra o Apartheid, como *Steve Biko*.

Essas vozes que assentavam uma identidade e reclamavam espaço num mundo – em particular o ocidental – que de forma veemente buscava sustentar a luta, no discurso da democracia, reverberaram em terras tupiniquins. Ao contrário dos Estados Unidos as questões raciais no Brasil sempre foram escamoteadas, negando a existência do conflito, que esteve sempre latente. Sempre se procurou caracterizar o Brasil como um país cordial, pacífico, sem preconceito, uma verdadeira democracia racial, não obstante serem visíveis as diferenças sociais entre o homem branco e o homem de cor, constituindo o que Maria Luiza Tucci Carneiro, chama de *Brasil imaginado*. ³⁶⁴

A abolição da escravatura no final do século XIX procurou atender uma demanda do capitalismo brasileiro que necessitava aumentar a produtividade e redirecionar os capitais para setores mais lucrativos, obviamente minimizar a pressão

³⁶³ Utilizo aqui uma expressão cunhada por Louis Althusser.

³⁶⁴ CARNEIRO, Maria Tucci. *O Racismo na História do Brasil*. Col. História em Movimento. São Paulo: Moderna, 1998.

internacional que tinha interesse no fim da escravidão e na subsequente implantação do trabalho assalariado, ampliando o mercado consumidor. Contudo, é importante salientar, que antes da abolição, já existiam muitos movimentos de cunho libertário conduzidos pelos próprios negros, que inclusive pregavam uma emancipação a *fórceps*. Portanto, é importante frisar que os negros nunca foram passivos, por mais que as condições de resistência conduzissem à morte. A “liberdade oficial”, proporcionada pela lei Áurea, não foi acompanhada pela sua subsequente incorporação na sociedade dos brancos.

Diante desse quadro de difícil inserção no mercado de trabalho, agregar-se-ia o forte preconceito da sociedade em aceitar o livre trânsito desses elementos no cotidiano dos brancos, ficariam sujeitos aos piores empregos ou resvalariam para a criminalidade. Essa situação se arrastaria nas décadas posteriores. A ascensão social somente viria devido ao êxito de alguns, no esporte, na música, no cinema ou em uma outra atividade lúdica que o faça cair nas graças do homem branco. É exatamente nessa perspectiva que as revistas *PANORAMA* e *PARANÁ EM PÁGINAS*, tratam a questão. Em nenhuma de suas edições procuraram fazer o debate sociológico. Isso de certa forma é compreensível, uma vez que estas revistas estavam voltadas para um determinado segmento que via de regra, era branco e pertenciam a um segmento social – classe média – onde, poucas pessoas de cor ocupavam espaço, na temporalidade recortada.

As revistas estudadas não reservaram um espaço para o debate da questão racial no país, por mais que existissem organizações de afro-descendentes que reivindicasse uma maior inserção dos negros na sociedade brasileira. É bem verdade que as agremiações que surgiram ao longo dos anos sofreriam as pressões costumeiras do Estado brasileiro, quando relacionadas às organizações sociais. A primeira medida era criminalizar. Um exemplo emblemático é o caso da Frente Negra Brasileira, da década de 1930, que foi cassada na ditadura Vargas. Outros movimentos que vieram não se sustentaram – por questões diversas – e durante a Ditadura Militar, os que sobreviveram, tiveram que atuar na clandestinidade. Somente na década de 70, os movimentos de consciência negra surgiram com alguma força, graças a uma maior escolarização desse segmento, que lhes permitiram enxergar o quadro social brasileiro com mais nitidez. As revistas *PANORAMA* e a *PARANÁ EM PÁGINAS*, por circularem num estado, predominantemente de etnia branca e com a presença de forças políticas

ultraconservadoras – é importante lembrar que o integralismo, no Paraná foi muito atuante e a TFP, possuía muitos adeptos – que não enxergavam importância nesse debate, tenha levado esses meios de comunicação a um certo distanciamento do tema. Essa última faria uma matéria, reforçando a tese *freiriana* de democracia racial, a fim de demonstrar as diferenças de tratamento e de relacionamento entre o negro brasileiro e o negro norte-americano, procurando escamotear as profundas desigualdades existentes.

É muito esporádico encontrar, longe de atividades obrigatórias de serviços, branco e negro em contato amistoso, como se observa tão normalmente no Brasil. Não se pode negar que esta situação favorável brasileira foi resultado de uma adaptação e liberdades mais convenientes, proporcionadas aos negros. Comparando-se a história norte-americana e a nossa, em se tratando de escravidão, nota-se que o tratamento sul-americano aos pretos, muito contribuiu para que hoje, praticamente inexista no Brasil o problema racial.³⁶⁵

3.5 - A arte vanguardista – Das artes plásticas a Sétima arte

Em contraposição ao hermetismo da arte moderna, o inglês *Lawrence Alloway* cunharia a expressão *pop art*, na tentativa de demonstrar que a arte devia se libertar dos círculos aristocráticos e não era para o deleite de alguns e, muito menos teria que estar encarcerada nos museus e galerias. A arte podia estar presente no cotidiano das pessoas e nos produtos que consumiam - material ou imaterial - e, fundamentalmente, acessível aos integrantes das classes sociais menos favorecidas intelectualmente. Esse movimento artístico seria fortemente influenciado pelas transformações econômicas do pós-guerra, fundamentalmente nos Estados Unidos, onde se observaria uma verdadeira revolução na produção material, o que ficou comumente conhecido como a *Terceira Revolução Industrial* ou ainda *Revolução Tecnológica*. Lançavam-se assim as bases para a *contracultura* nas artes, que romperia com os cânones do conservadorismo artístico-cultural. *Andy Warhol*³⁶⁶ inauguraria, nos Estados Unidos, uma arte subversiva, que

³⁶⁵ PARANÁ EM PÁGINAS, em “Problema racial, o drama dos Estados Unidos; falta de educação o mal do Brasil”, nº 59, janeiro de 1970, p. 09.

³⁶⁶ Warhol inaugura a *pop art* nos EUA, na década de 60, utilizando, de forma irônica, objetos de consumo de massa, como a coca cola, imagem de M. Monroe dando um caráter de futilidade.

debochava da sociedade de consumo ³⁶⁷, ao mesmo tempo em que dela se apropriava para a realização de seu vernissage itinerante e instantâneo.

No Cinema, os musicais *Mary Poppins* e a *Noviça Rebelde*, produzidos na metade da década e estrelado por *Julie Andrews*, consolidam um gênero que nasce após a II Guerra, ganhando popularidade na década de cinquenta, atingindo seu auge na década seguinte – a “época de ouro” dos grandes musicais –, passando a reproduzir os grandes espetáculos da Broadway. Contudo, ainda era forte a presença nas salas de cinema do mundo todo de filmes de *western* americano – um autêntico símbolo do cinema norte-americano, no dizer de *André Bazin* ³⁶⁸ – granjeando grande popularidade para *Clint Eastwood*, sucessor da lenda *John Wayne*. As mega-produções cinematográficas norte-americanas concorriam com as comédias italianas – a década de sessenta foi a época de ouro da comédia italiana – e com os inúmeros filmes italianos de faroeste, denominados *western spaghetti*, de qualidade altamente duvidosa, mas de surpreendente aceitação do público. É justamente nessa década que aparece os versáteis e polêmicos diretores de cinema francês que iriam compor a *Nouvelle Vague*. É dessa *vaga* do cinema-arte que surgem *Claude Chabrol*, *Jean-Luc Godard* e *François Truffaut* tentando imprimir uma narrativa intimista e sem preocupações morais, típicas dos filmes hollywoodianos. No mundo do desenho animado, o impagável *Mr. Magoo*, um velhinho míope e ranzinza, que fazia muita trapalhada devido ao seu problema de visão e atormentava a vida do sobrinho, fazia sucesso em muitos lares mundo afora. Subliminarmente percebia-se uma sutil crítica a sociedade americana do pós-guerra consumista e exageradamente autoconfiante.

A revista *PANORAMA* captaria essa evolução do cinema mundial. As produções norte-americanas e francesas dos anos cinquenta e sessenta eram divulgadas na seção *Aqui cinema* e na seção *Cinerama*. O cinema brasileiro também tinha seu espaço, com destaque para as comédias de Oscarito e Grande Otelo e mais tarde os filmes de Mazzaropi que fariam enorme sucesso. Era a época, também do Cinema Novo que revelaria grandes atores. Duas grandes empresas cinematográficas disputavam os melhores roteiros e os melhores artistas da época: Atlântida (Rio de Janeiro) e Vera Cruz (São Paulo). A revista *PANORAMA*, por conta de um de seus redatores, o cinéfilo

³⁶⁷ Adorno e Horkheimer iriam cunhar a expressão “indústria cultural”, na década de 20, para caracterizar esse fenômeno da fase ascendente do capitalismo

³⁶⁸ BAZIN, André. *Qu'est ce le cinéma?* Paris, Les Ed. Du Cerf, 1990.

Hermes Astor conseguia divulgar os lançamentos cinematográficos em cartaz no Brasil e em particular em Curitiba. Amiúde, uma matéria sobre um astro ou estrela do cinema. Com isso a revista justifica seu perfil de veículo de cultura e lazer. É importante notar que as películas divulgadas, de um modo geral, não produziam muita reflexão, uma vez que o objetivo era apenas entretenimento. Alguns como *O Cangaceiro*, de Lima Barreto de 1953, exporiam as mazelas do nordeste brasileiro, contudo não tinha a intenção de fazer uma denúncia sócio-econômica daquela região do Brasil, mas apenas proporcionar lazer ao espectador. O Cinema Novo, que tinha esse perfil, recebia apenas uma nota de pé de página da revista ³⁶⁹.

Na televisão – que era privilégio da classe alta e média brasileira – fazia sucesso nos Estados Unidos, uma série da NBC, *Dr. Kildare* e uma outra na ABC, *Ben Casey*, abordando uma mesma temática: drama médico. Ambas ficaram no ar por cinco temporadas e são consideradas as séries de maior sucesso até hoje na televisão. A série *A Feiticeira*, que retratava a vida de uma família de classe média estadunidense e de uma mulher que, a despeito de seus “superpoderes” era submissa ao marido, foi um estrondoso sucesso no Brasil. Foi uma das séries mais longevas da história da televisão mundial. A série *Jeannie é um Gênio* repete, de certa forma, o modelo da série *A Feiticeira*, onde se coloca em relevo o papel de submissão da mulher – a personagem, *Jeannie*, refere-se ao seu “libertador” como *amo* –, apesar de também possuir poderes excepcionais, não consegue livrar-se da dominação masculina. Incluída na categoria de ficção científica, a série *Terra de Gigantes* faria enorme sucesso nos países onde foi comercializada, inclusive o Brasil. Entretanto, percebe-se nitidamente o viés ideológico imprimindo no seriado, numa clara alusão a uma suposta sociedade autoritária que a União Soviética representaria. Uma outra série de ficção científica de fabuloso sucesso entre a criançada era *Perdidos no Espaço*, onde se inovava no uso sofisticado de efeitos especiais. Contudo, nenhuma série, independente do gênero, faria tanto sucesso quanto *Jornadas nas Estrelas*. Foram seis temporadas – com quase oitocentos episódios – com o elenco original. O sucesso foi tamanho que, nos anos oitenta, surgiria a *geração II* e nos anos noventa a *geração III*. Foram realizados mais de dez filmes, histórias em quadrinhos, livros, brinquedos, até um fã clubes, os *Trekkies*. Essa série sempre

³⁶⁹ Foi o caso do filme, “*Deus e o diabo na Terra do Sol*” (1963) e “*Terra em Transe*” (1967), de Glauber Rocha.

procurou inserir temas que estavam em debate pela sociedade, como autoritarismo, pacifismo, sexismo, etc. Claro que sempre na lógica dos norte-americanos.

O televisor era um artigo de luxo até os anos sessenta. As marcas Zenith, Admiral, Phillips e Colorado RQ, para citar as mais conhecidas na época estavam presente em poucos lares. O *Repórter Esso* da TV Tupi, criado em 1953, marcaria uma época, levando a informação, as últimas notícias a uma seleta parcela da população, que tinha acesso ao aparelho, que tinha preço muito acima das possibilidades da maioria dos brasileiros, tornando-se em pouco tempo o sonho de consumo de todos os brasileiros. As revistas *PANORAMA* e *PARANÁ EM PÁGINAS*, através dos anúncios de casas comerciais de tradição e prestígio em Curitiba, levava o leitor às últimas novidades em aparelhos de televisão, à disposição do cliente nas lojas Prosdócimo, Hermes Macedo, Loja Miami ³⁷⁰, etc.

3.6 - Debate religioso

A Igreja desde tempos remotos teve uma forte influência nas sociedades que se constituíram no mundo ocidental. Em determinadas temporalidades, como na Idade Média, a plenipotência do clero o fez ser odiado e temido. Sua condição de mediador entre o homem e Deus, tornaria seus próceres em indivíduos extremamente poderosos, constituindo verdadeiros senhores da vida e da morte. O discurso religioso do medievo era orientador das condutas, dos comportamentos, dos projetos de vida, etc., contrariá-lo era sinal de blasfêmia e passível de condenação eterna, de desassossego espiritual. A vida cotidiana era guiada pelas determinações eclesiásticas. A fusão do poder político com o espiritual proporcionaria a Igreja Cristã no período, um poder e uma inserção social, política e econômica, jamais alcançado por qualquer outra organização ao longo da história do homem. A ruptura política-religiosa provocada pela Reforma Protestante no século XVI, não tiraria do cristianismo, no mundo ocidental a capacidade de influenciar e de conduzir os destinos dos fiéis.

Como já foi, sobejamente explorado pelos historiadores, o processo de conquista da América, não teria sido tão bem sucedido, se por ventura, os monarcas europeus

³⁷⁰ Estabelecimentos comerciais que surgiram nos anos cinquenta e desapareceram nos anos oitenta.

prescindissem do trabalho ideológico dos religiosos. Os indígenas americanos, literalmente se genuflectiram diante da oratória salvacionista dos abnegados sacerdotes. A força do crucifixo foi, em muitas ocasiões, mais eficiente que o bacamarte.

Pode-se afirmar que o Brasil foi colonizado sob a égide do cristianismo. E dentro dessa égide se desenvolveu. As instituições que se ergueram no Brasil, nas suas distintas fases políticas, sempre tiveram o beneplácito da Igreja, muitas vezes posando de protagonista nos destinos do país, tanto no sentido de conservação do *status quo* – a Igreja no governo monárquico – quanto no sentido de subversão – no caso da Revoltas Liberais. A república brasileira se declararia Estado laico, mas, no entanto, não pretendia, seguramente, prescindir dos serviços dessa instituição, mas sim colocá-la na condição de coadjuvante e, fundamentalmente, como depositária dos valores morais, tão caros a uma sociedade que se pretendia moldar aos interesses das classes produtoras. Era de fundamental importância que a Igreja – entre outras instituições – fosse a *cabeça de ponte* ideológica dos interesses – de toda ordem – da elite, que se construía político e materialmente às expensas de milhares de trabalhadores rurais e urbanos.

Na formação do patronato político brasileiro, como nos diz FAORO³⁷¹, a Igreja Católica sempre contribuiu para a construção política de regimes discricionários, sempre ocupando lugar de destaque no palanque erigido pelas oligarquias que se apropriaram do Estado, ao longo da história do Brasil. Vitor Nunes Leal³⁷², que de forma brilhante demonstra isso ao relatar o *modus operandi* dos coronéis, figura política muito temida no nordeste brasileiro e sua relação com o clero. O que se pode observar, ao visitarmos a história do Brasil, é a relação íntima – e até promiscua – que a Igreja teve com os donos do poder no país, contribuindo para que essa elite política colocasse uma parcela significativa da população sob sua tutela.

Fundamentalmente, a partir da segunda metade do século XX, forças políticas de esquerda, viriam a combater essa interferência, que chamavam de perniciosa, da Igreja na sociedade brasileira, a exemplo do que já tinha ocorrido na Europa e na Rússia, em particular, em 1917. Esse recrudescimento político e ideológico por parte dos comunistas, fez com que a Igreja se rearticulasse a fim de combater um inimigo capcioso e que vinha angariando simpatias, principalmente entre os jovens e no lumpen-

³⁷¹ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Vols. 1 e 2. 12ª edição. São Paulo: Globo, 1997.

³⁷² LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

trabalhador. Com o fim da Segunda Grande Guerra e com a posterior bipolarização político-ideológica do mundo, estampada na denominada *guerra fria*, se aprofunda o acirramento entre a Igreja, agora firmemente imbuída no combate às forças do mal, simbolizadas no comunismo; e às forças de esquerda que viam a Igreja divorciada daqueles que dela mais precisavam: os pobres, os desafortunados. É justamente na defesa dos valores cristãos e “democráticos” que, tanto a Revista *PANORAMA*, quanto a *PARANÁ EM PÁGINAS*, cerrariam fileiras.

A revista *PANORAMA*, por intermédio de seu editor, Adolfo Soethe, um cristão fervoroso, publicaria matérias que realçavam o papel da Igreja na luta contra o ateísmo apregoado pelo comunismo. Sempre que podia, abria espaço nas páginas da revista para o clero comprometido com essa luta. Uma dessas vozes era do bispo católico ultraconservador de Nova York, Fulton J. Sheen, que aparecia numa matéria de 1955, exortando o comunismo e conclamando os cristãos a cerrarem fileiras contra “*essa praga que atormentava os mais incautos.*”³⁷³ Cinco anos depois, a revista faria uma enorme cobertura do VII Congresso Eucarístico Nacional, onde se reafirmaria a posição da Igreja católica em defesa dos valores cristãos e o repúdio contra ideologias agnósticas. Outro personagem importante do clero conservador brasileiro que ocuparia as páginas da revista era o bispo D. Geraldo Sigaud, um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), na década de 1960. Esse bispo lideraria vários movimentos que se contrapunham à reforma agrária nos anos sessenta, além de ser um fervoroso crítico da corrente progressista da Igreja católica, denominada Teologia da Libertação. Escreveria ele numa matéria que se contrapunha a Reforma agrária no país: “*Seguindo uma tática uniforme e conhecida, o comunismo procura abalar tudo o que está firme na sociedade ocidental e cristã, para assim conseguir a inteira destruição do edifício, cuja ruína jurou alcançar. Revoltas, greves, arruaças são os meios com que trabalham a seita moscovita no seio das aglomerações humanas.*”³⁷⁴

Em uma outra edição de 1953, ele reafirmava que se porventura, os comunistas obtivessem êxito, era culpa dos cristãos que não se prepararam devidamente para o embate e que, “*... não se diga que o cristianismo falhou porque não solucionou os*

³⁷³ *PANORAMA*, fevereiro de 1955, em “A luta contra o desafio comunista”, p. 12.

³⁷⁴ *PANORAMA*, de maio/junho de 1953, p. 102.

grandes problemas da humanidade. Se estes não foram devidamente resolvidos é porque os homens não aplicaram os ensinamentos contidos nos evangelhos.”³⁷⁵

A revista *PANORAMA*, na figura de seu editor reforçaria a necessidade de todos os cristãos estarem empenhados na defesa da sociedade ocidental cristã. Ela assinalava para importância de “sabermos” diferenciar os discursos de Cristo com o daqueles que maculavam seu nome. Em *Satã ou Cristo?*, assim ele colocava a questão, utilizando os argumentos do padre Lombardi para traçar um paralelo entre o discurso de Pio XII e o de Stalin:

... ambos falam de guerra, mas de que guerra? O santo padre transporta-se para os dias de Átila: hoje não é o homem o inimigo que espreita a humanidade, não é sequer um exército: é um espírito, o espírito da revolta contra Deus e contra Cristo (...) pois todos os meios se trabalha para separar o humano do divino, (...) aí está a guerra assinalada pelo Papa: no laicismo da cultura e do direito, na amoralidade da economia, e da imoralidade política.³⁷⁶

Outro nome de peso do clero conservador que mereceria destaque nas páginas da revista *PANORAMA* era o arcebispo metropolitano de Curitiba por 20 anos, d. Manuel D’Elboux. Ele foi um dos fundadores da *Liga das Senhoras Católicas*³⁷⁷, que no Paraná, congregou a nata da elite feminina Paranaense em defesa dos princípios cristãos. Ele foi o fundador da Universidade Católica do Paraná, em 1953. Diante de tamanho prestígio, a revista lhe renderia homenagem na matéria: “D. Manuel, o arcebispo”³⁷⁸, de 1968. E numa outra, no mesmo ano: “Suas excelências reverendíssimas”³⁷⁹, na ocasião de um encontro de bispos. O colunista Samuel Guimarães da Costa faria uma dura crítica aos padres que se engajavam nas lutas sociais, que ele enxergava como inadmissível. Dizia ele que,

Não só no Brasil, como em outros países latino-americanos muitos padres perderam ou estão perdendo o equilíbrio próprio do eclesiástico, alguns inclusive. No melhor estilo de “Che” Guevara, como foi o caso do chamado “cura vermelho” Camilo Torres ou do padre Zaffaroni, do Uruguai, ao anunciar pela tevê que “chegou o momento de empunhar a metralhadora.”³⁸⁰

³⁷⁵ *PANORAMA*, março de 1953, p. 52-53.

³⁷⁶ *PANORAMA*, março de 1953, p. 57.

³⁷⁷ Existe até hoje como entidade filantrópica, mas com outro nome: *Liga Solidária*.

³⁷⁸ *PANORAMA*, abril de 1968, p. 32.

³⁷⁹ *PANORAMA*, agosto de 1968, p. 44.

³⁸⁰ *PANORAMA*, setembro de 1968, em “*Formação democrática do clero brasileiro*”, p. 59-61.

A revista PARANÁ EM PÁGINA, também teceria críticas ao chamado *modernismo* da Igreja católica e, particularmente aos sacerdotes que utilizavam métodos pouco convencionais para levar os ensinamentos cristãos aos fieis. A matéria afirmava que havia uma certa confusão entre os caminhos que levam a evangelização, pois – esclarecia a matéria –

Para muitos a atualização da Igreja é ver um padre, com uma viola debaixo do braço, apresentando-se num canal de televisão, cantando músicas profanas, contando piadas não recomendáveis, (...) a atualização da Igreja quer dizer: levar para mais longe as verdades evangélicas, converter os transviados; viver mais perto dos desamparados, levar alívio e consolo aos enfermos,...³⁸¹

Esse comportamento ultraconservador do Paranaense pode, de certa forma, ser explicado pela composição étnica do Paraná, ou colocando em outros termos, pelo processo de colonização e ocupação dessas terras. Como nos mostra NADALIN, “*o Paraná teria sido povoado por dois núcleos. O primeiro (...) vindo do Rio de Janeiro. O segundo concerne aos bandeirantes paulistas*”³⁸², ambos lusitanos e, como se sabe, de forte tradição cristã. Passam-se as décadas e os séculos e, gradativamente os descendentes daqueles portugueses ocupam glebas maiores de terras, naquele que se constituiria o Estado do Paraná, fundando vilas e espalhando seus hábitos e a cultura, orientados direta e indiretamente pelos ideais cristãos. A partir das primeiras décadas do século XIX, o Brasil receberia levas de imigrantes, primeiramente oriundos da Europa Central, de forte tradição luterana, cuja matriz, também é cristã. Entretanto foi somente da proclamação da independência é que “*ficou mais evidente a preocupação de ocupar as províncias meridionais*”³⁸³. A cidade de Rio Negro se estabelece com a vinda desses primeiros imigrantes alemães para o Paraná. Na metade do século XIX, novas levas de imigrantes chegavam ao Estado: franceses (Colônia Thereza) e suíços, alemães e franceses (Colônia do Superaguy). Outro povo de forte tradição religiosa também migraria para o Brasil, na segunda metade do século XIX, os italianos. No final desse século, aumentaria a pressão para por fim a escravidão, o que implicava em criar mecanismos de atração de mão de obra estrangeira. A criação da Província do Paraná,

³⁸¹ PARANÁ EM PÁGINAS, fevereiro de 1966, p.39.

³⁸² NADALIN, S. Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Col. História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001, p. 37.

³⁸³ Idem, p. 66.

em 1853, facilitaria a alocação de imigrantes no território. O Paraná fora seletivo nesse processo migratório, a exemplo de outras regiões do Brasil, também propugnaria uma lógica racista, que evitava o ingresso de negros, mesmo morigerados, a fim de não prejudicar a tentativa de branqueamento da sociedade paranaense que se edificava. Podemos conjecturar que a Igreja toma parte dessa política segregacionista. Era a Igreja compactuando com as premissas do darwinismo social. No apagar das luzes do século XIX, o Paraná recebia, e em particular Curitiba, colonos de origem polonesa, outro país de larga tradição religiosa. Muitos desses colonos fixaram-se em pequenas propriedades, conquistadas arduamente, daí forjarem um sentimento de propriedade tão forte, que contribuiria para a constituição de um pensamento conservador, que seria alicerçado pelos discursos da Igreja Católica que alertava os colonos da ameaça de coletivização das terras pelos comunistas.

Conhecendo, mesmo que minimamente, o processo de ocupação das terras que, hoje constitui o Estado Paraná, possamos também entender, a construção de um imaginário conservador, edificado sob os auspícios da Igreja Cristã, notadamente a Católica. De posse dessas informações, podemos aprofundar nossas reflexões a cerca da influência que essa Igreja teve no Estado, na consolidação de um pensamento conservador, refratário, que serão reproduzidos nos dois mensários examinados.

Se a Igreja Católica foi parceira do Estado na ocupação das terras paranaenses, não seria de se estranhar, que essa instituição, tradicionalmente conservadora fizesse a defesa da posse da terra pertencentes aos grandes latifundiários – termo que o bispo Geraldo Sigaud relativizava – que exploravam os camponeses. O referido bispo escreveria uma matéria sobre a Reforma Agrária, onde ele afirma que não poderia ser “*quebrada a tradicional estrutura dessa coluna mestra da ordem no Brasil*”.³⁸⁴ Portanto, toda a luta que se travaria em prol da reforma agrária, seria árdua, pois encontraria o segmento conservador da Igreja católica – a maioria – e os latifundiários do mesmo lado. D. Geraldo Sigaud, repetiria a mesma ladainha em 1961, em “*Reforma Agrária é comunismo*”³⁸⁵, onde apontava os perigos de uma reforma no campo, conduzida pelos esquerdistas que estavam no governo. Ele seria um dos fundadores da *Frente Agrária Paranaense*, agremiação que agregava os fazendeiros e parlamentares de

³⁸⁴ PANORAMA, junho de 1953, p. 32.

³⁸⁵ PANORAMA, agosto de 1961, p. 10.

direita que se opunha ao projeto de reforma agrária que tramitava no Congresso Nacional.

Já sobejamente explorado o quando a Igreja católica conservadora deu guarida àqueles que conspiraram contra o governo, além e participar em muitas ocasiões em manifestações contra o governo João Goulart ³⁸⁶. Foi justamente esse segmento da Igreja Católica que organizou as famosas marchas da Família com Deus pela Liberdade que contribuíram para o enfraquecimento político do presidente. Mesmo depois do golpe, a direita católica manteve-se articulada e em ação. A cruzada do Rosário em Família, organizada e difundida pelo padre Patrick Peyton, obteve enorme sucesso no Brasil. Em Curitiba, a revista *PANORAMA* registraria a passagem do religioso, num evento grandioso no Centro Cívico. ³⁸⁷ Com a vitória dos conservadores em 1964, esse segmento da igreja ficou muito a vontade para opinar sobre os mais diversos assuntos da vida nacional, dando especial atenção para aqueles que afetavam a família. Em “*A igreja e o controle de natalidade*”, se posicionaria frontalmente contrária ao uso de anticoncepcionais, as chamadas pílulas antibaby ou pílulas anovulatorias, bastante difundidas na época. A revista esclarecia a posição da Igreja: “*O que ela proíbe e declara imoral é o emprego de métodos anticoncepcionais contrários a finalidade do matrimônio*”. ³⁸⁸

Durantes os anos cinquenta e sessenta as revistas cotejadas abrigaram o pensamento conservador da Igreja Católica, o que contribuiu para consolidar o perfil, igualmente conservador dos periódicos que foi lido por uma parte significativa da classe alta e média da sociedade paranaense.

³⁸⁶ CODATO, Adriano; OLIVEIRA, M. Roberto. *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. In revista brasileira de história. São Paulo, v.24, nº47, 2004, p. 271-302.

³⁸⁷ *PANORAMA*, em “300.000 fiéis rezaram o terço em praça pública”, de janeiro de 1965, p. 6-10.

³⁸⁸ *PANORAMA*, julho de 1965. págs. 41-42.

CONCLUSÃO

As revistas cotejadas, *PANORAMA* e *PARANÁ EM PÁGINAS*, nasceram nas décadas de 1950 e 1960 respectivamente e, portanto, vivenciaram o intenso embate ideológico desse período, que colocava Estados Unidos e União Soviética empenhados em buscar adesões de outros estados nacionais aos seus ideários políticos no cenário da *guerra fria*. A *PANORAMA*, mais antiga, surgiria na esteira de outras revistas regionais voltadas para cultura geral, como a *Revista do Globo*, do Rio Grande do Sul e a revista *Alterosa* de Minas Gerais. Todas essas revistas circularam em uma época que duas revistas semanais de alcance nacional fazia muito sucesso, as revistas *O Cruzeiro*, de Assis Chateaubriand e *Manchete*, de Adolfo Bloch. Eram revistas de variedades que faziam prosélitos aos governos de plantão - a fim de não serem incomodadas - sem, no entanto, serem assumidamente ideológicas, pois, pelo seu formato, atingiam um público mais plural. As notícias que veiculavam tinham maior efemeridade. As revistas inicialmente citadas, buscavam um público mais seletivo, de gosto supostamente mais requintado, daí as reportagens possuírem um caráter mais duradouro, de eventual consulta. No caso da revista *PANORAMA*, o editorial deixava claro o viés ideológico com que a revista iria tratar os assuntos referentes à política e sociedade: decididamente direitista. A revista *PARANÁ EM PÁGINAS*, surge pouco mais tarde, quando já estava instalado o regime militar no Brasil, tinha um perfil um pouco diferenciado, pretendia ir além de uma revista meramente cultural e de variedades. Tinha a pretensão de ser uma revista de suporte a determinadas profissões liberais (como demonstrava no expediente), além de subsidiar de informações relevantes aos próceres do serviço público e privado.

Percebe-se que as revistas esquadrinhadas tiveram apoio do empresariado Paranaense para que fossem viabilizadas comercialmente, pois, casas comerciais de renome; empresas industriais consagradas e casas bancárias sólidas anunciavam nas revistas. É importante assinalar que até a década de 1980, a revista *PARANÁ EM PÁGINAS* era distribuída gratuitamente. Essa distribuição era estrategicamente demarcada, ou seja, não chegava - a rigor - ao público em geral diretamente. No caso específico da revista *PANORAMA*, sua sustentação econômica foi possível por muitos anos - e o que se depreende - graças à comercialização dos espaços publicitários às grandes empresas Paranaenses - ou sediadas no Paraná - vinculadas a *Associação*

Comercial do Paraná (na época ACOPA, atualmente ACP) cujo presidente, – na década de 1960 – Oscar Schrappe Sobrinho que tornar-se-ia proprietário da revista na metade da década de sessenta. O empresário Oscar Schrappe Sobrinho esteve envolvido, nas décadas de cinquenta e sessenta com a militância de direita, sendo um dos organizadores das marchas contra o governo João Goulart em Curitiba, era portanto, um homem vinculado àquilo que René Dreifuss chama de *elite orgânica* que contribuiria de maneira decisiva para o golpe militar de 1964 e nos anos subsequentes daria sustentação ao regime. A ilação que fazemos é que, o empresário aludido, enxergou na revista *PANORAMA*, muito mais que uma perspectiva de bom negócio. Vislumbrou a possibilidade de veicular o pensamento conservador – portanto, de direita, conforme nosso entendimento – a um público mais ampliado, ou seja, que extrapolava a fronteira da elite Paranaense. Na realidade, o então editor, Adolfo Soethe já vinha fazendo isso com muita maestria e granjeando novos adeptos a cada edição. No entanto, o que faltava era um aporte financeiro maior, a fim de multiplicar o número de exemplares nas edições posteriores. Foi exatamente o que ocorreu. Em poucos anos a publicação passaria de 2 mil exemplares – sem uma periodicidade definida – quando era editado em Londrina, no começo da década de cinquenta para 40 mil exemplares na metade da década seguinte. Um salto impressionante, que somente foi possível com o ingresso de Oscar Schrappe Sobrinho na revista. É importante salientarmos que a linha editorial não muda absolutamente nada, mantendo-se inclusive Adolfo Soethe como editor chefe, do agora mensário.

Uma outra fonte de financiamento, de ambas as revistas, advinha das inserções publicitárias de empresas estatais – notadamente Paranaenses – o que aparentemente não representava nada de anormal, pois, outras revistas – e jornais – de circulação regional e nacional, também se utilizavam dessa fonte para viabilizar suas empresas. Todavia, seguindo a mesma lógica das empresas privadas, nenhuma empresa pública iria investir num veículo de comunicação que eventualmente pudesse colocá-la em situação constrangedora. Seguindo uma lógica elementar da publicidade, o cliente somente investe naquilo que pode lhe dar retorno, seja da popularização de seu produto – que alavancaria suas vendas – ou na divulgação da imagem da empresa – positiva, obviamente – perante seu público alvo. Daí concluirmos que havia uma consonância muito grande entre o conteúdo propagado pelas revistas – fundamentalmente, no que

dizia respeito das questões políticas – e a concepção de mundo dos governantes, que em última análise afiançavam tais inserções publicitárias. O caso da revista *PARANÁ EM PÁGINAS* é emblemático. Em determinadas edições a revista adotaria uma postura digna de um *Diário Oficial*, abusando do proselitismo. Dedicando reportagens imensas em enaltecer a gestão de um determinado governante, cuja administração, coincidentemente, era benevolente em adquirir os espaços publicitários do periódico. Abandonando, seja por pressão do editor ou por necessidade de sobrevivência, as análises mais críticas ou investigativas, própria do *bom* jornalismo. Esse conluio com o poder – em todas suas esferas – foi fundamental não somente para a sustentação financeira das revistas, mas fundamentalmente, para a reafirmação e difusão de uma concepção de mundo, como já foi sublinhado.

Na década de 1960, as editoras que publicavam as duas revistas já tinham seus respectivos *staffs* profissionalizados – na revista *PARANÁ EM PÁGINAS*, ainda reinava algum amadorismo – e sob orientação de mercado de agências publicitárias, passam a disputar grandes *contas* (clientes), que seguramente garantiria a saúde financeira da empresa jornalística. Uma eventual perda de clientes traria, evidentemente prejuízos à *qualidade* do produto. Daí investirem em mais proselitismo: os informes publicitários. Cadernos inteiros dedicados – matéria paga – a administração do poder executivo do estado ou município. Passaram ser comum, matérias que apresentavam determinados municípios sob a ótica do administrado do momento. Portanto, eram reportagens laudatórias, sem nenhum caráter investigativo. A conclusão que fazemos, é que essas inserções eram oferecidas ao poder executivo local, mediante pagamento. Não era, como os incautos poderiam imaginar, simples publicidade do município. A revista *PARANÁ EM PÁGINAS* abusaria desse artifício para aumentar sua receita e ao mesmo tempo ampliar a satisfação de seu potencial cliente. Pelo que pode observar, nas edições do final da década de sessenta foi um completo comprometimento do veículo de comunicação supra citado com a administração Paulo Pimentel, a quem reservaria generosas matérias enaltecendo sua pessoa, bem como sua gestão. Cabe assinalar que, desde o início da campanha eleitoral de 1966, ao governo do estado, a revista já se mostrava muito simpática ao nome do ex secretário de agricultura de Ney Braga. Cobraria a fatura desse apoio em sua futura administração.

O que se depreende que a tão propalada independência – num sentido amplo – das revistas, que era evidenciado nos editoriais e expedientes, não era perceptível na composição das matérias jornalísticas e nos editoriais. Fazia-se claramente uma opção política e ideológica, não obstante haver um bom percentual de fisiologismo presente em suas páginas. Essa posição, como já assinalamos, era de *direita*, compactuando com o pensamento da elite empresarial da época, adversária ferrenha das teses socialistas, que, em certa medida financiava as revistas; de amplos segmentos do clero católico que temiam pelos efeitos na Igreja, numa eventual esquerdização do país; das elites agrárias que abominavam a idéia de reforma agrária, seja qual fosse seu perfil e da classe média, que por influência dos segmentos listados, adquiririam um pavor a tudo o que, supostamente representava o comunismo ou genericamente, o esquerdismo.

Sem querer enveredar para uma análise maniqueísta, o que se depreende é que esses periódicos estiveram a serviço dos interesses da classe dominante Paranaense – que se coadunava com os interesses da elite orgânica do restante do país – e serviram de *correia de transmissão* do pensamento desse segmento, com o escopo de substanciar o discurso da *classe média conservadora*, que era muito voluntarista, disciplinada, mas despolitizada, a concepção da elite orgânica. Portanto, uma ilação que se pode fazer é que por meio das revistas seria possível agregar fundamentos ao discurso da classe média brasileira, para que seus pares se apropriassem de novos elementos da vida política, econômica e cultural do país, a fim de reafirmar a necessidade de estarem atento as supostas manobras *esquerdistas* para a tomada do poder. No nosso entendimento, a necessidade de instrumentalizar teoricamente os setores médios da população atendia a uma dupla finalidade: a) ampliar a adesão desse segmento nas organizações de *direita* que se constituíam, principalmente nas capitais brasileiras. Dando assim, uma condição mais coesiva às lutas políticas que as *elites orgânicas* acreditaram que ocorreria, caso o *esquerdismo* brasileiro se agigantasse; b) atingir a classe trabalhadora –assalariada, que poderia, por conta de sua suposta incompreensão das questões políticas e econômicas, poderiam ser mais facilmente manipuladas pela *esquerda*, utilizando-as para seus propósitos. Caberia a classe média que tinha maior trânsito naquela coorte fazer uma intervenção, no sentido de neutralizá-la para a luta que se avizinhava.

Esse expediente poderia funcionar muito bem num estado de forte tradição conservadora. E em nossa análise funcionou, pois, a classe média, de um modo geral sempre foi suscetível às opiniões manifestadas – sobre qualquer coisa – das classes mais abastadas e dos religiosos, ganhavam uma conotação de discurso de autoridade e, portanto, de pouco questionamento. Aquele segmento mesocrático que questionou foi para a oposição e sofreu as agruras dessa condição, na temporalidade recortada. Ela representava. O que percebe nas articulações da direita orgânica é que era necessário tirar a classe média de uma certa ataraxia política. Era necessário colocá-la em movimento em prol dos caros valores ocidentais, então ameaçados por idéias exóticas e ímpias. Nesse sentido, as revistas em foco alimentaram ideologicamente a classe média Paranaense, consolidando seu espectro conservador.

No intuito de capturar esse segmento – a classe média conservadora – essas revistas circulavam estrategicamente nos escritórios dos profissionais liberais; nas antessalas de clínicas médicas; nas mãos dos médios e pequenos comerciantes; nas leituras – quase que obrigatórias – das chefias e sub-chefias do serviço público; subsidiavam as conversas das donas de casa, das classes média e alta; nos *pubs* e cafés, onde transitavam a elite intelectual e artística da cidade. E assim, na elucubração que fazemos as revistas atingiam seu intento.

Identificamos na revista *PANORAMA*, um elemento que em muito ajudaria o periódico cair nas graças dessa classe média conservadora, a religiosidade. Os quadros conservadores da Igreja católica, capitalizariam a seu favor o temor que a classe média conservadora construiu, por informações das mais diversas fontes, das supostas barbáries cometidas pelos comunistas em relação aos cristãos e utilizariam a revista para reforçar esse sentimento. É importante anotar que essa instituição desde os anos quarenta, estava assentada na declaração dogmática da *Munificentissimus Deus*, que produziu uma geração de clérigos ultraconservadores, herdeiros da *Divini Redemptoris*, que fariam um combate sem tréguas ao comunismo internacional. Por sua vez, A revista *PANORAMA*, tinha em seu editor, Adolfo soethe, um católico dos mais ortodoxos. A fim de dar substância às suas teses anticomunistas, lançava mão de argumentos religiosos para demarcar as supostas diferenças entre cristãos devotados e comunistas ateus. As várias matérias atinentes à Igreja Católica eram de sua autoria. Os bispos ultraconservadores, Geraldo Sigaud e Manuel D'Elboux, se pronunciavam

seguidamente na revista. A revista *PARANÁ EM PÁGINAS*, também abrigou entre seus redatores alguns religiosos – de menor envergadura hierárquica – que sempre se posicionaram contra das demandas dos segmentos progressistas da sociedade brasileira.

Acreditamos, portanto, que as revistas analisadas, na temporalidade selecionada, contribuíram, através de seu conteúdo conservador, para consubstanciar o discurso da classe média, em particular a conservadora, para que essa cerrasse fileira junto à classe mais abastada em defesa do ideário capitalista liberal e cristão e a reboque pudesse desarticular qualquer tentativa das esquerdas de poder cooptá-las para sua causa.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Marcio Moreira. *68 – Mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
- ARGOLO, José A; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto M. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais – Um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BAZIN, André. *Qu'est ce le cinéma?*. Paris: Les ed. du cerf, 1990.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo – a experiência vivida*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BENEVIDES, M^a Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- BERNARDET, Jean-Claude; RAMOS, Alcides Freire. *Cinema e história do Brasil*. Col. Repensando a história. São Paulo: Contexto, 1994.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.
- BORDIGNON, Gilberto Alves; PIOVESAN Silvonei Sérgio. *Impulso Paranaense*. Curitiba: Livrex edições Ltda, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRANDÃO, Antonio C.; DUARTE, Milton F. *Movimentos Culturais da Juventude*. 2^a edição. São Paulo: Moderna, 2004.
- BRANDI, Paulo. *Vargas – Da vida para a história*. 2^a edição revista. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1985.

CARNEIRO, M^a Luiza Tucci. *O Racismo na história do Brasil: Mito e realidade*. Col. História em movimento. 6^a edição. São Paulo: Ática, 1998.

_____. (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2002.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: Uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. *O que é ideologia*. 2^a edição. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHIAVENATTO, J. J. *O golpe de 1964 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1998.

CODATO, Adriano & DOS SANTOS, Fernando José (orgs.). *Partidos e eleições no Paraná: Uma abordagem histórica*. Curitiba: Editado pelo TRE-PR, 2008.

CODATO, Adriano & OLIVEIRA, Marcus Roberto. *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. In revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n°47, p.271-302, 2004.

CORDEIRO, Janaina Martins. “*Só a democracia para o Brasil!*” – *O discurso da legalidade e a ação política da campanha da mulher pela democracia (1962-1968)*. In XII Encontro regional de história. ANPUH –R J, 2006: Usos do passado.

COSTA, Bolívar. *O drama da classe média*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

COUTO, José Geraldo. *Brasil anos 60*. Col. Cotidiano da história. 10^a edição. São Paulo: Ática, 1997.

COUTO, Ronaldo da Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DECKES, Flávio. *Radiografia do Terrorismo no Brasil: 1964-1980*. São Paulo: Ícone, 1988.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *O jogo da Direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.

DIAS, Jr., José Augusto; ROUBICEK, Rafael. *Guerra fria – A era do medo*. Col. História em movimento. São Paulo: Ática, 1996.

DULLES, John. W. F. *Castelo Branco – A caminho da presidência*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1979.

FAZENDA, Ivani Catarina. *Educação no Brasil anos 60: O pacto do silencio*. São Paulo: edições Loyola, 1988.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Vols. 1 e 2. 12ª edição. São Paulo: Globo, 1997.

FAUSTO, Boris. *Getulio Vargas*. Col. Perfis Brasileiros. São Paulo: Companhia de Letras, 2006.

FICO, Carlos. *Reinventado o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

_____. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____(org.). *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

_____. *Razões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. In revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60 – 2004.

FILHO, Olympio Mourão. *Memórias – A Verdade de um Revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

FURTADO, José Alencar. *Salgando a Terra*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GIMÉNEZ, A. B. Wozniak. *O medo da “Revolução Social” na “Terra dos Pinheirais”: Imaginário Anticomunista na sociedade curitibana, 1947 – 1964*. Tese de Mestrado, UFPR, 2003.

GONÇALVES, Ângelo Barreiro. *A Igreja Católica e o golpe de 1964*. In revista *Akrópolis*, v. 13, nº 1, jan/março de 2005. Universidade Paranaense (UNPAR) – Umuarama.

GORENDER, Jacob. *A burguesia Brasileira*. Col. Tudo é história. 4ª edição. São Paulo; Brasiliense, 1985.

_____. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões à luta armada*. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

GRAEL, Dickson M. *Aventura, Corrupção e Terrorismo à Sombra da Impunidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GREMAUD, Patrick et Alii. *Economia Brasileira Contemporânea*. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIDENS, Antony. *Para Além da Esquerda e da Direita*. São Paulo: UNESP, 1996

HABERT, Nadine. *A década de 70*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1992.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. Annablume, São Paulo, 2005.

HELLER, Milton Ivan; DUARTE, M. De Los Angeles G. *Memórias de 1964 no Paraná*. Col. Brasil diferente. Imprensa Oficial do Paraná. 2000

_____. *Resistência Democrática/ A repressão no Paraná*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

- IGLÉSIAS, Francisco. *Industrialização brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LIMA, Décio Monteiro de. *Os senhores da direita*. Rio de Janeiro: Antares, 1980.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Col. História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.
- NAZZARI, Rosana Kátia. *Socialização política e construção da cidadania no Paraná*. 2ª edição. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- MACIEL, Luis Carlos. *Anos 60*. Porto Alegre: LP&M, 1987.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: Política e Governo*. SEED, 2001.
- MARANHÃO, Ricardo; ANTUNES, Mª Fernanda. *Brasil: Anos 50*. Col. Cotidiano da história. São Paulo: Ática, 1997.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-78)*. 2ª edição revisa. São Paulo: Global, 1980.
- MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e Economia no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MOURA, Rosa. *Paraná: meio século de urbanização*. In revista RAÍÇA, Curitiba, nº 8, págs. 33-44, 2004. Editora UFPR.
- MILLS, C. Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969.
- NADALIN, Sergio. *Ocupação do território, População e Migrações*. Curitiba: SEED, 2001.
- OLIVEIRA, Dennison. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). *A Construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no Paraná de 1930 até 1980*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2004.

PACKARD, Vance. *A revolução sexual*. Rio de Janeiro: Record, 1968.

PEREIRA, L. C. Bresser. *Economia Brasileira*. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura Militar no Brasil: Repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: Editora da UEL, 2001.

RIBEIRO, Belisa. *Bomba no Riocentro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

RODEGHERO, Carla Simone. *Religião e patriotismo: O anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da guerra fria*. Revista Brasileira de história. Vol. 22, nº 44, São Paulo, 2002.

ROSSI, Clóvis. *Militarismo na América Latina*. Col. Tudo é História. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A Queiroz, 1985.

SANTOS, P. Augusto Gomes. *A classe média vai ao paraíso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SCHILLING, Paulo. *Como a direita se coloca no poder*. Vols. 1 e 2. São Paulo: Global, 1979.

SILVA, Hélio. *1964 – Vinte anos de golpe militar*. Col. Universidade livre. Porto Alegre: L&PM, 1985.

SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. FETAEP, 1990.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SINGER, Paul. *A “crise do milagre”*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2007.

STARLING, Heloísa.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. São Paulo: Artenova, 1975.

SZTERLING, Silvia. *1968-1974 – A Guerra silenciosa*. São Paulo: Ática, 1996.

TELES, M^a AMÉLIA DE ALMEIDA. *Breve história do feminismo no Brasil*. Col. Tudo é história. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 1ª edição. 17ª reimpressão.

TORRES, Raymundo Negrão. *Nos porões da Ditadura – fatos que a esquerda finge ignorar e a falácia do militarismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1998.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Miriam. *A revolução das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

TRINDADE, Etelvina M. de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e Educação no Paraná*. SEED, 2001.

TREVISAN, Leonardo. *O pensamento militar brasileiro*. São Paulo: Global, 1985.

UNE. *A UNE contra o SNI*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1987.

VAZ, Raul. *Lupion – A verdade*. Curitiba: Paratodos, 1986.

VENTURA, Zuenir. *1968 – O ano que não terminou*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.